

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



**RESOLUÇÃO Nº 31, DE 29 DE JUNHO DE 2018**

***(Atualizada pela Resolução Consepe nº 56/2022, de 06.12.2022)***

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 22/2011.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 22/2011, conforme anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO  
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 31/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 31/2018 – CONSEPE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).**

**PORTO NACIONAL/TO**

**2018**

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 56/2022, de 06.12.2022).



**CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE HISTÓRIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Porto Nacional  
Março de 2021**

## **EXPEDIENTE**

Luis Eduardo Bovolato  
**Reitor-reitor**

Ana Lúcia Medeiros  
**Vice-reitora**

Emerson Subtil Denicoli  
**Chefe de Gabinete**

Eduardo José Cezari  
**Pró-reitora de Graduação**

Raphael Sanzio Pimenta  
**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Maria Santana Ferreira Milhomem  
**Pró-reitor de Extensão e Cultura**

Kherlley Caxias Batista Barbosa  
**Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários**

Jaasiel Nascimento Lima  
**Pró-reitor de Administração e Finanças**

Eduardo Andrea Lemus Erasmo  
**Pró-reitor de Avaliação e Planejamento**

Vânia Maria de Araújo Passos  
**Pró-reitora de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas**

João Batista Martins Teixeira  
**Prefeito Universitário**

## Sumário

EXPEDIENTE	2
APRESENTAÇÃO	6
1 HISTÓRICO DA UFT	7
2 CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	11
3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	19
4 MISSÃO INSTITUCIONAL	27
5 O PERFIL INSTITUCIONAL	29
6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	31
7 DADOS DO CURSO	33
8 HISTÓRICO DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL	34
9 HISTÓRICO DO CURSO DE HISTÓRIA DE PORTO NACIONAL	38
10 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	39
11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA E COORDENAÇÃO DE CURSO	40
11.1 Administração Acadêmica	40
11.2 Coordenação de Curso	40
12 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	41
12.1 Justificativa	41
13 OBJETIVOS DO CURSO	43
14 Bases teóricas do PPC	44
14.1 Os desafios e propostas para aprender a ensinar História nas licenciaturas	52
15 PERFIL PROFISSIONAL	57
16 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES	58
17 ESTRUTURA CURRICULAR DO PPC	59
17.1 Os núcleos e suas disciplinas	59
17.2 Matriz curricular	66
18 ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01 DE 17/06/2004	71
19. ABORDAGEM DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795/1999, ART. 11)	71
20 ATIVIDADES SEMIPRESENCIAIS	72
21 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), (DECRETO Nº 5.626/2005)	72
22 EMENTÁRIO	72
22.1 EMENTÁRIO PRIMEIRO PERÍODO	72
22.2 EMENTÁRIO SEGUNDO PERÍODO	78

22.3 EMENTÁRIO TERCEIRO PERÍODO	83
22.4 EMENTÁRIO QUARTO PERÍODO	88
22.5 EMENTÁRIO QUINTO PERÍODO	95
22.6 EMENTÁRIO SEXTO PERÍODO	99
22.7 EMENTÁRIO SÉTIMO PERÍODO	105
22.8 EMENTÁRIO OITAVO PERÍODO	109
22.9 RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	114
23 AULAS-CAMPO	120
24 METODOLOGIA	120
25 INTERFACE PESQUISA E EXTENSÃO	120
26 INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO: MONITORIA, PET, PIBIC, PIVIC, PIBID, PADI, PADU, PIM	122
27 ESTÁGIOS CURRICULARES NÃO OBRIGATÓRIOS	125
28 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	125
29 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	125
30 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	126
31 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	128
32 AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)	130
33 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	132
34 CORPO DOCENTE DO CURSO	132
35 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE E REGIME DE TRABALHO	133
36 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE	134
37 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, LABORATÓRIOS E NÚCLEOS VOLTADOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA	135
37.1 Centro de Documentação	135
37.2 Laboratórios	136
37.3 Núcleos	137
38 BIBLIOTECA	138
39 ÁREA DE LAZER E CIRCULAÇÃO	140
40 RECURSOS AUDIOVISUAIS	140
41 ACESSIBILIDADE PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	141
42 SALA DE DIREÇÃO DO CAMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO	141
APÊNDICES	142
Apêndice I – Regimento Interno do Curso	142

Apêndice II – Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	149
Apêndice III – Regimento do Estágio Curricular Obrigatório	162
Apêndice IV – Nota Técnica do Núcleo Docente Estruturante	168
Apêndice V – Normativa do Estágio não Obrigatório	173
Apêndice VI – Resolução Estágio Curricular não obrigatório	190



## **APRESENTAÇÃO**

O colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional submete à apreciação do Conselho Diretor do Campus e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins o seu novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – na modalidade de habilitação em Licenciatura Plena, conforme as leis em vigor da República Federativa do Brasil e de acordo com as diretrizes gerais do Ministério da Educação.

O curso de ensino superior na área de História do Campus de Porto Nacional será realizado nos turnos Matutino e Noturno, com uma entrada a cada semestre letivo, sendo, portanto, oferecidas, via ENEM, 80 vagas anuais. Cabe ressaltar que a escolha da modalidade Licenciatura se deve a necessidade contínua de formação dos quadros de professores qualificados para o exercício do magistério do ensino fundamental e médio das redes de ensino público e privado do Estado do Tocantins. A graduação aqui oferecida habilita aos alunos integralizarem as suas disciplinas, créditos e demais atividades constantes em sua Estrutura Curricular, tendo em vista o exercício do magistério no âmbito municipal, estadual e em todo o território nacional.

Por outro lado, a presente Estrutura Curricular prioriza o desenvolvimento discente e suas potencialidades no campo da pesquisa, dado que prática da pesquisa é essencial à docência no campo da História. Posteriormente, poderá vir o colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional submeter às instâncias cabíveis da Universidade Federal do Tocantins uma estrutura curricular na modalidade Bacharelado, mas que, decisivamente, não ofuscará o oferecimento da modalidade da Licenciatura.

A ampliação da carga-horária do curso para 3260, horas contemplando os Núcleos de Práticas como Componente Curricular, está em consonância ao estabelecido pela Resolução n. 2, do Conselho Nacional de Educação, de 01 de julho de 2015. Essa nova estrutura continua a ter como meta formar alunos dotados de espírito crítico e da busca permanente da cidadania.

## 1 HISTÓRICO DA UFT

No mês de abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, por meio da Portaria de nº 717, datada de 18 de abril de 2001. Essa comissão teve o objetivo, dentre outros de menor relevância, de elaborar o Estatuto da universidade e elaborar o seu projeto de estruturação física, com a tomada das providências legais e necessárias para a sua efetiva implantação e foi designado, pelo Ministério da Educação, como presidente dessa comissão o Prof. Dr. Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

No decorrer do mês de abril do ano de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a Universidade Federal do Tocantins, uma nova etapa foi iniciada. Dessa forma, foi assinado no mês de julho do ano de 2002 o Decreto de nº 4.279 datado de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências de caráter jurídico e pedagógico para fomentar as providências necessárias para a implantação da Universidade Federal do Tocantins. Para tanto, foi designado o Prof. Dr. Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02 datado de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com a interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativa, além dos procedimentos de cunho estratégico que estabelecia as funções e responsabilidades de cada um dos órgãos e instituições acima discriminados.

Com a posse dos primeiros docentes concursados no mês de maio de 2003 foi desencadeado o processo de escolha dos primeiros diretores de câmpus da Universidade, especificamente para o câmpus de Porto Nacional foi designado o Prof. Me. Geraldo Silva Filho que já vinha exercendo a função de diretor do câmpus de Porto Nacional ainda à época da UNITNS, os demais câmpus tiveram processos diferenciados para a escolha de seus primeiros diretores.

Finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB foi indicada pelo Ministério da Educação, na gestão do então Ministro Cristóvam Buarque, uma nova comissão de implantação e consolidação da Universidade Federal do

Tocantins. Na ocasião, foi convidado para exercer o cargo de reitor pró-tempore o Prof. Me. Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão foi designado por meio da Portaria de nº 002/03 datada de 19 de agosto de 2003 o Prof. Me. Zezuca Pereira da Silva, igualmente professor titular aposentado da UFG para exercer o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto e Regimento Geral e Acadêmico da UFT, assim como a organização do processo de absorção dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Também criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da Consulta Eleitoral, com a participação dos corpos docente e discente, para a escolha do primeiro Reitor e Vice-Reitor, pertencentes aos quadros de professores efetivos, da Universidade Federal do Tocantins, processo ocorrido no dia 20 de agosto do ano de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, datada de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação de seus Órgãos Colegiados Superiores, tais como; o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES - por meio da composição de uma lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins no ano de 2004 por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004 foi efetivada a convalidação de todos os cursos de graduação da instituição e dos atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a Universidade Federal do Tocantins incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de

Mestrado em Ciências do Ambiente que já era ofertado pela Unitins, bem como, efetivou legalmente a absorção de mais de oito mil alunos, além da estrutura física já existente nos sete câmpus e dos prédios que estavam em construção já com recursos repassados pelo governo federal, sem contar a absorção de materiais permanentes tais como veículos, equipamentos de laboratórios, computadores, cadeiras escolares, dentre outros, além do acervo constantes nas bibliotecas dos seus câmpus.

A história da implantação da UFT, assim como todo o seu processo de criação representa uma grande conquista do povo tocantinense e remonta, certamente, a processos muito anteriores indicam a participação de diversos setores e segmentos sociais, que, espera-se um dia sejam trazidos a público a partir de trabalhos historiográficos.

A Universidade Federal do Tocantins se consolidou como em uma *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação e com os princípios de uma instituição pública, gratuita, de excelência e socialmente referendada.

A UFT nasceu com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado. Está compromissada com a formação e promoção integral do ser humano por meio de uma gestão democrática, moderna e transparente. Centra suas ações na promoção da melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão; na promoção de uma política de extensão através da ação comunitária e assistência ao estudante; na integração ao sistema nacional e internacional de ensino e pesquisa, favorecendo, desta forma, o fortalecimento da instituição UFT, no contexto regional e nacional.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins em um espaço para todos.

Com mais de 18 mil alunos, em sete câmpus universitários, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados

acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências: Animal, Agrárias e Tecnologias, Biológicas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Sociais e Sociais Aplicadas, Engenharias, Ensino de Ciências e Gestão e Negócios.

Dentre as temáticas regionais que têm motivado as pesquisas da UFT, destacam-se:

**As diversas formas de territorialidade no Tocantins** - por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Nestes estudos, estão sendo reveladas, também, as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

**Desenvolvimento de novas tecnologias na agropecuária** – considerando que o cultivo de grãos e frutas e a expansão do mercado de carne no Tocantins têm atraído investidores de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuído para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, tem buscado uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

**A riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica** – os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins - cerrado, floresta amazônica, pantanal e caatinga - que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

**Inclusão social** – o Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT, assumindo o

compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, rural e de jovens e adultos.

**Fontes alternativas de energia** – diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes alternativas de energias socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Visando definir protocolos capazes de atender a essa demanda da Amazônia Legal, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos - fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa.

## **2 CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

A UFT é uma universidade multicâmpus, estando os seus sete câmpus universitários localizados nas seguintes cidades do Estado do Tocantins: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Os câmpus universitários são unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. A eles estão vinculados os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Esses câmpus têm uma organização acadêmica responsável pela operacionalização didática e científica das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela administração do pessoal docente, discente e técnico-administrativo. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispondo de autonomia relativa de acordo com as normas pertinentes.

A Reitoria da UFT está localizada em Palmas, estando os demais câmpus localizados nos seguintes endereços:

### **REITORIA**

Av. NS 15, Qd. 109 Norte, Bloco IV, Centro – Palmas/TO CEP: 77001-090  
Fone/Fax: (63) 3229-4035

**Reitor: Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato** – E-mail: reitor@uft.edu.br

**Vice-reitor: Profa. Dra. Ana Lúcia Medeiros** – E-mail: vicereitoria@uft.edu.br  
Fone/Fax: (63) 3229-4012

## **CÂMPUS DE ARAGUAÍNA**

Rua Humberto de Campos, nº 508, Bairro São João – Araguaína/TO CEP: 77800-000

Fone: (63) 2121-2201 Fax: (63) 2121-2225

Rua Paraguai S/N, Esquina c/ Rua Uxiramas, Setor Cimba – Araguaína/TO CEP:

77807-060 Fone/Fax: (63) 2121-2117

Diretor de câmpus: Prof. Dr. José Manoel Sanches da Cruz

E-mail: diraraguaina@uft.edu.br

Localizado na região Norte do Tocantins, a 385 km de Palmas, o município de Araguaína conta com uma população estimada em aproximadamente 167.170 habitantes. Destaca-se na pecuária e como centro comercial dos municípios circunvizinhos.

### **Cursos regulares presenciais:**

**Bacharelado:** História; Medicina; Medicina Veterinária e Zootecnia.

**Licenciatura:** Biologia; Física; Geografia; História; Letras – Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas; Matemática e Química.

**Tecnologia:** Tecnologia em Gestão de Cooperativas; Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística.

### **Cursos de Pós-Graduação:**

**Mestrado Acadêmico:** Ciência animal tropical; Ensino de língua e literatura; Estudos de cultura e território; Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos.

**Mestrado Profissional em Rede:** Letras; História e Física.

**Doutorado Acadêmico:** Ciência animal tropical; e Ensino de língua e literatura.

Na área tecnológica, são desenvolvidas pesquisas que contribuem com a área de produtividade animal e estudos sobre identidades locais.

## **CÂMPUS DE ARRAIAS**

Av. Universitária, S/N, Centro- Arraias/TO CEP: 77330-000

Fone/Fax: (63) 3653-8804

Diretor de Câmpus: Prof. Dr. Antonivaldo de Jesus

E-mail: dirarraias@uft.edu.br

A cidade de Arraias está localizada a 413 km na região serrana, ao Sudeste do Tocantins e possui uma população estimada em aproximadamente 10.800 habitantes.

**Cursos regulares presenciais:**

**Licenciatura:** Educação do Campo; Matemática e Pedagogia.

**Tecnologia:** Turismo patrimonial e socioambiental

**Cursos de Pós-Graduação:**

**Mestrado Profissional em Rede:** Matemática

O Câmpus de Arraias atende a diversos municípios da região Sul e desenvolve pesquisas ligadas as novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

**CÂMPUS DE GURUPI**

Rua Padejos, Lote 7, Chácara 69/72, Zona Rural – Gurupi/TO CEP: 77402-970

Fone: (63) 3311-3504      Fax: (63) 3311-3501

Diretor de Câmpus: Prof. Dr. Gil Rodrigues dos Santos

e-mail: dirgurupi@uft.edu.br

O município de Gurupi está localizado ao Sul do Estado, a 214 km de Palmas, e é cortado pela rodovia BR-153 (Belém-Brasília), principal meio de ligação entre o Norte e o Sul do país e possui, aproximadamente, uma população estimada em 82.760 mil habitantes.

**Cursos regulares presenciais:**

**Bacharelado:** Agronomia; Engenharia de Bioprocessos e biotecnologia; Engenharia florestal e Química ambiental.



**Cursos de Pós-Graduação:**

**Mestrado Acadêmico:** Biotecnologia; Ciências florestais e ambientais e Produção Vegetal.

**Doutorado Acadêmico:** Produção Vegetal.

Os principais projetos são desenvolvidos nas áreas de produção, comercialização e controle de culturas regionais e manejo de solos. O câmpus tem trabalhado em âmbito municipal e estadual desenvolvendo projetos em parceria com a Prefeitura de Gurupi, Ruraltins, Embrapa, Sindicato Rural, Incra, Empresas Privadas, entre outras entidades, procurando realizar a transferência de tecnologia e avaliações de trabalho de pesquisa.

**CÂMPUS DE MIRACEMA**

Av. Lurdes Solino, S/N, Setor Universitário – Miracema/TO CEP: 77650-000

Fone: (63) 3366-8602      Fax: (63) 3366-8004

Diretora de Câmpus: Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva

e-mail: dirmiracema@uft.edu.br

Miracema foi a primeira capital do Estado e está localizada a 90 km de Palmas, com uma população estimada em aproximadamente 19.930 habitantes.

**Cursos regulares presenciais:**

**Bacharelado:** Psicologia; e Serviço Social.

**Licenciatura:** Educação Física; e Pedagogia.

O município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena. O Câmpus de Miracema desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

**CÂMPUS DE PALMAS**

Av. NS 15, 109 Norte - Plano Diretor Norte – Palmas/ TO CEP: 77020-210

Fone: (63) 3229-4520      Fax: (63) 3229-4522

Diretora de Câmpus: Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva

e-mail: dirpalmas@uft.edu.br

Com uma população estimada em aproximadamente 265.400 mil habitantes, Palmas é a última capital brasileira planejada do século XX. Fundada em 20 de maio de 1989, está situada no centro geográfico do Estado, distante 807 km de Brasília.

### **Cursos regulares presenciais:**

**Bacharelado:** Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Jornalismo; Direito; Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia Elétrica; Medicina e Nutrição. **Licenciatura:** Filosofia; Pedagogia e Teatro.

### **Cursos de Pós-Graduação:**

**Mestrado Acadêmico:** Agroenergia; Ciência e tecnologia de Alimentos; Ciências do ambiente; Desenvolvimento regional; Educação; Ensino em ciência e saúde; e Comunicação e sociedade

**Mestrado Profissional:** Ciência da saúde; Gestão de políticas públicas; Engenharia ambiental; Modelagem computacional de sistemas; Prestação jurisdicional e direitos humanos; e Educação.

**Mestrado Profissional em rede:** Administração Pública; e Matemática.

**Doutorado Acadêmico:** Ciências do ambiente; e Desenvolvimento regional.

**Doutorado Acadêmico em rede:** Biotecnologia e biodiversidade

O Câmpus de Palmas desenvolve projetos nas áreas de direitos humanos, novas tecnologias de alimentos, saneamento e desenvolvimento de fontes de energias alternativas, dentre outros.

### **CÂMPUS DE PORTO NACIONAL**

Rua 7, Quadra 15, S/N, Jardim dos Ipês Porto Nacional/TO CEP: 77500-000

Fone: (63) 3363-9408 Fax: (63) 3363-9410

Diretor de Campus: Prof. Dr. George França

e-mail: dirportonacional@uft.edu.br

Localizado na região Central do Estado, a 59 km da Capital, Porto Nacional é um dos municípios mais antigos do Estado, contando com uma população de

aproximadamente em 51.840 mil habitantes. Desde o início do século XX, o município se destacou como um grande centro religioso, educacional e cultural. Uma missão de padres dominicanos franceses foi responsável por esse processo, primeiro na educação e catequização de homens, depois inovando, para a época, com a vinda de missionárias para educar as mulheres.

### **Cursos regulares presenciais:**

**Bacharelado:** Ciências Biológicas; Geografia; Ciências Sociais e Relações Internacionais. **Licenciatura:** Ciências Biológicas; Geografia; História, Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas; Letras – Libras.

### **Cursos de Pós-Graduação:**

**Mestrado Acadêmico:** Biodiversidade, ecologia e conservação; Letras e Geografia  
O Campus desenvolve pesquisas nas áreas de educação indígena, cultura e meio ambiente, ligadas aos cursos oferecidos.

**Mestrado Profissional:** História das populações amazônicas

## **CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588, Tocantinópolis/TO CEP: 77.900-000

Fone/Fax: (63) 3471-6002

Diretor de Campus: Prof. Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo

e-mail: dirtocantinopolis@uft.edu.br

Localizada no Extremo-Norte do Estado, a 532 km da Capital, Tocantinópolis, com população estimada em aproximadamente 23.150 mil habitantes, faz parte do Bico do Papagaio, região abastecida por rios e terras férteis, que estimulam as atividades agropecuárias, sobretudo a agricultura familiar.

### **Cursos regulares presenciais:**

**Licenciatura:** Ciências Sociais; Educação Física; Educação do Campo; e Pedagogia. Observadas as características da região, o campus desenvolve projetos nas áreas educacionais e de identidade cultural.

### **Cursos de Graduação na Modalidade PARFOR**

<b>Câmpus</b>	<b>Cursos</b>
<b>Araguaína</b>	Geografia
	História
	Letras
	Matemática
	Pedagogia
<b>Arraias</b>	Pedagogia
<b>Gurupi</b>	Biologia
<b>Miracema</b>	História Educação Física (turma em conclusão)
<b>Palmas</b>	Artes
	Pedagogia
	Matemática
	Informática (turma em conclusão)
	Informática – 2ª Licenciatura
<b>Porto Nacional</b>	Letras
	Letras/Libras
<b>Tocantinópolis</b>	Pedagogia

### **Cursos de Graduação à Distância**

<b>Polos dos Cursos EAD</b>	<b>Curso</b>
Alvorada	Matemática
Ananás	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
	Física
Araguacema	Administração Pública
Araguaína	Administração Pública
	Biologia
Araguatins	Física
	Biologia
	Química
Arraias	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
Cristalândia	Biologia

	Física
	Química
Dianópolis	Administração Pública
	Física
	Matemática
	Química
Guaraí	Administração Pública
	Matemática
Gurupi	Administração Pública
	Biologia
	Física
	Matemática
	Química
Mateiros	Matemática
Nova Olinda	Administração Pública
	Biologia
	Matemática
Palmas	Física
	Química
Pedro Afonso	Administração Pública
Porto Nacional	Biologia
	Química
Taguatinga	Administração Pública
	Matemática
Wanderlândia	Biologia

### 3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Estado do Tocantins se caracteriza por ser um Estado de formação multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a Universidade Federal do Tocantins o desafio de promover práticas educativas e pedagógicas distintas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, integrados a projetos de pesquisa e extensão e de atividades culturais, que, de forma indissociável, propiciem a formação de profissionais e produzam conhecimentos que contribuam para a transformação e desenvolvimento do Estado do Tocantins e, principalmente, de seus segmentos sociais mais carentes, pautados

nos princípios de respeito as diversidades étnicas, raciais e sociais e respeito aos princípios da sustentabilidade e meio ambiente.

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma estrutura multicâmpus, sendo que seus 7 (sete) câmpus universitários localizam-se em distintas e estratégicas regiões do Estado, grosso modo em seu sentido longitudinal, que oferecem diferentes cursos vocacionados para com as realidades locais. Nesses câmpus, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local, e em seu entorno, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno a possibilidade de uma formação integral. Assim, levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento das distintas regiões do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação superior nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Exatas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Desde 2003, ano de sua implantação, a UFT tem buscado desenvolver programas de pós-graduação *stricto sensu*, acadêmicos, voltados para os problemas e as potencialidades socioeconômicas e culturais da Amazônia Legal, mais especificamente o estado do Tocantins.

Dessa forma, aprovou os programas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, em 2007 e 2015, respectivamente. Esse programa desenvolve “projetos por demandas de outras instituições como a empresa de saneamento do Estado, que encomendou vários estudos relacionados com a estimativa populacional para auferir a demanda por serviços de água e esgoto; a Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIEITO) para a qual foi feita a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) Industrial e a avaliação das políticas de incentivo fiscal e de atração de investimentos; e o Sebrae/TO, para a qual se desenvolveu uma pesquisa para avaliação da efetividade de suas ações junto a micro e pequenos empresários”.

Em 2007 implantou o programa de Pós-Graduação em Agroenergia, cuja meta é “desenvolver, aprimorar e difundir conhecimentos de técnicas de produção de culturas bioenergéticas, de processos de obtenção de biocombustíveis e da utilização potencial de seus coprodutos (resíduos), bem como relacioná-los a aspectos socioeconômicos e ambientais, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil”.

O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação foi implementado a partir da reformulação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ecótonos (PPGEE), criado em 2008, como o primeiro programa de mestrado da Universidade Federal do Tocantins, lotado no Câmpus de Porto Nacional. Reformulado em 2015, o programa atua “nos Domínios Cerrado e Amazônico, principalmente na bacia dos rios Araguaia e Tocantins. Essa região atualmente experimenta franca expansão econômica, onde os ecossistemas regionais e recursos naturais encontram-se ameaçados por atividades humanas de baixa sustentabilidade”.

Em 2011, foi implantado o Programa de Pós-Graduação em Geografia, que “objetiva tratar da problemática territorial em suas vertentes principais: a geoambiental, na qual se articulam os processos da natureza e as ações e práticas sociais; e a geoterritorial, na qual se inter-relacionam o político, o econômico, o social e o cultural; ambas contribuindo para o ordenamento e o reordenamento do território e do espaço geográfico”.

O Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), foi implantado na UFT em 2015. Tem como objetivo “construir objetos de investigação interdisciplinares em torno da relação cultura e território, bem como reconhecer os pressupostos éticos e políticos da pesquisa científica e do saber produzidos no âmbito da Universidade. Também devem estar aptos ao diálogo entre disciplinas, saberes e sujeitos de diversas procedências sociais, bem como ser capazes de desenvolver projetos interdisciplinares de relevância social que impulsionem a mudança social com vistas a participações mais igualitárias do poder”.

O Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFT) foi iniciado em 2016. Tem como proposta desenvolver “estudos interdisciplinares sobre populações vulneráveis urbanas e/ou rurais da região norte do país, a partir de suas demandas e interesses, a fim de compreender as dinâmicas regionais e os processos de exclusão das mais diferentes matizes: social, geográfico, econômico, psicológico, educativo, linguístico, de forma a esclarecer suas características e auxiliar em intervenções e produções de tecnologias sociais adequadas a população estudada; Formar professores para o ensino de terceiro grau, aptos a pensar a vulnerabilidade e possibilidades de superação, a partir de um olhar

interdisciplinar, fortalecendo os processos de ensino, pesquisa e extensão”<sup>1</sup>. Percebe-se, assim, o compromisso da universidade para com pesquisas voltadas para a reflexão sobre os problemas ambientais, culturais e sociais da Amazônia, bem como para suas potencialidades.

Além dos programas de mestrado e doutorados acadêmicos, a UFT tem envidado esforços em oferecer programas de mestrado profissionais, tendo em vista a qualificação de profissionais em diferentes áreas de conhecimento e especialmente aos relacionados ao ensino. Em 2015 foi aprovado o Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física, MNPEF, com a proposta de ser “um programa nacional de pós-graduação de caráter profissional, voltado a professores de ensino médio e fundamental com ênfase principal em aspectos de conteúdos na Área de Física. É uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Física, SBF, que visa coordenar diferentes capacidades apresentadas por diversas Instituições de Ensino Superior distribuídas em todas as regiões do País”.

O mestrado profissional em Matemática, ProfMat, com polos nas cidades de Arraias e Palmas, foi criado em 2010. É um curso semipresencial, com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática. São oferecidas aos professores das instituições públicas de ensino básico bolsas de estudo concedidas pela Capes. O ProfMat “visa atender professores de Matemática em exercício no ensino básico, especialmente na escola pública, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua atuação docente. O Programa opera em ampla escala, com o objetivo de, a médio prazo, ter impacto substantivo na formação matemática do professor em todo o território nacional”.

Iniciado em 2014, o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória, oferecido em rede nacional, é um curso presencial de pós-graduação stricto sensu coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Com alcance nacional “objetiva, a médio prazo, ser um instrumento importante de formação continuada dos professores da Educação Básica brasileira que atuam na disciplina escolar de História. A proposta do mestrado profissional em rede visa ampliar o

---

<sup>1</sup> As informações sobre os mestrados e doutorados acadêmicos da UFT estão disponíveis em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado>. Acesso em 03/07/2017.



número de docentes da Educação Básica a serem beneficiados, bem como possibilitar intercâmbios entre universidades interessadas em apoiar este tipo de formação continuada de professores”.

Implantado em 2014, o mestrado profissional em Gestão e Políticas Públicas, GESPOL, tem como meta “criar uma massa crítica em ensino, pesquisa e pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas, contribuindo para melhorar continuamente as diversas práticas na administração pública, criar novos modelos de gestão e, conseqüentemente, poderá contribuir para a efetividade das políticas implementadas”. A Universidade Federal do Tocantins, assume “a parceria estabelecida com distintas Secretarias Municipais e Estaduais, Órgãos Federais”, com “o compromisso de formar gestores em alto nível para melhor elaborar, implementar e avaliar as políticas públicas”.

Já o Mestrado Profissional Interdisciplinar em Modelagem Computacional de Sistemas, criado em 2013, “tem como objetivo formar profissionais aptos a identificar problemas, analisar e modelar sistemas que apoiem a administração e o funcionamento de empresas ou instituições, explorando recursos tecnológicos, com vistas à otimização de resultados. Tem como meta “o desenvolvimento tecnológico e científico da região tocantinense, na geração de conhecimento e formação de profissionais nas áreas de Modelos Quantitativos e Apoio à Decisão.

O Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, foi implantado em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, ESMAT, em 2013. Esse mestrado “é destinado a servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Tocantins, docentes e profissionais atuantes no sistema de Justiça no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos. O objetivo é qualificar, ainda mais, os profissionais que atuam na prestação jurisdicional e exercem suas atividades no estado do Tocantins”.

O Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação, PPPGE, foi criado em 2013. Suas peculiaridades advêm, sobretudo, do sentido dado à qualificação profissional em alto nível e à pesquisa, que precisa estar orientada para o desenvolvimento e para a inovação. Objetiva “formar mestres em educação, por meio da pesquisa aplicada, para o exercício da docência na educação básica, trabalhando a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional que compreende participação na organização e gestão de sistemas escolares e não-

escolares e instituições de ensino”<sup>2</sup>. Em 2011, na busca para aprimorar a formação dos docentes de História, a UFT estabeleceu parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, tendo em vista promover qualificações em nível de doutorado, na modalidade de Doutorado Interinstitucional, DINTER. Esse programa permitiu a qualificação de 6 professores, sob a coordenação da professora Temis Gomes Parente.

Somam-se aos esforços na criação de programas de pós-doutorado, acadêmicos e profissionais, o apoio que a UFT tem despendido na realização de núcleos e programas institucionais, na busca de oferecer ao aluno uma formação integral, habilitando-o para o desenvolvimento intelectual e social. A UFT conta, em 2017, com os seguintes Núcleos Institucionais cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, Proex: Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD, coordenado pelo Prof. Atamis Antonio Foschiera, Câmpus de Porto Nacional; Núcleo de Economia Solidária da UFT – NESol, coordenado pelo Prof. Airton Cansado, Câmpus de Palmas; Núcleo de Caracterização, Impactos e Programas Ambientais – NUCIPA; Núcleo de Estudos Contemporâneos – NECON, coordenado pelo Prof. Alan Kardec Martins Barbiero, Câmpus de Palmas; Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV, coordenado pelo Prof. Dimas José Batista Araguaína, Câmpus de Araguaína; Núcleo de Aprendizagem Digital – NAD, Câmpus de Palmas; Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos – NIEDIH, coordenado pelo Prof. Denilson Barbosa de Castro, Câmpus de Palmas; Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas – NEAI, coordenado pelo Prof. Odair Giralдин, Câmpus de Porto Nacional; Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero – NEDIG, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Temis Gomes Parente, Câmpus de Porto Nacional; Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Câmpus de Palmas; Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA, coordenado pelo Prof. Elizeu Ribeiro Lira, Câmpus de Porto Nacional; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, coordenado pela professora Vera Lúcia Aires, Câmpus de Porto Nacional; Núcleo de Estudos Estratégicos em Gestão Contemporânea – NEEG, coordenado pelo Prof. Francisco Eugênio Musiello Neto,

---

<sup>2</sup>As informações sobre os mestrados profissionais da UFT estão disponíveis em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado>. Acesso em 03/07/2017.

Câmpus de Palmas; Núcleo de Desenvolvimento de Software da UFT – NDS, coordenado pelo Prof. Patrick Letouze, Câmpus de Palmas, Núcleo de Estudos Ambientais – NEAMB, coordenado pelo Prof. Rafael Jose de Oliveira , Câmpus de Nacional; Núcleo de Estudos da Saúde do Tocantins – NEST, coordenado pelo Alcione Marques Fernandes, Campus de Arraias; Núcleo de Estudos em Ciências do Esporte e Atividade Física – NECESP, coordenado pelo Prof. Kléber Lopes L Fialho, Câmpus de Miracema; Núcleo de Estudos e Pesquisa com Povos Indígenas – NEPPI, coordenado pelo Prof. Francisco Edviges Albuquerque, Câmpus de Araguaína.

Além de fomentar a criação de núcleos, a UFT tem se lançado no esforço de implantar programas institucionais que visem o ingresso e permanência de alunos na universidade, mormente os oriundos das escolas públicas. O PADU, Programa de Acesso Democrático à Universidade, é um cursinho pré-vestibular criado em 2010. Seu objetivo é atender alunos egressos de escolas públicas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A proposta se baseia no princípio da responsabilidade social e preocupação com a igualdade de acesso e de oportunidade para minimizar as consequências de um processo histórico de exclusão social, que afasta os menos favorecidos da Universidade Pública. O cursinho tem duração de um semestre, aproximadamente com quatro horas de aulas diárias semanais, de segunda-feira a sábado.

O Programa de Extensão **Incubadora de Projetos Pedagógicos e Inovação para Escolas de Ensino Fundamental e Médio** tem como objetivo aproximar a comunidade acadêmica de cursos da UFT. Objetiva ainda aproximar pesquisadores do Grupo de Pesquisa e Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje-UFT) das escolas públicas e da comunidade tradicionais, com foco na transferência de expertise, visando a divulgação e popularização do que é desenvolvido pela ciência. Além disso, o projeto visa proporcionar o empoderamento de professores e alunos para o acesso e a apropriação comunitária de tecnologias sociais e bens informacionais que os habilitem a desenvolver projetos pedagógicos e de inovação em suas comunidades. Por meio de suporte teórico-prático e acompanhamento, se pretende criar uma cultura da criação e inovação junto aos professores e alunos das escolas públicas. Com esse projeto pretende-se divulgar a formação na área de pesquisa e inovação ao mesmo tempo em que se aproximam docentes, discentes da UFT, estudantes das escolas públicas e membros das comunidades tradicionais.

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal do Tocantins, Pibex, visa articulação com o ensino e a pesquisa, baseando-se nos processos educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade. Tem por objetivo conceder bolsas de extensão aos alunos de graduação matriculados na UFT e vinculados a projetos/programas de extensão cadastrados na PROEX.

O programa Café Literário visa abranger duas linhas prioritárias de extensão (Educação e Cultura) destacando, através de ações extensivas, o compromisso da UFT com a comunidade universitária e externa, colaborando, assim, para a democratização da cultura, principalmente no que se refere à literatura e música. A atual carência de atividades culturais relacionadas a arte literária torna esta ação única e de grande valia para que, voltando-se para a produção literária em diversas esferas do pensamento, a arte literária torne-se recorrente no espaço universitário. Assim, o Café Literário se justifica tanto como estratégia de difusão cultural quanto atividade que pretende estimular a implementação de uma Política Cultural na UFT.

Já o programa Corredor Cultural tem o objetivo abrir um espaço expositivo para as artes plásticas e visuais, reafirmando a Universidade como espaço da Arte e da Cultura. Justifica-se pela democratização da cultura e da arte que são de fundamental importância e têm o poder de acrescentar valores e significado no cotidiano da sociedade. Mais ainda, tem a intenção de promover a interculturalidade entre acadêmicos, professores e comunidade palmense, pretendendo-se, portanto, um espaço de integração e diálogo entre ensino, pesquisa e extensão<sup>3</sup>.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades regionais, sobretudo, o compromisso social desta Universidade com a sociedade em que está inserida. Atenção especial tem sido dada às diversas formas de territorialidades e culturas da Amazônia e suas fronteiras. Nesse sentido, as ocupações dessa região pelos indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, sertanejos e migrantes em diversas temporalidades fazem parte dos objetos de pesquisa dos docentes de História na universidade e apresentam-se como temas potenciais as consonantes historiografias. Os estudos realizados e publicados revelam as múltiplas identidades e diversidades culturais regionais e

---

<sup>3</sup>As informações sobre projetos de extensão institucionais da UFT estão disponíveis em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/proex/programas-e-projetos>. Acesso em 03/07/2017.

demonstram sua sintonia com o fazer histórico. Sinalizam ainda para as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento regional, considerando, sobretudo, as particularidades que formam a sociedade.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida e dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT merecem destaque diversas formas de territorialidades no Tocantins e as ocupações do estado por indígenas, afrodescendentes, populações ribeirinhas, assentados da Reforma Agrária, camponeses, entre outros grupos sociais, se enquadram como potenciais e necessários objetos de estudos e pesquisas, buscando sempre as suas valorizações e não justificativas de base científica para os seus aniquilamentos. Alguns estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões de sua territorialidade abrem espaço para discussões das formas e maneiras ideais para a sua integração no âmbito nacional e desenvolvimento específico de suas localidades.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuindo para a adoção e desenvolvimento de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural, ribeirinhos, camponeses e quilombolas. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, afrodescendente, educação rural e de jovens e adultos.

Diante das perspectivas de escassez das reservas mundiais de petróleo até o ano 2050, buscam-se fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, nesse contexto a Universidade Federal do Tocantins desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Como o estado do Tocantins é uma fronteira ainda aberta à migração de indivíduos de diversas regiões do país, o ensino superior oferecido pela UFT deve ser cada mais qualificado e preparado para contribuir com as muitas outras exigências que se vislumbram na experiência histórica dessa sociedade.

#### **4 MISSÃO INSTITUCIONAL**

O Planejamento Estratégico (PE), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2011-2015), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.” Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverá estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

O Planejamento Estratégico (PE), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2011-2015), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.”

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa, deverão estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

## **5 O PERFIL INSTITUCIONAL**

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, aprovado pelo Conselho Universitário em 2015 (Resolução n. 16/2015 do Consuni), em seus artigos 1º e 2º, a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II** - formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em diversos setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando em sua formação contínua;
- III** - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, ampliando, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;



**IV** - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

**V** - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

**VI** - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

**VII** - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas de infraestrutura que se estabelecem ou que são necessárias à administração de um sistema multicâmpus, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicâmpus, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A Universidade Federal do Tocantins abrange praticamente todas as regiões do Estado do Tocantins, sendo a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa dimensão pode ser quantificada na existência de seus 1050 professores concursados e efetivos (sendo 641 os docentes portadores do título de Doutor, 345 os docentes portadores do título de Mestres), de seus 863 servidores técnicos administrativos concursados, além de inúmeros outros servidores técnicos administrativos terceirizados.

## **6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A história da implantação da UFT, assim como todo o seu processo de criação representa uma grande conquista do povo tocantinense e remonta, certamente, a processos muito anteriores indicam a participação de diversos setores e segmentos sociais, que, espera-se um dia sejam trazidos a público a partir de trabalhos historiográficos.

A Universidade Federal do Tocantins se consolidou aos em uma *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação e com os princípios de uma instituição pública, gratuita, de excelência e socialmente referendada.

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

**Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

**Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

**Pró-reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Administração e Finanças (Proad); Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proest); Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (Proap); Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Pró-Reitor de Graduação (Prograd); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq). As Pró-Reitorias estruturam-se em Diretorias, coordenações e divisões técnicas.

**Conselho Diretor:** é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26 da Resolução n. 16/2015 do Consuni). De acordo

com o Art. 25 do Estatuto da UFT (Resolução n. 16/2015 do Consuni), o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus, seu presidente; pelo vice-diretor; pelos Coordenadores de Curso; por representantes do corpo discente; por representantes dos servidores técnico-administrativos.

**Diretor de Câmpus:** docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 04 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

**Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no estatuto da UFT.

**Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução.

Considerando a estrutura multicâmpus, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de câmpus universitários.

## 7 DADOS DO CURSO

**Curso:** História

**Grau:** Licenciatura

**Endereço do Curso:** Rua 7, Quadra 15, S/N, Jardim dos Ipês Porto Nacional/TO  
CEP: 77500-000

**Ato Legal de Autorização do Curso:** Portaria MEC nº 1782 em 14/12/1992.

**Número de Vagas:** 80, sendo 2 entradas ao ano: 40 vagas para o matutino e 40 para o noturno, alternadamente.

**Turno de Funcionamento:** Matutino e Noturno

Alunos matriculados no 2º. Semestre de 2017 / Matutino: 64; Noturno: 89 / Total: 153

**Integralização do Curso:** De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, o curso está organizado em disciplinas, distribuídas em 03 (núcleos) temáticos e mais 210 horas de Atividades Complementares, totalizando 3.210 horas.

**Limite (em semestres letivos) mínimo:** 4 anos

**Limite (em semestres letivos) máximo.** 7 anos

**Data e Semestre Letivo do início do Funcionamento do Curso:** outubro de 2019/2

**Diretor(a) do Campus:** Prof. Dr. George França

**Coordenador(a) de Curso:** Prof. Dr. Denílson Barbosa Castro / Portaria 681

**Quadro docente efetivo do curso**

Nome do docente	Grau de formação	Regime de trabalho
Angela Teixeira Artur	Doutorado	DE
Ariel Elias do Nascimento	Doutorado	DE
Benvinda Barros Dourado	Doutorado	DE
Cleube Alves da Silva	Doutorado	DE
Denilson Barbosa de Castro	Doutorado	DE
Êça Pereira da Silva	Doutorado	DE
Juliana Ricarte Ferraro	Doutorado	DE
Marcelo Gonzalez BrasilFagundes	Mestrado	DE
Marcelo Santos Rodrigues	Doutorado	DE
Marcos Alexandre de M. S. Arraes	Doutorado	DE
Marcos Aurelio C. Zimmermann	Mestrado	40h
Marina HaizenrederErtzogue	Doutorado	DE
OdairGiraldin	Doutorado	DE
Regina CéliaPadovan	Doutorado	DE
Rodrigo Poreli Moura Bueno	Doutorado	DE
Vasni de Almeida	Doutorado	DE
Vitor Hugo Abranche Oliveira	Doutorado	DE

**Docentes responsáveis pela elaboração do PPC:**

Prof. Me. Ariel Elias do Nascimento;

Prof. Dr. Denilson Barbosa de Castro;

Profa. Dra. Juliana Ricarte Ferraro;

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues;

Profa. Dra. Regina Célia Padovan;

Prof. Dr. Vasni de Almeida.

## 8 HISTÓRICO DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

Em 2018, o câmpus da UFT na cidade de Porto Nacional conta com uma área construída de aproximadamente 5.600 m<sup>2</sup>, com uma área em torno de 1.300 m<sup>2</sup> em construção e uma área 10 vezes maior para futuras ampliações e edificações. O câmpus está localizado no Jardim dos Ypês, um bairro residencial situado na parte setentrional da cidade, de grande valorização imobiliária e junto à saída para Palmas, capital do Estado do Tocantins, que está, aproximadamente, 65 km do centro do município de Porto Nacional. Em 2010, foi construído e inaugurado próximo ao câmpus de Porto Nacional a sede local do Instituto Tecnológico Presidente Antônio

Carlos – ITPAC Porto, que oferece 06 cursos de graduação: Administração, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Medicina e Odontologia.

Igualmente em 2010, em uma área um pouco mais distante, mas também próxima do câmpus de Porto Nacional foi inaugurado o câmpus local do Instituto Federal de Tecnologia do Tocantins – IFTO, que conta com o oferecimento de 02 cursos tecnológicos; Técnico em Informática e Técnico em Logística e 02 cursos de ensino superior; Tecnólogo em Logística e Licenciatura em Computação.

No centro de Porto Nacional também existe a Faculdade São Marcos – FASAMAR, que oferece 03 cursos de graduação; Pedagogia, Administração e Secretariado. Todos esses dados e informações justificam a cidade de Porto Nacional como um polo de ensino superior, que atendem não somente aos estudantes do município, mas também dos municípios em seu entorno e de estudantes de outras cidades e estados brasileiros.

A área física construída no câmpus da Universidade Federal do Tocantins em Porto Nacional está distribuída entre:

- 1) o prédio da Administração Geral, onde se localizam o Gabinete da Direção do Campus, a Secretaria Acadêmica, a recepção e Setor de Protocolo, o Setor de Recursos Humanos, o Setor de Transporte, a Sala de Almoxarifado e a Sala de Mecanografia, a Comissão Setorial de Avaliação (CSA), dentre outros espaços administrativos de menor proporção;
- 2) o prédio onde se localizam as salas de permanência dos docentes, uma sala de reuniões e a sala do PIBID do curso de Ciências Biológicas;
- 3) o prédio onde se encontra a Biblioteca Central do Câmpus composta por um acervo de cerca de 38 mil títulos, entre livros e periódicos;
- 4) o CGE, onde se localizam as Coordenações de Curso, a Central de Estágio e o Laboratório de Informática (LABIN) para uso da comunidade universitária de uma forma geral;
- 5) um auditório com a capacidade de 100 lugares;
- 6) as salas destinadas aos Núcleos e Laboratórios de Pesquisas;
- 7) o bloco destinado as coordenações dos cursos do PARFOR, as coordenações do PIBID e salas do EAD em Biologia e Química;
- 8) as salas destinadas aos mestrados de Ecologia de Ecótonos e Geografia e Letras;
- 09) 01(um) bloco de 36 (trinta e seis) salas de aulas para os cursos de graduação

O câmpus de Porto Nacional abriga 07 cursos de graduação na modalidade presencial e 03 cursos à distância: o Curso de Licenciatura em História; o Curso de Licenciatura em Letras (habilitações em Inglês e Português e Literaturas); o Curso de Geografia (habilitações em Bacharelado e Licenciatura), o Curso de Ciências Biológicas (habilitações em Bacharelado e Licenciatura), o curso de Letras-Libras, o Curso de bacharelado em Ciências Sociais, o Curso de Relações Internacionais, o Curso de Licenciatura em Biologia na modalidade à distância (EAD); o Curso de Licenciatura em Química na modalidade à distância (EAD) e o Curso de Licenciatura em Matemática na modalidade à distância (EAD). Os cursos de Biologia, Geografia, História e Letras também ofereceram cursos de graduação em caráter especial para professores das redes municipais e estaduais de ensino, por meio do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e atualmente, no Câmpus de Porto Nacional, somente o Curso de Letras-Libras oferta curso vinculado a esse Programa.

Além desses cursos de graduação, o campus de Porto Nacional conta também com quatro cursos de pós-graduação em nível *stricto sensu*. O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBec), nível mestrado, foi implementado em 2015 a partir da reformulação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ecótonos (PPGEE). Em junho de 2010 uma equipe de docentes do Campus de Porto Nacional da UFT elaborou e apresentou o projeto de criação do Programa de Pós-graduação em Geografia, nível mestrado acadêmico. A proposta de criação do PPGG passou por alguns ajustes, tendo sido posteriormente aprovada. O curso recebeu a portaria de funcionamento em 2011, e, desde então, o PPGG vem realizando com regularidade seleções anuais para ingresso de novos alunos.

Em julho de 2014, o corpo docente do curso de Letras elaborou uma proposta de mestrado em Letras para ser submetido e aprovado pela Capes. O curso foi pensado com duas áreas de concentração e quatro linhas de pesquisa, a saber: Área de Concentração em Estudos Linguísticos, com as linhas Abordagens de Análise Linguística e Linguística Aplicada; e a Área de Concentração em Estudos Literários, com as linhas de pesquisa Literatura, História e Imaginário, e Teoria e Crítica Literária. Após avaliação da Capes, o curso foi aprovado pela Capes em 10 de abril de 2015. Em 2017, o programa criou a linha de pesquisa Literatura Comparada na área de Estudos Literários. Além do mestrado acadêmico, o curso de Letras tem ofertado especialização *lato senso* em Ensino de Língua Inglesa.

Em 17 de dezembro de 2018 foi aprovado pela Capes o Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas /

PPHispam. O PPHISPAM conta com uma área de concentração: **História e Cultura das Populações Amazônicas** e duas Linhas de Pesquisa.

A Linha de Pesquisa 1 **Memórias, patrimônios e organização dos espaços culturais amazônicos** se ocupa de pesquisas sobre a história e cultura das populações amazônicas; sobre a organização de arquivos relacionados às memórias das populações tradicionais e sistematização de documentos que formam o patrimônio cultural de movimentos políticos, sociais e culturais, tais como: agrário, educacional, religioso e jurídico, por meio de fontes históricas diversas (oficiais/privadas, orais).

A Linha de Pesquisa 2 - **Ensino e fontes das diversidades culturais amazônicas** se ocupa dos saberes envolvendo as populações amazônicas, como a formação de profissionais em educação, com a capacitação de trabalhadores em arquivos, bibliotecas, museus, sindicatos e agremiações sociais, com instituições públicas e privadas compromissadas com as populações tradicionais. A linha destaca a importância da composição das fontes para a identificação, interpretação e escrita da história.

A UFT de Porto Nacional conta também com um prédio de aproximadamente 450 m<sup>2</sup> localizado no centro da cidade, com um auditório de 150 lugares, quatro salas de aula e duas salas para administração. É o CEPEC (Centro de Pós-Graduação, Extensão e Cultura). Ressalta-se que, do ponto de vista acadêmico e físico, a biblioteca setorial do campus de Porto Nacional passou por uma ampliação de 220m<sup>2</sup> em sua área construída. Essa construção foi essencial e necessária para receber e abrigar o acervo da Biblioteca do antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto, que foi adquirido pela Universidade Federal do Tocantins.

Atualmente esse acervo bibliográfico passa por processo de higienização e separação das obras que necessitam de tratamento de restauração para posterior classificação e abertura à consulta. Esse acervo conta com cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos. Há obras fundamentais para o conhecimento, do período colonial ao século XX, da história e da cultura dos índios que habitam o território correspondente ao Brasil. Ali estão reunidas as principais obras publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores, dentre outros pesquisadores.

São, em sua maioria, obras com edições esgotadas e cerca de 10% do acervo reúne obras raras.

O acervo da documentação em papel concentra cerca de 150 caixas tipo arquivo ainda sem organização, entre as quais está um conjunto de documentos originais da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais. Trata-se de uma documentação sobre os povos indígenas de Minas Gerais durante o período imperial e é composta por aproximadamente 2.500 manuscritos originais em bom estado de conservação, os quais possuem mais de 5.000 páginas e estão divididos em 17 volumes. Dentre os manuscritos, correspondência e informes da Diretoria Geral dos Índios, dos diretores parciais dos vários aldeamentos e de missionários, além de ofícios e instruções da presidência da província, no período correspondente entre 1849 e 1888.

Uma análise sumária da documentação autoriza supor que esta seja uma das mais importantes fontes sobre os índios de Minas Gerais de que até agora se tem notícia e representa, certamente, substancial adição às já conhecidas que, em sua maioria, limitam-se à primeira metade do século XIX.

Há também no acervo 247 rolos de microfilmes, parte deles de obras raras (81 rolos) e outra parte composta por documentação sobre a Revolta da Cabanagem (37 rolos) e manuscritos do século XIX.

## **9 HISTÓRICO DO CURSO DE HISTÓRIA DE PORTO NACIONAL**

O curso de História – licenciatura plena – é oferecido pelo Câmpus Universitário de Porto Nacional desde 1985, pertencente inicialmente à Faculdade de Filosofia do Norte Goiano – FAFING e posteriormente à Universidade do Tocantins - UNITINS e foi reconhecido pela Portaria MEC nº 1782 em 14/12/1992.

A partir do 2º semestre de 2001, ocorreu uma importante mudança na proposta curricular do curso de História, passando do regime *seriado/semestral* para o regime de *crédito/semestral*, propiciando uma maior flexibilidade e a união e indissociabilidade entre *ensino*, *pesquisa* e *extensão* com a implantação de novas disciplinas, bem como a sistematização de disciplinas voltadas ao trabalho de campo e a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.



Com a criação da UFT, o curso de História busca atualmente desenvolver-se a partir de diretrizes condizentes com os princípios dos demais cursos de História das instituições Federais de Ensino Superior – IFES – do país, invariavelmente normatizadas com as resoluções e pareceres do Ministério da Educação.

O principal objetivo do curso é a formação de profissionais capazes de dominar as linhas gerais do processo do conhecimento histórico em suas várias dimensões e interfaces. É atribuição do profissional o conhecimento das principais linhas teóricas que orientam as análises historiográficas e metodológicas da produção da escrita da História. Deve também esse profissional estar capacitado para realizar a articulação entre informações e as teorias de forma crítica, tanto na atividade docente, quanto na da pesquisa de caráter histórico.

O curso de História com habilitação em licenciatura plena estrutura-se na forma crédito/semestral, contando com oito períodos em seu total (04 anos), considerado o tempo mínimo para o aluno se graduar, e em catorze períodos (07 anos) o seu tempo máximo.

Partindo do pressuposto de que a universidade possui um compromisso com a sociedade, torna-se imprescindível instrumentalizá-la para que cumpra efetivamente seu papel social, em conformidade com o disposto no Capítulo IV, artigo 43, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo a qual cabe à Universidade *“incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, estimular a produção de tecnologia e a criação e difusão da cultura para que a sociedade possa desenvolver todo o seu potencial criativo e produtivo”*.

A qualificação docente visa, de acordo com o Artigo 43, inciso VII da LDB, à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, o que somente docentes qualificados podem fornecer. Assim, torna-se necessário uma política de qualificação do corpo docente da universidade, ampliando o seu quadro de doutores, para a implantação e/ou expansão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* para atender às demandas regionais. A qualificação busca igualmente contribuir para se alcançar o objetivo de formar um (a) Licenciado (a) em História que saiba avaliar criticamente a própria prática e o contexto em que atua, interagindo cooperativamente com seus pares e com a sociedade a qual pertence. Um profissional com autonomia para tomar decisões e responder pelas opções feitas nas questões que envolvem o seu trabalho. Isto supõe um domínio

pleno dos conceitos e paradigmas do conhecimento histórico e de suas práticas de produção e difusão.

O perfil do egresso que se pretende é a de um profissional com competência política e pedagógica voltado para a pesquisa e o ensino; um cidadão comprometido com a educação básica pública e que atue na perspectiva da educação em mudança. Busca-se a formação de um egresso que apresente uma sólida formação para atividades de pesquisa e ensino, e que esteja habilitado para contribuir na construção do conhecimento histórico e sua relação com o conhecimento histórico escolar.

## **10 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

A Universidade Federal do Tocantins, em seus documentos institucionais, entende como desafio a promoção de práticas educativas que elevem o nível de vida de sua gente e a formação de profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. De acordo com Planejamento Estratégico da UFT (2011-2015), a missão da Universidade Federal do Tocantins é produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo em vista sua consolidação como uma Universidade multicâmpus, como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

## **11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA E COORDENAÇÃO DE CURSO**

### **11.1 Administração Acadêmica**

Secretária Acadêmica Geral: Joseane Godinho Franco

Secretária Acadêmica do Curso de História: Ruth Ribeiro Miranda

Secretária da Coordenação: Elza Pereira da Silva Alves Medrado

### **11.2 Coordenação de Curso**

A gestão do Curso de Licenciatura em História ocorre em articulação com as demais instâncias de gestão da Universidade Federal do Tocantins. Ao nível de

campus, as políticas institucionais contidas no PDI são implantadas segundo deliberações do Conselho Diretor de Porto Nacional (CONDIR), em reuniões ordinárias mensais ou extraordinárias, quando necessário. Ao nível de universidade, as mesmas políticas são debatidas e encaminhadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em reuniões ordinárias mensais ou extraordinárias, quando necessário. Para a implementação das políticas institucionais são formadas comissões, que apresentam proposições a serem deliberadas em reuniões dos referidos colegiados. A representação do Curso de Licenciatura em História no CONDIR e CONSEPE ocorre por meio de sua Coordenação de Curso.

Segundo o Regimento Geral da UFT e do Regimento do Curso de Licenciatura em História de Porto Nacional, a coordenação acadêmica do curso é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico. Para deliberar e encaminhar as políticas institucionais, o curso se organiza em forma de Colegiado. O Colegiado de História é composto por todos os professores do curso, sendo que aos substitutos não são facultados o direito ao voto. Nele participam<sup>4</sup> representantes estudantis, com direito a voz e voto. Em reuniões mensais ordinárias (e extraordinárias quanto se fizer necessário) é o Colegiado de Curso que define, acompanha e avalia as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão no curso. As reuniões do Colegiado de Curso são convocadas pelo Coordenador de Curso, observados os prazos estabelecidos no Regimento do Curso. As convocações são enviadas eletronicamente aos seus membros.

A Coordenação do Curso é ocupada por dois professores (coordenador e vice coordenador) do quadro efetivo, eleitos no Colegiado de Curso, observado as orientações contidas no Regimento Geral da UFT e o Regimento do Curso. O tempo do mandato é de 2 (dois) anos. As atividades e orientações pedagógicas do curso, deliberadas pelo Colegiado, são implementadas pela Coordenação do Curso. Havendo necessidade, pareceres são emitidos por comissões eleitas em reuniões de Colegiado, que depois de votados, são colocados em prática pela Coordenação. A Coordenação de Curso organiza suas atividades em horários aprovados em reunião de Colegiado. O horário de funcionamento da Coordenação, depois de aprovado, é publicado nos murais do curso. Nesse horário são estabelecidos os turnos destinados às reuniões, ao atendimento aos docentes e discentes, bem como à articulação com

o CONDIR e CONSEPE. As políticas pedagógicas do curso são informadas por meio de textos impressos, eletrônicos e dialogadas junto aos discentes.

## **12 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **12.1 Justificativa**

Em 2017, no momento em que o Curso de História do Campus Universitário de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins, UFT, passou a se ocupar, por meio do seu Núcleo Docente Estruturante, NDE, da reformulação de seu Projeto Pedagógico de Curso, algumas questões relacionadas à formação de professores foram postas, tendo em vista a compreensão das complexas mudanças educacionais verificadas no Brasil nos últimos trinta anos.

As primeiras mudanças que devem ser levadas em consideração estão relacionadas à aprovação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, em 1996 e das Diretrizes Curriculares Nacionais, DCNs, em 1998. Essas duas leis são expressões de reivindicações de educadores que, desde as décadas de 1960 e 1970, atuaram no campo político e educacional no sentido de tornar a escola brasileira a mais próxima possível de uma instituição democrática e inclusiva. Tanto uma quanto a outra procuraram definir, nos campos conceitual e curricular, a necessidade de oferta de saberes condizentes com o contexto dos sujeitos que se envolvem com o ensino escolar. Entenderam os profissionais que propuseram as duas leis, bem como os legisladores, que o ensino escolar tradicional, fundado na memorização de conteúdos, não correspondia mais às demandas de uma sociedade que estava constituindo novamente sua democracia. Além do mais, a escola impactada pela globalização reclamava uma formação mais afinada com o trabalho, não mais como formação técnica, mas como direito do cidadão aos bens culturais e materiais no país. As mudanças processadas deixaram a escola, ainda que desigual, mais democrática e inclusiva, dado que os históricos mecanismos de exclusão via reprovação, as exigências materiais e a burocratização foram duramente combatidos, permitindo a permanência, por mais tempo, de estudantes das camadas de baixa renda na escola. Todavia, tal possibilidade de inclusão não ocorreu sem resistências, pois os sujeitos da escola – diretores, professores, coordenadores reagiram, nem sempre de forma positiva, às alterações propostas pelas duas leis.

Ao mesmo tempo que tais mudanças se processavam na educação básica, o ensino superior, a partir de 2000, foi impactado pela expansão de vagas ofertadas. A criação de novas universidades federais, organizadas em sistemas multicâmpus, a expansão e aumento de cursos em universidades já estruturadas, o financiamento público de mensalidades aos alunos do ensino superior privado, os concursos para preenchimento de vagas de professores, as novas formas avaliativas para o ingresso no ensino universitário, como as notas do Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, as cotas para alunos indígenas e afrodescendentes, fizeram aumentar o quantitativo de alunos no ensino superior. Soma-se a esses investimentos, o financiamento público para a permanência de alunos oriundos de famílias de baixa renda na universidade privada.

Esta expansão procurava corrigir os equívocos históricos envolvendo o ensino superior no Brasil, todavia, ela não aconteceu sem conflitos. Um deles está relacionado ao fato da mesma ocorrer nas áreas de exatas, da saúde e das ciências sociais aplicadas. No movimento de expansão, os cursos de licenciaturas foram preteridos pelos alunos egressos do ensino médio que buscavam formação superior, muito em razão das tensões que envolvem a educação básica e dos baixos salários pagos aos professores das redes públicas de ensino. O mesmo ocorreu na expansão dos cursos superiores privados financiados pelo governo federal. Com isso, as licenciaturas deixaram de ser uma opção pautada na vocação, para serem os cursos apenas possíveis para uma parcela da sociedade até então excluída do ensino superior, dado a quantidade de vagas disponíveis. Numa análise bastante superficial, podemos considerar que os problemas de aprendizado verificados na educação básica começaram a se verificar também nos cursos de licenciaturas. Os cursos de formação de professores em História não passaram incólumes nesse processo.

Tais questões precisam ser levadas em consideração na feitura de novo PPC para o Curso de História em Porto Nacional, o que requer compreender o lugar social que o ensino superior ocupou na formação profissional no Brasil, bem como entender a relação entre a formação específica e as disciplinas pedagógicas que procuram dar suporte às didáticas da História, em seu processo de formação como campo disciplinar, pautando o ensino por uma postura que contemple uma postura crítica e ética no exercício da profissão. Afinal, se por tanto tempo lutamos por uma universidade inclusiva e pela democratização do ensino superior, de que forma podemos melhor preparar esses alunos que chegam na universidade carentes de uma

formação mais consistente, em termos do domínio das diferentes linguagens, inclusive a culta?

### **13 OBJETIVOS DO CURSO**

A nova estrutura curricular, agora proposta, procura oferecer um tratamento integrado entre as teorias, conteúdos e didáticas de ensino. Não podemos mais conceber que nossos alunos entendam a formação específica como separada de suas possibilidades de ensino. Nesse sentido, as Práticas como Componentes Curriculares (PCC) indicadas na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, do Conselho Nacional de Educação, para os cursos de licenciaturas se traduzem em grande oportunidade de rever esse equívoco histórico. Todavia, não se pode incorrer no mesmo erro de propô-las de forma estanque - um conjunto de disciplinas “práticas” isoladas na estrutura curricular, tal como ocorre com os estágios supervisionados ou com as disciplinas de dimensões pedagógicas, como História da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação e a Didática. Será necessário, ainda, repensar algum tipo de critério para que os alunos não iniciem os estágios supervisionados sem concluírem pelo menos alguma dessas disciplinas. As disciplinas de Práticas de Ensino de História, com 420 horas, devem se traduzir em possibilidades de integrar aos conhecimentos específicos e aos modos de ensinar e pesquisar em sala de aula na educação básica.

### **14 Bases teóricas do PPC**

#### *O ensino superior no Brasil*

O Brasil demorou a organizar o seu ensino superior. Durante os 210 anos em que os jesuítas estiveram no controle da educação escolarizada brasileira, esse ensino esteve interdito aos súditos da Colônia. Durante o Período Colonial, Portugal proibiu a criação de universidades no Brasil, diferentemente da Espanha, que permitiu a criação de várias dessas unidades em suas colônias americanas. Nesse período, a metrópole oferecia certa quantidade de bolsas aos filhos dos colonos para que esses estudassem na Universidade de Coimbra. Segundo Cunha<sup>4</sup>, dois foram os motivos para o desinteresse de Portugal quanto ao ensino superior na colônia brasileira.

---

<sup>4</sup> CUNHA, Luís Antônio. (2000)

Primeiro, a baixa quantidade de universidades em Portugal (apenas uma no século XVI, enquanto a Espanha possuía oito). Segundo a elite colonial portuguesa, pouco afeita a se indispor com a Coroa, não mostrou interesse em buscar o ensino superior para além do curso de humanidades ofertado pelos jesuítas, de nível médio. Na América Espanhola, ao contrário, buscou-se a formação de uma elite afinada com a cultura em Espanha. Aos filhos das elites coloniais brasileiras que almejavam a instrução superior restavam apenas as universidades europeias. No século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos de seus colégios e da Colônia, o ensino público pensado pelo Marquês de Pombal também não incluía o ensino superior.

O ensino superior no Brasil, quando organizado a partir de 1808, nasceu sob a tutela e para os interesses do Estado português instalado no Rio de Janeiro e influenciado pelo modelo napoleônico de universidade (CUNHA, 2000). Além do mais, nasceu para dar títulos aos filhos das camadas abastadas ou em ascensão da época. Por isso, o curso mais procurado era o de Direito, capaz de oferecer o título de doutor e abrir as portas às profissões liberais. Voltado para formar eruditos, o ensino superior nascente se distanciou dos problemas reais do país<sup>5</sup>.

Para Teixeira<sup>6</sup>, o ensino superior brasileiro do século XIX estava concentrado no professor, que por sua vez era escolhido em concurso público muito concorrido. Esse professor tinha muito prestígio, apesar da baixa remuneração. O ensino ministrado era muito calcado nas conferências. As cátedras atraíam as brilhantes figuras da nossa cultura política, jurídica, histórica, geográfica, filológica e literária. Para esse autor, a tradição da escola superior isolada, herança do Império, permaneceu no ensino superior brasileiro durante décadas. Mesmo as universidades do século XX se configuram muito mais como “confederações de escolas superiores do que como escolas integradas”, afirma o educador.

Quando as primeiras cadeiras de formação profissional foram criadas por D. João VI, nas décadas iniciais do século XIX, houve a necessidade de se articular os níveis de ensino (primário, secundário e superior), algo inexistente até então. Por força da cultura *bacharelesca*, segundo concepção de educação de Azevedo<sup>7</sup>, os cursos

---

<sup>5</sup> TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

<sup>6</sup> TEIXEIRA, Anísio Spínola. Porque “Escola Nova”. Salvador: Biblioteca virtual Anísio Teixeira, **Boletim da Associação Baiana de Educação**, n. 1, 1930. Disponível em ([www.prossiga.br/anisio Teixeira/artigos/nova](http://www.prossiga.br/anisio Teixeira/artigos/nova)). Acesso em: 27.02.2018.

<sup>7</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

superiores passaram a ditar os ritmos de aprendizagem dos demais níveis de ensino, principalmente do secundário. Os exames parcelados – avaliações realizadas pelos cursos superiores para o ingresso dos alunos oriundos das aulas régias, liceus e colégios particulares, passaram a ser a meta principal das poucas escolas secundárias existentes nas cidades brasileiras. O Colégio Pedro II, criado no Rio de Janeiro em 1837, pensado para ser modelo de ensino propedêutico no Brasil, não resistiu ao apelo das camadas médias e altas ao privilegiar os cursos preparatórios ao ensino superior.

Na Primeira República, houve uma considerável expansão do ensino superior. Segundo Luís Antônio Cunha, de 1891 a 1910, “foram criadas, no Brasil, 27 escolas superiores: nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia”. As formas de ingresso nesses cursos passaram a ser constantemente normatizadas. A reforma Rivadavia Corrêa, de 1911, foi a primeira a regulamentar os exames de admissão para o ingresso nas escolas superiores. A reforma Carlos Maximiliano, de 1915, criou os exames vestibulares para comprovação de conhecimentos, não classificatórios; a partir de então, para o ingresso nas escolas superiores públicas passou a ser necessário, além da aprovação nesses exames, a apresentação de histórico escolar indicando a aprovação nas disciplinas do curso secundário. Os alunos de escolas particulares deveriam, ainda, prestar exames nas escolas secundárias públicas estaduais. Com a Reforma Rocha Vaz, de 1925, os exames vestibulares passaram a ser classificatórios, além da comprovação de conhecimentos. Anteriormente a essa reforma, todos os aprovados nos exames ingressariam no ensino superior. A partir de 1925, os aprovados, mas não classificados estavam fora do ensino superior. Assim, a relação ensino básico e ensino superior foi ajustada pelo caráter seletivo desse último. Numa realidade em que a conclusão da educação não era demanda prioritária da maior parte da população, essa seletividade não se traduzia no maior dos problemas educacionais brasileiros.

A seletividade foi sentida como problema a partir do momento em que a economia brasileira passa a ser fundada na indústria e na área de serviços e produzida na área urbana, o que veio a ocorrer nas décadas de 1950 e 1960. A partir de então, e mesmo por pressões externas, cresceu a cobrança para aumentar a

---



formação profissional no Brasil, tanto no ensino médio quanto no superior. Na vigência do Regime Militar, instaurado em 1964, o ensino básico passou a ser visto como prioridade nas políticas educacionais do Ministério da Educação e Cultura. A massificação do ensino básico, impulsionada pela Lei 5.692, de 1971, desacompanhada da devida estrutura física e pedagógica, acabou forçando a demanda por ensino superior. A reforma universitária, de 1968, com a Lei 5.540, pretendeu resolver os problemas causadas por essas demandas. Essa reforma, além de pressionar as universidades públicas a ofertarem cursos de natureza mais técnicas e menos filosóficas, permitiu o funcionamento dos cursos superiores privados de curta duração, com a clara intenção de formar professores para atuar na rede básica de ensino, então em expansão. De acordo com Bárbara Freitag<sup>8</sup>, essa solução levou as camadas populares a buscarem conhecimentos que não as preparavam para a disputa dos melhores empregos, já que esses continuaram a ser disputados por estudantes que conseguiam vencer os concorridos vestibulares das escolas superiores públicas, geralmente aqueles oriundos das escolas de ensino básico particular.

Nas décadas de 1970 e 1980, a lógica da escola superior pública de qualidade para os egressos das escolas particulares e da escola superior particular para os egressos das escolas públicas inquietava, mas não era combatida sistematicamente. Na década de 1990, quando políticas públicas, de natureza neoliberal foram implantadas no ensino básico, buscando ajustar essa etapa do ensino à formação do trabalhador polivalente, por meio de um ensino escolar não mais profissional, mas universal, segundo a lógica do capital humano, os egressos do ensino médio das escolas públicas começaram a forçar sua entrada no ensino superior público. Políticas como a progressão continuada, avaliações diagnósticas, sistemas de avaliações nacionais do ensino fundamental e médio, passaram a induzir os procedimentos de seleção para o ingresso nas universidades, o que levou a uma situação paradoxal: a relativização dos procedimentos e avaliações do ensino básico não foram assumidas no ensino superior público, que continuou com seus processos rígidos de organização de currículos e avaliações.

Os conflitos entre os saberes exigidos no ensino superior público e os praticados nas escolas de educação básica se intensificaram. Nas décadas iniciais do

---

<sup>8</sup>FREITAG, Bárbara. **Escola, educação e sociedade**. São Paulo, Edart, 1977. 135 p.

século XXI, docentes e gestores das escolas de ensino superior encontram dificuldades em assimilarem e aceitarem as mudanças pelas quais passou a escola básica nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Instaurou-se, no ensino superior, a suspeita de que a estrutura pedagógica e didática, próprias da sua natureza, não sobreviria à relativização dos conhecimentos ocorridos no ensino básico. Em razão disso, são recorrentes as reclamações dos docentes do ensino superior quanto aos alunos que entram na universidade sem o devido letramento, sem a capacidade de conexão de saberes e sem a disciplina exigida para os estudos acadêmicos. Tais conflitos, não raras vezes, levam a dois extremos: alguns, mais afinados com as inovações processadas no ensino básico defendem a retomada, logo nos anos iniciais da graduação, dos conhecimentos adquiridos pelo ingressante ao longo de sua vida escolar; outros negam os princípios que regem as mudanças em curso no ensino básico e tratam o aluno segundo a cultura acadêmica tradicional.

A História e suas formas de ensinar passaram pelas mudanças processadas no ensino superior brasileiro.

#### *A formação do professor de História no ensino superior brasileiro*

A História como disciplina regida por um método específico de pesquisa - e autônoma, passou a figurar no ensino escolar brasileiro a partir de 1838, com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A história até então ensinada não fugia muito da história sagrada, pensada ainda no século XVII, pelos padres jesuítas, na qual os heróis políticos portugueses recebiam os mesmos tratamentos destinados aos heróis bíblicos<sup>9</sup>.

O currículo organizado para o ensino de História no Colégio Pedro II era, em muito, devedor das ideias políticas e de compreensões históricas dos membros da Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, fundado também no Rio de Janeiro, em 1837. Esse currículo, composto de História Universal, História Pátria e História Sagrada, seria adotado também nas demais escolas secundárias públicas e privadas do Império. Os usos políticos do ensino de História ficaram explícitos nos manuais utilizados, como os produzidos por Joaquim Manoel Macedo, no qual a História

---

<sup>9</sup> RUCKSTLADER, Flávio Massami Martins; RUCKSTLADER, Vanessa Campos Mariano. **As origens do ensino de história no Brasil Colonial: apresentação do epítome cronológico, genealógico e histórico do padre jesuíta António Maria Bonucci.** Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art05\\_37e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art05_37e.pdf). Acesso em: 28.02.2018.

caberia buscar, no passado, a unidade da nação brasileira em construção, de preferência com a classe senhorial como modelo de sociedade<sup>10</sup>. Se, no Império, coube ao ensino de História apontar para a identidade da nação, na República instaurada em 1889, a disciplina deveria se ocupar da nacionalidade, não somente em bases eurocêntricas, mas já com preocupações com o “povo brasileiro”<sup>11</sup>. A partir de 1930, caberia a História instituir uma moral identificada aos princípios do nacionalismo varguista<sup>12</sup>.

A formação do profissional em História para atuar em sala de aula é tardia no Brasil, vindo a ocorrer somente a partir de 1930. Durante a Colônia a história sagrada era ensinada pelos padres jesuítas ou por mestres-escolas formados em seus colégios. No Império e na Primeira República os docentes da disciplina não tinham formação específica para tal. A escrita e o ensino de História em sala de aula eram atividades exercidas por bacharéis em direito, médicos, engenheiros, literatos e funcionários da burocracia do Estado, com a história ensinada sendo, então, um misto de ensinamentos sobre fauna, flora, folclore, geografia e geologia<sup>13</sup>.

O primeiro curso superior de formação docente para a área de História, no Brasil, foi criado em 1934, quando da criação da Universidade de São Paulo, USP. O Curso de Geografia e História, ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, FFCL, dada a ausência de profissionais com formação específica nessas duas áreas, foram organizados sob os cuidados de historiadores franceses, como Fernand Braudel, Jean Gajé, Pierre Défontaines, Pierre Monbeig e Émile Léonard. Esses profissionais se encarregavam das disciplinas de História Geral, sendo que a História

---

<sup>10</sup>TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de História RUCKSTLADER, Flávio Massami Martins; RUCKSTLADER, Vanessa Campos Mariano. **As origens do ensino de história no Brasil Colonial: apresentação do epítome cronológico, genealógico e histórico do padre jesuíta Antônio Maria Bonucci**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art05\\_37e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art05_37e.pdf). Acesso em: 28.02.2018.

TOLEDO, Maria Aparecida LeopoldinoTursi. **A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina**. Acessível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a02v2312.pdf>. Acesso em 28.02.2018.

<sup>11</sup>GONTIJO, Rebeca. **Historiografia e ensino da História na Primeira República: algumas observações**. “Os usos do Passado” – XII Encontro Regional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>12</sup>ABUD, Kátia Maria. **A formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas**. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 18, . n. 36. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006). Acesso em 28.02.2018.

<sup>13</sup> GONTIJO, Rebeca. Idem.

da Civilização Americana ficaria à cargo de um professor brasileiro de “notório saber”<sup>14</sup>.

Na organização desse curso se processa um primeiro dilema que acompanharia a formação do profissional em História – e de outras áreas, por longo tempo. A formação específica do professor, por meio de disciplinas próprias da área, ocorreria em três ou quatro anos, sendo que, no último, o aluno passaria a receber formação quanto aos procedimentos de ensino na Faculdade de Educação. Na perspectiva de um dos idealizadores da USP, o educador escolanovista Fernando de Azevedo<sup>15</sup>, seria na Faculdade de Educação, organizada sob forte influência da Psicologia, que os futuros professores receberiam os conhecimentos pedagógicos necessários para tratar os conhecimentos específicos em sala de aula. Ou seja, na compreensão Azevedo, como foi a de Anísio Teixeira na organização da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, em 1935, o profissional de História se encarregaria dos conteúdos a serem ensinados, os pedagogos se incumbiriam dos procedimentos didáticos necessários para a transmissão desses conhecimentos. Estava instalado a divisão entre o currículo específico das áreas de conhecimento e os currículos didáticos e pedagógicos. Esse formato de ensino superior em História seria adotado pelas universidades federais e estaduais públicas e privadas, organizadas no Brasil a partir das décadas de 1950. Em que pese algumas áreas de conhecimento assumirem sua própria formação didática, o modelo inspirado na USP prevaleceu nos cursos de História durante muito tempo

Com a Reforma do Ensino Superior, promovida pelos militares, em 1968, o dilema da separação entre os conhecimentos específicos e didáticos continuou. Com o incentivo dos governos militares para a criação de cursos de História em faculdades privadas, no formato de licenciatura curta (dois anos), e com a censura imposta aos professores dos departamentos de História das universidades públicas, a modalidade mais procurada e prestigiada para a formação do profissional em História passou a ser a pós-graduação *stricto sensu*. A divisão já verificada na formação pensada na década de 1930 ganhou uma nova subdivisão. Os que buscavam formação para atuação em sala de aula passaram a procurar os cursos de licenciatura, de preferência

---

<sup>14</sup> SILVA, Norma Lucia da. **Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História**. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em História, 2011.

<sup>15</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

as curtas. Por outro lado, aqueles que buscavam formação para a pesquisa passaram a buscar aprimoramentos em programas de mestrados e doutorados. O conhecimento histórico pautado em pesquisas se distanciava cada vez mais do ensino na educação básica.

Todavia, o distanciamento entre o professor pesquisador e o professor de sala de aula na escola básica foi densamente combatido na elaboração e aprovação dos Parâmetros Curriculares para o Ensino de História, de 1998. Mas isso não ocorreu sem debates e conflitos de interesses acadêmicos. Uma primeira confusão gerada entre os professores de História – em razão da aplicação dos termos propostos nos PCNs de História, seja na educação básica, seja na superior, foi a gerada a partir necessidade de se relacionar o currículo específico para a formação do historiador com as devidas competências e habilidades requeridas para a atuação em sala de aula. Segundos os PCNs, os conteúdos, a partir de então, não se resumiriam mais a transposição do saber docente ao discente, que os assimilariam de forma vertical. Os parâmetros indicavam que para cada saber histórico a ser ensinado caberia sempre a duplo exercício: o que fazer (as competências) e o como fazer (as habilidades). Os saberes históricos, dessa forma, foram instados a se distanciarem do sistema francês do *quadripartite*, a saber, a linearidade da História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea e suas correlatas em História do Brasil: Colônia, Império e República, para, sem negar seus princípios e conceitos, iniciarem-se a partir dos contextos locais e regionais.

A partir de então, uma grande confusão envolveu os que lidavam com o ensino de História em sala de aula, com os docentes se sentindo perdidos no labirinto de possibilidades indicadas nos PCNs. Livros e materiais didáticos foram reescritos, indicando novos formatos de abordagens e procedimentos. Nesse sentido, as escolas passaram a contar com livros de diferentes matrizes conceituais e metodológicas: os de cunho tradicional, amparados no *quadripartite* francês, os que privilegiavam uma integração entre a História Geral do Brasil, e aqueles que adotaram o ensino por meio de eixos temáticos. Tal diversidade, em que pese sua contribuição para a pluralidade do aprendizado histórico, trouxe desconfortos aos alunos e professores. Isso sem levar em consideração as orientações sobre os usos de fontes e teorias para a pesquisa, ensino e aprendizado em História.

A partir de 2014, mais duas mudanças passaram a afetar os estudantes e professores de História: a construção e aprovação da Base Nacional Curricular

Comum, BNCC, e a Lei 13415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a LDBEN 9394/2016, no que se refere ao Ensino Médio.

Quanto ao BNCC para a área de História, um denso e tenso debate foi travado entre historiadores e demais profissionais de Ciências Humanas, tão logo a versão inicial foi disponibilizada pelo Ministério de Educação e Cultura, MEC, no segundo semestre de 2014. Os defensores dos princípios e conteúdos universais contidos no *quadripartite* francês, especificamente suas temporalidades tradicionais, criticaram o fato de as propostas no BNCC relativizarem em demasia conceitos básicos necessários à civilização e de apontarem para uma compreensão maniqueísta da História, ou seja, para a oposição entre a história do Ocidente e as histórias ameríndias e africanas. Por outro lado, os defensores da proposta, tal como ela foi enviada para o debate, afirmavam que os conceitos e a temporalidade universal encerravam as possibilidades de compreensão histórica das diversidades culturais. A proposta tradicional foi vencedora no documento aprovado em fevereiro/março de 2018.

Quanto a nova lei do Ensino Médio, seu efeito é mais nocivo ainda para a área de História, pois diz respeito ao quantitativo de horas necessárias para um ensino básico de História com qualidade aos adolescentes e ao próprio mercado de trabalho destinado aos profissionais da disciplina. A Lei 13415, de 16/02/2017, não garantiu a disciplina de História no Ensino Médio. Isso tem causado apreensão aos cursos de licenciaturas de História, Sociologia, Geografia e Filosofia, pois pode significar cortes em postos de trabalho, aprofundando ainda mais crise vivida pela área, em razão da baixa procura do curso pelos alunos. Soma-se a isso, a decisão de o ensino de História, nos chamados Itinerários Formativos – a parte profissionalizante do Ensino Médio, permitir que pessoas de “notório saber” e não necessariamente profissionais formados atuem na área. Soma-se a essas mudanças, a possibilidade de o Ensino Médio poder ofertar 40% de sua carga horária na modalidade a distância.

#### 14.1 Os desafios e propostas para aprender a ensinar História nas licenciaturas

A integração entre o ensino básico e o ensino superior deve ser condição básica para a democratização de um ensino de qualidade. As aspirações de uma devem ser as mesmas do outro; assim como as propostas didáticas/pedagógicas de uma das etapas do ensino devem ser levados em consideração pela outra. O acesso

ao conhecimento, tanto para a constituição de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de romper com as práticas autoritárias e conservadoras, deve permitir tanto o preparo com qualidade para o mercado de trabalho quanto a formação de um ser humano consciente de suas responsabilidades individuais e coletivas. A formação em História deve se ocupar com a conexão entre os saberes escolares básico e superior e com uma integração disciplinar capaz de minorar os problemas que cercam os egressos do ensino médio.

Em que pese algumas poucas tentativas, nem sempre eficazes, de diálogos e compromissos entre as duas etapas de ensino, sobram acusações entre as duas. Os responsáveis pelas redes estaduais e municipais de ensino básico acusam a universidade de não formar os professores que elas precisam. Os dirigentes e professores da universidade acusam a escola básica de não preparar devidamente os alunos para a permanência no ensino superior. Em reuniões pedagógicas dos cursos de licenciaturas do Campus Porto Nacional, tais como as reuniões de docentes das disciplinas de Estágio Supervisionado e reuniões conjuntas de membros dos Núcleos Docentes Estruturantes são comuns as reclamações dos docentes sobre calouros que não sabem ler, escrever, interpretar e as regras básicas da Matemática e da Língua Portuguesa, dos conceitos e conhecimentos básicos de História, Geografia e Ciências. Nos cursos de formação continuada de professores da educação básica ou em reuniões com dirigentes das redes públicas de ensino, a universidade é sempre acusada de oferecer conhecimentos distantes da realidade da sala de aula.

Para a elaboração do novo Projeto Pedagógico de Curso, do Curso de História de Porto Nacional o NDE partiu de questões bem simples: a) se a educação básica melhorou seus índices de permanência e aprovação nos últimos dez anos, qual o motivo de os docentes do Curso de História acusarem os egressos da educação básica de não dominarem os conhecimentos necessários para um estudante de História no ensino superior? b) por que os currículos e didáticas do Curso de História resistem em mudar suas perspectivas em razão das mudanças processadas no ensino básico? c) quais as explicações plausíveis para a continuidade do distanciamento latente entre as duas etapas de ensino?

As respostas a essas questões não são simples. É preciso insistir na busca de compreensão acerca do problema da separação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, algo que pode ajudar a pensar um currículo que conjugue sólida formação

específica e as didáticas necessárias ao ensino de História. Pimenta e Lucena Lima<sup>16</sup>, pontuam debates importantes para vencer o tratamento estanque entre teoria e práticas de ensino, um constante desconforto nos cursos de História. Para as autoras, é muito comum nos cursos de licenciaturas, a concepção de que teorias se aprendem no ensino superior e os procedimentos de ensino nas práticas escolares do ensino básico. As autoras não estão, ao todo, equivocadas. No que se refere aos cursos de História, vimos que a disciplina surgiu, no século XIX, sem a preocupação com a formação de professores que dominassem a didática de ensino, o que demorou dezenas de anos para ocorrer. E quando isso ocorreu, as teorias e conteúdos ficaram por conta dos especialistas em História e as didáticas e procedimentos de ensino foram transferidos para os departamentos de educação. Pimenta e Lima destacam que nessa separação, as disciplinas práticas acabam por ocupar lugares menos relevantes na estrutura curricular dos cursos de formação de professores. Essa hierarquização não é resultado somente das disputas internas entre professores “teóricos” e os das “práticas” – ela é incentivada pelas próprias secretarias de educação das redes básicas de ensino, que exigem dos professores extensas horas de formação que muitas vezes não passam de treinamento em trabalho. As teorias e os conteúdos específicos, a partir dessa mentalidade, ocupam lugar privilegiado no ensino superior. Enquanto o preparo para o ensino fica a cargo das “observações” da escola e da regência, via de regra em ambientes de tensão, as teorias se restringem aos debates nas disciplinas de conteúdos específicos da área de História. Dada a essa pouca preocupação com o preparo didático, os alunos do ensino superior acabam ensinando tal qual seus professores o fizeram. As autoras visualizam nessa reprodução um dos fatores da permanência do ensino tradicional nas escolas básicas. Nessa cultura de separação entre teorias e práticas, a formação para o ensino em sala de aula acaba assumindo o papel de ofertar técnicas de ensino, ou seja, uma didática instrumental. As autoras sinalizam para a necessidade de os cursos de formação de professores não dispensarem aos ensinamentos didáticos um tratamento destituído de teorias, e que os conhecimentos específicos não ocorram sem a didática de ensino, nos termos da integração entre teoria e prática, pois sem teoria é impossível avançar na crítica.

---

<sup>16</sup> PIMENTA, Selma Garrido; LUCENA LIMA, Maria do Socorro. **Estágio e Docência**. São Paulo, Editora Cortez, 2004.



Tentemos responder alguns dos questionamentos acima. Quanto a acusação, da parte de muitos professores de História de que os egressos do ensino médio entram na universidade sem o devido preparo, mesmo que esses tenham permanecido mais tempo e mais alunos tenham concluído essa etapa de ensino, entendemos que essa percepção resida, em grande medida, na insuficiente formação de professores da escola básica. Há suspeitas de que os professores do ensino fundamental e médio estão com dificuldades em saberem avaliar seus alunos sem os instrumentos de reprovação ou similares. Por uma série de razões políticas e culturais, há suspeitas, nem sempre explícitas, de que as possibilidades de avaliar os alunos de forma continuada têm permitido que esses adentrem nos cursos de História sem as condições necessárias para o aprendizado profissional na área. A formação contínua, expressa na ideia de que um aluno não pode ser retido por não dominar algum tipo de conhecimento, já que ele poderá recebê-lo ao longo de sua aprendizagem escolar, foi entendida na cultura escolar como “aprovação automática”. De todo modo, se os avanços com a adoção da “progressão continuada” permitiram aos alunos permanecerem mais tempo na escola, por outro lado, permitiu também que eles progredissem sem os conhecimentos necessários ao seu tempo escolar. Problemas com interpretação de textos, com a escrita, com a leitura e com os usos de tecnologias são inúmeros. Os ingressantes nos cursos de licenciaturas, até que novas metodologias sejam assumidas por professores das redes básicas de ensino, continuarão a apresentar problemas de aprendizagens que saltam aos olhos. O que fazer? Ao nosso ver, cabe ao Curso de História assumir a formação básica dos egressos do ensino médio, seja atuando na escola básica, seja reorganizando sua estrutura curricular de forma a conseguir o que ela tem apresentado dificuldades em alcançar. Com certeza, é necessário dirimir os problemas de leitura, da escrita e de interpretação de textos e usos de tecnologias.

No que se refere às resistências às mudanças processadas no ensino básico, mormente com relação à estreita relação entre os conteúdos e suas didáticas, temos em mente que um curso superior não pode mais se ocupar de teorias em si mesmas, deixando as formas de ensinar para as disciplinas “pedagógicas”, ou para o aprendizado prático em sala de aula, compreensão ainda muito arraigada entre docentes dos cursos de História. Ou percebemos que existe uma outra realidade cercando o aluno da educação básica ou não conseguiremos buscar saídas para os

dilemas do Curso de História. Rüsen<sup>17</sup> entende a aprendizagem em História como sendo um processo de mudança estrutural na consciência histórica, que opera como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente. Há que se compreender que o ensino de História adquire maior importância quando organizado em sintonia com problemas reais, premissa essencial para não se tornar uma disciplina vazia de sentido e de significado para a vida pessoal dos alunos.

Dessa forma, as mudanças processadas nos ambientes sociais e culturais dos alunos da educação básica – novos formatos e novas relações de aprendizagens, novas formas de convívio familiar e com as hierarquias, não podem ser ignoradas na organização de estruturas pedagógicas e curriculares dos cursos superiores de História. Os egressos do ensino médio não são mais os mesmos das décadas de 1980 e 1990. É preciso propor novos ambientes de ensino e aprendizagens e rever as linguagens que interligam saberes.

A estrutura curricular do novo PPC deve levar em consideração as disciplinas tradicionais que compõem os saberes necessários ao historiador, mas não pode deixar de ousar em novos formatos experimentados, como os que privilegiam as culturas históricas locais e regionais.

Quanto as explicações plausíveis para a continuidade do distanciamento entre as duas etapas de ensino, acreditamos que isso ocorra (mas não somente por isso) pela falta de projetos de intervenção dos docentes do Curso de História nos ambientes escolares da educação básica. É necessário que o Projeto Pedagógico do Curso de História estabeleça uma clara política de atuação de seus docentes, seja por meio de carga-horária ativa das disciplinas, seja por meio de projetos interdisciplinares ou parcerias entre as duas etapas de ensino. O contato e o trato com professores e alunos do ensino fundamental e médio, para além dos estágios supervisionados, é uma das mais significativas possibilidades para encurtar a histórica distância entre esses segmentos de ensino.

Finalmente, tendo em vista a formação de um profissional que saiba pesquisar e ensinar, em razão da ampliação do campo de trabalho do historiador, o Curso de História de Porto Nacional tem a oportunidade de oferecer aos egressos da educação básica uma sólida formação para o desenvolvimento em atividades em bibliotecas,

---

<sup>17</sup> RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2015.

museus, arquivos. É necessário potencializar os estudos oferecidos na estrutura curricular do curso, preparando o aluno para a docência e para o exercício de atividades em outras áreas como a arquivologia, a museologia e arqueologia, entre outros. O estado do Tocantins e outros da Região Norte necessitam formar profissionais que saibam lidar com o ensino de História em sala de aula e que estejam preparados para desenvolver outras atividades que fazem parte do universo profissional do historiador. Para tanto, a formação curricular do novo PPC deve levar em consideração os usos de espaços de pesquisa disponíveis no Campus de Porto Nacional, como os diversos núcleos e laboratórios. Tais espaços devem se consubstanciar em ferramentas de ensino e pesquisa. Sendo assim, disciplinas práticas devem ser organizadas, visando aproveitar os recursos que estão disponíveis nesses espaços.

Com essas preocupações, pensou-se um projeto político pedagógico ancorado na ideia da interdisciplinaridade, buscando uma integração entre os saberes e o diálogo profícuo entre as disciplinas curriculares. Destaca-se ainda mais a importância da interdisciplinaridade quando a intenção é formar professores, por isso, pensamos nas *práticas como componente curricular* como *locus* privilegiado para romper o engessamento dos domínios dos conhecimentos específicos. Busca-se, então, a partir de práticas interdisciplinares romper o caráter estanque das disciplinas, relacionando-as umas às outras.

## 15 PERFIL PROFISSIONAL

O licenciado em História deverá estar habilitado ao pleno exercício profissional nas dimensões do ensino e da pesquisa, dominando conteúdos e práticas referentes ao conhecimento histórico tanto para a sua produção, quanto para a sua difusão.

Ainda que o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais enfatize a noção de uma sólida formação de base generalista, crítica, ética e continuada, o Parecer CNE/CES 492/2001 estabelece, por outro lado, que o licenciado em História deva estar preparado para o exercício do trabalho da docência em História, em todos os seus dimensionamentos, o que, sucintamente, está estabelecido aqui nas concepções e objetivos do curso de licenciatura em História do campus de Porto Nacional.

A formação profissional do docente em História deve prover meios que o permitam ao mesmo conhecer e dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas bem como as distintas investigações e análise de objetos específicos da produção do conhecimento e da pesquisa histórica. Assim, o licenciado em História deverá promover a produção e difusão do conhecimento histórico, cujo resultado - entendido como uma contribuição teórica, metodológica e historiográfica - deve ser incorporada ao ensino fundamental e médio de História, possibilitando sua dinamização e elevação qualitativa.

No aspecto específico de atuação profissional, no âmbito do Estado do Tocantins, em grande medida, o licenciado em História atuará no magistério da educação básica (ensino médio e fundamental) das redes públicas e privadas e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos de forma geral. Todavia, pela formação oferecida o licenciado em História poderá igualmente atuar em coordenações e orientações pedagógicas no âmbito das escolas e em consultorias fora dela.

Abre-se também oportunidades de atuação desse profissional, desde que não haja regulamentações corporativas em contrário, em museus, arquivos históricos, centros de documentação, laboratórios de pesquisa histórica e de arqueologia histórica, bibliotecas, secretarias de educação e de cultura, fundações culturais, jornais, tvs e em produções vídeo documentais. Sem contar com as amplas possibilidades de inserção em atividades profissionais específicas de organizações não governamentais e em movimentos sociais organizados.

## **16 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES**

Os egressos, no momento da integralização do Curso de História deverão estar capacitados a:

- Lidar com o uso indiscriminado das mais diversas formas de fontes históricas; documentais, iconográficas, orais, etc., reconhecendo o papel das distintas linguagens e os discursos dos diferentes segmentos sociais de que são produtos;
- Distinguir com precisão os diversos conceitos históricos e utilizá-los de maneira a não distorcer a historicidade de determinada época histórica;

- Interpretar textos de caráter historiográfico, sabendo distinguir as matrizes teóricas, metodológicas e ideológicas que os orientam;
- Utilizar dados quantitativos e estatísticos relativos a uma dada realidade social, enquadrando-os aos contextos históricos mais gerais;
- Distinguir a História enquanto disciplina das Ciências Humanas, a História enquanto o conjunto das experiências sociais do passado e do presente, a historiografia enquanto uma tentativa de interpretação do passado e a filosofia da História enquanto as oscilações sociais ao longo do tempo cronológico;
- Observar o uso indistinto de diversas interpretações históricas sobre um mesmo objeto histórico e saber distinguir os seus aspectos ideológicos;
- Distinguir a utilização de recortes e abordagens historiográficas específicas para a interpretação de determinado objeto histórico; história social, história econômica, história política, história cultural;
- Distinguir a existência de determinadas correntes historiográficas, que se orientam a partir de modelos teóricos distintos;
- Situar as distintas formas de manifestações humanas ao longo do tempo cronológico; as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais;
- Saber distinguir as épocas históricas em seus tempos sociais específicos e os seus ritmos de simultaneidade e/ou de transformações estruturais;
- Relativizar as concepções temporais da História e as formas diversas de periodização do tempo cronológico, situando-as como construções conjecturais específicas;
- Otimizar os valores da coletividade na constituição de processos históricos em determinada e distintas épocas históricas;
- Reconhecer a existência de distintas culturas e de povos com concepções cosmológicas diferentes, não lhes atribuindo juízos de valores a partir de padrões culturais opostos, ou seja, respeito ao outro e utilização do conceito de alteridade.

## **17 ESTRUTURA CURRICULAR DO PPC**

### **17.1 Os núcleos e suas disciplinas**

A carga-horária das disciplinas são divididas por créditos, sendo 1 (um) crédito equivalente a 15 (quinze) horas-aula. Uma disciplina de 60 (sessenta) horas-aula equivale a 4 (quatro) créditos. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, o Curso de Licenciatura de História de Porto Nacional está organizado em disciplinas distribuídas em 03 (núcleos).

**O Núcleo I Teoria e Metodologia da História** compreende os estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Proporcionarão aos discentes o acesso a um conjunto de conceitos, instrumentos e conteúdo específicos para o desenvolvimento, sistematização e divulgação da pesquisa histórica. O conjunto das disciplinas compreende os estudos que envolvem o trabalho e ofício do historiador, com enfoque na importância da teoria e do método histórico como bases constitutivas na construção do conhecimento histórico, e sua relação com as abordagens do ensino, conforme informações na matriz curricular.

**O Núcleo II História Geral, do Brasil e da América** aborda o aprofundamento e a diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos. As disciplinas desse núcleo buscam permitir aos discentes o acesso a um conjunto de conceitos, instrumentos e conteúdo específicos para a formação de um historiador. Considerando os últimos debates de historiadores que propõem reformulações dos currículos para os cursos de História a partir da crítica aos currículos que se fundamentam no *quadripartite francês* (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), formulados ainda na primeira metade do século XX, propõe-se uma estrutura para novo PPC de História de Porto Nacional que, mesmo sem fugir dos marcos cronológicos, rompa com a aplicação de termos que dizem respeito somente à História Europeia. Isso porque os conceitos como Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo foram cunhados para e a partir das mudanças verificadas na Europa, sendo portando, detentores de visões de mundo de apenas uma parte do mundo. A proposta de um currículo que privilegie os diferentes espaços (África, Ásia, América, Europa) sem a incidência de conceitos próprios das sociedades europeias, ainda que se mantenha a cronologia tradicional, permite estudar aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de diferentes continentes e possibilita perceber aspectos importantes das mudanças e permanências, rupturas e continuidades, conceitos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História. Nessa perspectiva, os conteúdos do currículo proposto pretendem

se desvencilhar das perspectivas de antiguidade, de idade média, de modernidade e de contemporaneidade, que secundarizaram as histórias de outros continentes por um logo tempo.

As duas disciplinas optativas que constam na estrutura curricular possuem ementários livres, ou seja, as ementas serão elaboradas no momento de suas ofertas pelos docentes. Suas ementas devem corresponder às necessidades da formação do aluno, constituindo-se de títulos voltados para a natureza histórica e historiográfica do curso e ocupando-se de temas pertinentes a realidade social e política da comunidade acadêmica. Além dessas duas disciplinas, outras poderão ser ofertadas e cursadas concomitantes às demais ofertadas, sem prejuízo aos alunos. Podem ser ofertadas quantas disciplinas optativas o Colegiado do Curso considerar relevante, cabendo ao aluno escolher 2 ou mais que melhor atendam aos seus interesses.

Nos Seminários de Pesquisa I e II, deve-se levar em conta que nos cursos de História, no século XXI, não cabe mais a diferença entre o docente que leciona em sala de aula daquele que se ocupa da pesquisa, ou seja, entre professor e o historiador. Essa dicotomia, ainda muito comum nos cursos de licenciaturas e bacharelados, já está superada há anos. Desde a aprovação dos PCNs, em 1998, vigora a compreensão de que a docência não se consolida sem a pesquisa e a pesquisa não se faz sem o ato de ensinar. Dessa forma, todo professor é um pesquisador e todo pesquisador é um professor. É a partir dessa premissa que tais disciplinas foram organizadas neste PPC. Espera-se que elas se traduzam no aprimoramento de uma prática docente que integre a pesquisa e o ensino. É nessa perspectiva que, em Seminário de Pesquisa I, a turma terá a regência de um único professor e tratará das bases teóricas para a pesquisa em História, tendo como objetivo o debate envolvendo teorias, métodos e manuseios de fontes para a escrita na área. No Seminário de Pesquisa II, novamente sob a coordenação de um único professor os alunos apresentarão as pesquisas em andamento. Em consonância com os professores orientadores os discentes realizarão os estudos dirigidos, nos quais desenvolverão os temas escolhidos para a pesquisa e aprimorarão a produção de textos históricos. O coordenador da disciplina convidará os demais professores do curso para apreciarem e emitirem pareceres sobre os projetos apresentados no seminário, qualificando assim a escrita dos trabalhos de conclusão de curso. Verificar a distribuição das disciplinas na matriz curricular

**O Núcleo III Disciplinas de Dimensão Pedagógica** atende a formação pedagógica, pensada de forma conjunta com a formação específica, criando uma identidade entre as duas, formando profissionais licenciados para atuação no Ensino Básico (Fundamental II e Médio). As disciplinas desse núcleo buscam proporcionar aos discentes o acesso a um conjunto de conceitos e instrumentos básicos para sua formação, bem como propiciar uma compreensão mais geral de diferentes áreas do conhecimento que dialogam direta ou indiretamente com a história. Busca possibilitar ao discente articular os conteúdos do curso à área da educação e, especialmente, ao processo ensino-aprendizagem. As disciplinas que compõem o Núcleo III estão inseridas na matriz curricular

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, em seu parágrafo segundo do artigo 13, o curso de licenciatura deverá garantir nos currículos,

[...] os conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Algumas disciplinas foram pensadas de maneira interdisciplinar para garantir os conteúdos da resolução, tais como a disciplina de Libras, no segundo período, busca-se oferecer uma formação mais completa para lidar com uma educação inclusiva. A disciplina de Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos Humanos, no quarto período, e Projeto de Ensino de História e Diversidade, no oitavo período, desenvolvem conteúdos de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Também complementam esses conteúdos as disciplinas de História da África (1000 a.C - 1200 d.C), no primeiro período, a disciplina de História da África (após 1200 d.C), no quarto período, a disciplina de Antropologia, no segundo período, e a disciplina de História Indígena, no quarto período, abordam as questões de diversidades étnico-racial e religiosas.



Os conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação serão abordados na disciplina Política, Gestão e Currículo, no quarto período.

As Práticas como Componentes Curriculares (PPC) estão inseridas nas disciplinas teóricas/metodológicas e históricas/historiográficas. Elas devem se traduzir em oferta de saberes que ampliem a formação do profissional em História, promovendo, de forma articulada, atividades de pesquisas, oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, entre outros, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica. As PCC estão inseridas nas disciplinas e evidenciadas no quadro da matriz disciplinar do curso.

De acordo com a Resolução 02 de 2015, as práticas como componentes curriculares devem se traduzir em um diálogo entre a Teoria e a Prática, onde se estabelece a Práxis Docente. Isto significa que tais práticas devem articular Saberes Históricos, Saberes Culturais e Saberes Filosóficos, como pontos de conhecimento e intervenção na prática docente, de forma a proporcionar aos futuros professores, um conhecimento do Homem, de sua Cultura, de seus processos Históricos ao longo do Tempo, das diferenças entre o EU e o OUTRO, sabendo-se e percebendo-se diferente neste processo; isto garante, enfim, uma formação e uma prática docente através de uma proposta transformadora, cultural, social e histórica. CAETANO *et al* (2016, p. 9), aponta que práticas de ensino tem como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, em favor de aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Dentre os procedimentos indicados aponta:

Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema; Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação; Levantamento e análise de materiais e livros didáticos; Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica; Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre

profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica.<sup>18</sup>

### Estágios Supervisionados

	Disciplinas	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. PCC	C.H. Total
	Estágios Supervisionados em História I	45	75		120
	Estágios Supervisionados em História II	45	75		120
	Estágios Supervisionados em História III	45	75		120
	Estágios Supervisionados em História IV	45	75		120
	<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>300</b>		<b>480</b>

As disciplinas de estágio supervisionado estão fundamentadas nas premissas jurídicas educacionais em vigor, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e o que prevê a resolução CP nº 1 de 30 de setembro de 1999, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e nas Resoluções CNE/CP 1 e 2 de 18/02 e 19/02, respectivamente publicadas no Diário Oficial do dia 04/03/2002 que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior e a sua duração e carga horária.

Na perspectiva pedagógica, o estágio supervisionado é uma importante atividade que o aluno realiza em instituições de ensino, sob a orientação e supervisão de um professor-orientador, em que a partir dessa experiência o futuro professor de História possa melhor compreender a atual situação da educação do país, e contribuir para sua transformação.

Assim, o estágio supervisionado deve ser considerado um dos momentos cruciais da reflexão crítica e da produção de novos conhecimentos, em que o futuro professor de História poderá refletir, tematizar, problematizar e intervir transformando sua própria atuação profissional, de forma concreta e objetiva, confrontando continuamente conhecimentos, situações de trabalho, construindo e reconstruindo teorias, que articule teoria e prática, e que propicie um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Por fim, o estágio supervisionado consiste, em um momento, na fase em que o aluno desenvolverá as atividades de observação e desempenho em sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, nas instituições de ensino de Porto Nacional. Período

<sup>18</sup>CAETANO, Andressa Mafezoni etall. Prática como componente curricular: possibilidades de organização no currículo. Projetos de Cursos de Licenciaturas, Centro de Educação/UFES Goiabeiras.

no qual o aluno, deverá se inserir em uma classe, participando das atividades docentes junto com o professor responsável, observando os trabalhos, levantando os dados, elaborando material didático pedagógico e à docência em sala de aula. Na regência, os alunos do curso de História ministrarão aulas sob a orientação do professor regente da disciplina na escola e sob a supervisão do professor de estágio do curso de História.

No primeiro estágio, logo após as horas/aula de orientações teóricas, os discentes farão horas/aula de observação da realidade administrativa e pedagógica de uma unidade de ensino fundamental e/ou médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional, seguidas de reflexões teóricas sobre as observações realizadas. No Seminário de Estágio I, apresentarão seus relatórios de observação.

No segundo estágio, logo após horas/aula de orientações teóricas, os discentes realizarão regências em turmas de 6º. e 7º anos de uma unidade de ensino fundamental da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca das regências. No Seminário de Estágio II apresentarão os relatórios das regências realizadas.

No terceiro estágio, após as orientações teóricas, os discentes realizarão planejamentos e regências em turmas de 8º. e 9º anos de uma unidade de ensino fundamental e/ou ensino médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca das regências. No Seminário de Estágio III apresentarão os relatórios das regências realizadas.

No quarto estágio, após orientações teóricas, os discentes realizarão planejamentos e desenvolverão projetos sobre Ensino de História e Novas Abordagens, em uma unidade de ensino fundamental e/ou ensino médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca dos projetos desenvolvidos. No Seminário de Estágio IV, apresentarão os relatórios dos projetos desenvolvidos.

As Atividades Complementares estão relacionadas aos estudos integradores para enriquecimento curricular, totalizando 210 horas, dispostas na matriz o curso.

As disciplinas que não completam a carga horária total do novo PPC, terão que cumprir carga horária complementar na forma de disciplinas modulares definidas pelo colegiado. As disciplinas ofertadas, não necessariamente terão os mesmos títulos, porém atenderão conteúdos que garantam a equivalência.

Posto isso, o Curso de História de Porto Nacional passa a contar com a seguinte matriz curricular:

### 17.2 Matriz Curricular do Curso de História (Licenciatura)

Código UFT	Período	Disciplina	CR	C.H. Teórica	C.H. Prática	CH PCC	CH Total	Pré-Requisito	Núcleo	Equivalência	CH Total
6HISL001	1	História da Educação Brasileira	4	60			60		3	História da Educação	60
										Introdução aos Estudos Históricos / com necessidade de completar carga-horária	60
6HISL002	1	Teoria e Método da História I	6	45	30	15	90		1	Fundamentos da Pré-História	60
6HISL003	1	Arqueologia	4	30	15	15	60		1	História Antiga	60
6HISL004	1	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)	4	45		15	60		2	História da África	60
6HISL005	1	História da África (1000 a.C - 1200 d.C)	4	45	15		60		2		60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 1º. PERÍODO			22	225	60	45	330				
6HISL006	2	Filosofia da Educação	4	60			60		3	Filosofia da Educação	60
6HISL007	2	Historiografia Geral	4	45		15	60		1	Historiografia Geral	60
6HISL008	2	Antropologia	4	30	15	15	60		1	Antropologia Social	60
6HISL009	2	Libras	4	60			60		3	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60
6HISL010	2	Estágio Supervisionado em História I	8	45	75		120			Estágio Supervisionado em História I / com necessidade de completar carga-horária	120
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 2º. PERÍODO			24	240	90	30	360				
6HISL011	3	Didática em História	4	45	15		60		3	Didática	60
								Teoria e Método da História I		Métodos da História / com necessidade de completar carga-horária	60
6HISL012	3	Teoria e Método da História II	6	45	30	15	90		1	Sem equivalência	
6HISL013	3	Historiografia Brasileira	4	45		15	60		1	História Medieval	60
6HISL014	3	História da Europa (séc. V - XV)	4	45	15		60		2	Sociologia da Educação	60
6HISL015	3	Sociologia da Educação	4	60			60		3		60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 3º. PERÍODO			22	240	60	30	330				
6HISL016	4	Política, Gestão e Currículo	4	60			60		3	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60

6HISL017	4	História da América (até séc. XVI)	4	45		15	60		2	História da América Colonial	60
6HISL018	4	História da África (após 1200 d.C)	4	30	15	15	60		2	Sem equivalência	
6HISL020	4	Estágio Supervisionado em História II	8	45	75		120	Estágio Supervisionado em História I e Didática em História		Estágio Supervisionado em História II	120
6HISL021	4	História Indígena	4	30	15	15	60		2	História Indígena	60
6HISL022	4	Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos	8	15	105		120		3	Sem equivalência	
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 4º. PERÍODO			32	225	210	45	480				
6HISL023	5	Psicologia e Educação	4	60			60		3	Psicologia da Aprendizagem	60
	5	Optativa I	4	60			60		2	Optativa I	60
6HISL024	5	História do Brasil (até o séc. XVIII)	4	45		15	60		2	História do Brasil Colônia	60
6HISL025	5	História da América (séc. XVI - XIX)	4	45		15	60		2	História da América Independente	60
6HISL026	5	História da Ásia	4	45		15	60		2	Sem equivalência	
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 5º. PERÍODO			20	255	0	45	300				
6HISL027	6	História e Memória	4	30	15	15	60		1	Sem equivalência	
6HISL028	6	História da Europa (séc. XV-XVIII)	4	45		15	60		2	História Moderna	60
6HISL029	6	História da América (pós séc. XIX)	4	45		15	60		2	Sem equivalência	
6HISL030	6	Estágio Supervisionado em História III	8	45	75		120	Estágio Supervisionado em História II		Estágio Supervisionado em História III	120
6HISL031	6	Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História	4	45	15		60		3	Sem equivalência	
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 6º. PERÍODO			24	210	105	45	360				
6HISL032	7	Seminário de Pesquisa I*	8	30	60	30	120	Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História	1	Trabalho de Conclusão de Curso I / com necessidade de completar carga-horária	60
6HISL033	7	História do Brasil (séc.XIX)	4	45		15	60		2	História do Brasil Império	60
6HISL034	7	História do Tocantins	4	30	15	15	60		2	História do Tocantins	60

6HISL035	7	História da Europa (pós séc. XIX)	4	45		15	60		2	História Contemporânea I	60
	7	Optativa II	4	60			60		2	Optativa II	60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 7º. PERÍODO			24	210	75	75	360				
6HISL036	8	Seminário de Pesquisa II*	8	30	60	30	120	Seminário de Pesquisa I	1	Trabalho de Conclusão de Curso II / com necessidade de completar carga-horária	60
6HISL037	8	História do Brasil (pós séc. XIX)	4	45		15	60		2	História do Brasil República	60
6HISL038	8	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica	4	30	15	15	60		1	Sem equivalência	
6HISL039	8	Estágio Supervisionado em História IV	8	45	75		120	Estágio Supervisionado em História III		Estágio Supervisionado em História IV	120
6HISL040	8	Projeto de Ensino de História e Diversidade	8	15	105		120		3	Sem equivalência	
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO 8º. PERÍODO			32	165	255	60	480				
Atividades Complementares			14				210				
	Total		214	1770	855	375	3210				

\* As disciplinas Seminários de Pesquisa I e II terão, no processo de equivalência, complementação de carga horária com atividades que serão definidas pelo colegiado do curso





1º. PERÍODO	2º. PERÍODO	3º. PERÍODO	4º. PERÍODO
História da Educação Brasileira	Filosofia da Educação	Didática em História	Política, Gestão e Currículo
Teoria e Método da História I	Historiografia Geral	Teoria e Método da História II	História da América (até séc. XVI)
Arqueologia	Antropologia	Historiografia Brasileira	História da África (após 1200 d.C)
História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)	Libras	História da Europa (séc. V - XV)	Estágio Supervisionado em História II
História da África (1000 a.C - 1200 d.C)	Estágio Supervisionado em História I	Sociologia da Educação	História Indígena
			Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos
5º. PERÍODO	6º. PERÍODO	7º. PERÍODO	8º. PERÍODO
Psicologia e Educação	História e Memória	Seminário de Pesquisa I	Seminário de Pesquisa II
Optativa I	História da Europa (séc. XV-XVIII)	História do Brasil (séc.XIX)	História do Brasil (pós séc. XIX)
História do Brasil (até o sec. XVIII)	História da América (pós séc. XIX)	História do Tocantins	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica
História da América (séc. XVI - XIX)	Estágio Supervisionado em História III	História da Europa (pós séc. XIX)	Estágio Supervisionado em História IV
História da Ásia	Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História	Optativa II	Projeto de Ensino de História e Diversidade

### 17.3 Estrutura curricular por período

## **18. ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01 DE 17/06/2004)**

Tendo em vista das novas exigências da educação básica decorrentes da Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 e a lei de nº 10.645/2008, que tornam obrigatórios o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, a estrutura curricular conta com uma carga horária de 180 horas voltadas para esse fim, a saber: as disciplinas História da África (1000 a.C-1200 d.C); História da África (após 1200 d.C) e História Indígena. Nessas disciplinas serão abordados teorias, métodos, conteúdos, abordagens e formas de ensinar a cultura indígena e afro-brasileira, desenvolvendo práticas que possam facilitar a reflexão sobre a temática na educação básica. Soma-se a esse currículo as atividades complementares como simpósios, fóruns e encontros pensados para debater o disposto nas citadas leis.

## **19 ABORDAGEM DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795/1999,ART. 11)**

O Curso de História de Porto Nacional, em atendimento a referida lei, atuará junto às instituições educativas que promovam a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Estabelecerá parcerias com órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, no sentido de promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Atuará junto aos meios de comunicação de massa, colaborando, de maneira ativa e permanente, na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. Por meio de seus currículos e cursos de extensão oferecerá práticas e reflexões voltadas para a formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. Dessa forma, desenvolverá ações de caráter sócio ambiental pautadas nos princípios

democrático e participativo, respeitando pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. A abordagem de Educação Ambiental será ministrada na disciplina Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos no quarto período de curso.

## **20 ATIVIDADES SEMIPRESENCIAIS**

De acordo com a Normativa Consepe n. 15/2011, o Curso de História de Porto Nacional poderá incluir ofertas de componentes curriculares que, no todo ou em parte, utilizem as modalidades de ensino semipresencial. A modalidade semipresencial, nos termos da Portaria 4059/2004, caracteriza-se como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. Poderão ser ofertados os componentes curriculares, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. A introdução opcional de componentes curriculares ofertados de forma semi presencial não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei no 9.394, de 1996, que estabelece o mínimo de cem dias de trabalho acadêmico efetivo no semestre.

## **21 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), (DECRETO Nº 5.626/2005)**

Tendo em vista o cumprimento do Decreto n. 5.626/2005, a disciplina conta como oferta obrigatória, com carga horária de 60 horas, no currículo do 2º. Período.

## **22 EMENTÁRIO**

### **22.1 EMENTÁRIO PRIMEIRO PERÍODO**

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
História da Educação Brasileira	04	60h	-	-	60h

**Ementa:** Pesquisa em História da Educação no Brasil: objeto, fontes e abordagens. História da Educação Brasileira e suas interfaces historiográficas. Estado e formação do pensamento pedagógico brasileiro.

**Objetivo:** Analisar o processo de desenvolvimento da educação brasileira e as transformações das práticas pedagógicas a partir de seus condicionamentos históricos-sociais. Apresentar os objetos, as fontes e as abordagens na História da Educação no Brasil. Debater a formação do pensamento pedagógico brasileiro.

### **Bibliografia Básica:**

GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930/1973*. Petrópolis: Vozes, 2003.

### **Bibliografia Complementar:**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2003.

LUCHESI, Terciane Ângela. *Modos de fazer História da Educação: Pensando a operação historiográfica em temas regionais*. *Revista História da Educação [online]*. Porto Alegre, v. 18 nº 43, maio/ago, 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

LUCHESI, Terciane Ângela. *Modos de fazer História da Educação: Pensando a operação historiográfica em temas regionais*. *Revista História da Educação [online]*. Porto Alegre, v. 18 nº 43, maio/ago, 2014.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Teoria e Método da História I	6	45h	30h	15h	90h

**Ementa:** Noções gerais sobre o conhecimento científico. O conceito de História e seus fundamentos teóricos-metodológicos. Desafios recorrentes do saber e do fazer histórico: veracidade, temporalidade e memória. Aspectos básicos das escolas de pensamento: Escola Metódica, Historicismo, Marxismo e *Annales*. Explicação e Narrativa Histórica. Introdução à produção de texto científico universitário: Apresentação, Objetivos, Justificativa, Desenvolvimento e Argumentação.

**Objetivos:** Proporcionar aos alunos as reflexões iniciais acerca das interações entre teoria, método e distintas abordagens historiográficas. Compreender a formação do conhecimento histórico no decorrer do tempo e seus fundamentos de cientificidade. Iniciar o aluno no campo da disciplina histórica, estimulando sua sensibilidade para a natureza e para os instrumentos do ofício do historiador. Compreender diferenças entre artigo, relatório, texto didático em diferentes níveis de ensino.

#### **Bibliografia Básica:**

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

#### **Bibliografia Complementar:**

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História*. Lisboa: Presença, 2001.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

MOTTA-ROTH, Désirée. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SOUZA, Luiz Marques de. *Compreensão e produção de textos*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
------------	----------	------------	------------	--------	---------

Arqueologia	04	30h	15h	15h	60h
-------------	----	-----	-----	-----	-----

**Ementa :** A abrangência da arqueologia em termos temporais e teóricos. Noções básicas sobre: cultura material, sítio arqueológico, registro arqueológico. Aspectos teórico-metodológicos da Arqueologia. Produção de conhecimento da Arqueologia e sociedade contemporânea. Arqueologia como fonte para A História das Américas antes de 1492. As origens do povoamento e os processos do desenvolvimento de sistemas culturais ao longo do tempo na América e no Brasil. As diferentes culturas destas regiões.

**Objetivos:** Discutir a Arqueologia, suas especificidades teórico-metodológicas e relação com a História. Apresentar métodos e técnicas do trabalho arqueológico. Propiciar ao aluno reflexões sobre o saber e o fazer da Arqueologia na América e Brasil.

### **Bibliografia Básica:**

BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo de A. e NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2002.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

### **Bibliografia Complementar**

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História 115:103-117, jul/dez, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *América pré-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981. COE, Michael D. Os maias. Lisboa : Editorial Verbo, 1968.

CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo de A. e NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Tania A. *Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil*. Revista USP.

NEVES, Walter A. et alii. *Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I-II*. Revista USP 44(1-2), 1989.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 141 p. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

SCHAAN, D. P.; BEZERRA, M.(Org.). *Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GKNoronha, 200

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)	04	45h	-	15h	60h

**Ementa:** A História e da historiografia acerca dos povos que habitaram as regiões do Oriente e Europa na Antiguidade. Sociedades organizadas e com sistemas de poder centralizados (Mesopotâmios, Egípcios, Hebreus, Gregos e Romanos).

**Objetivos:** Estudar a História e a historiografia acerca dos povos na Antiguidade. Destacar semelhanças e diferenças acerca de modelos urbanos, sociais, políticos, culturais e religiosos na Antiguidade. Compreender a formação social dos povos da Antiguidade.

### **Bibliografia Básica**

BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

DUBY, Georges (org). *História da vida privada. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990

PUTMAN, James. *Antiguidade Egípcia: história, arte e cultura*. Lisboa: Estampa, 2000

### **Bibliografia Complementar:**

BHABA, Homi *Povos e Línguas*. Vitória: Ne@d/UFES, 2004.

BOWMAN, Alain WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998 Tradução Walter Lelis Siqueira

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Antiguidade Oriental: política e religião*. São Paulo: Contexto, 1990

COULANGES, Fustel. *A cidade Antiga. estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975

PINSKY, Jaime. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C)		45h	15h		60h

**Ementa:** A historiografia e da metodologia do estudo da História do continente africano. A África Negra na Antiguidade. A África subsaariana, as rotas comerciais e a expansão do Islã. A África antes do comércio Atlântico.

**Objetivos:** Estudar e refletir sobre as construções historiográficas e históricas a respeito da África. Compreender a África subsaariana, as rotas comerciais e a expansão do Islã. Ter uma visão geral da História do continente. contemporânea.

#### **Bibliografia Básica:**

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DAVISON, Basil. *Revelando a velha África*. Lisboa: Prelo, 1977.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações Europa América, 1999.

#### **Bibliografia Complementar:**

BITTENCOURT, Marcelo. *Diferentes organizações políticas da África Negra*. Vitória: Ne@d/UFES, 2004.

BRUNDSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2000.

IBAZEBO, Isimeme. *A descoberta da África*. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.



## 22. 2 EMENTÁRIO SEGUNDO PERÍODO

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Filosofia da Educação	4	60h			60h

**Ementa:** Introdução ao pensamento filosófico. As concepções filosóficas da educação. O papel da filosofia na educação. Concepções de educação e sociedade. O processo de educação. Concepções de educação. Repensando a educação.

**Objetivos:** Compreender a especificidade da educação sistemática escolar, evidenciando como se desenvolveu a prática educativa e as correntes filosóficas no interior das sociedades.

### Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 2006.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 303p.;

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum a consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2004.

### Bibliografia Complementar:

LORIERI, Marcos Antônio., *Filosofia: fundamentos e métodos*. São Paulo, SP : Cortez, 2002. 231 p. ;

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessário à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 8.ed. Brasília, D.F. : UNESCO, 2003 288p.

PEIXOTO, Adão José. *Filosofia, educação e cidadania*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 235 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Perspectivas da filosofia da educação*. São Paulo: Contexto, 2011.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Historiografia Geral	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** História da historiografia: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia. Paradigmas e o processo de consolidação da História como ciência. Representações da historiografia na forma moderna e na pós-moderna. Procedimentos da escrita historiográfica. Produção historiográfica: debates e desafios contemporâneos.

**Objetivos:** Refletir o estatuto do texto histórico, o conceito de historiografia como representação escrita do passado; a manifestação da consciência histórica. Conhecer a teoria e a história da historiografia. Compreender os limites e as potencialidades das principais propostas teórico-metodológicas. Analisar os (des)caminhos do campo historiográficos do tempo presente. Compreender as implicações políticas do exercício historiográfico e o impacto da historiografia sobre o ensino de História.

### **Bibliografia Básica:**

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

CAIRE-JABINET, Marie-paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

MALERBA, Jurandir. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Antropologia	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** Concepção de Antropologia, seus objetos, temas de estudo, teorias e metodologias. Abordagens dos conceitos antropológicos fundamentais como cultura, etnocentrismo, relativismo, diversidade, multiculturalismo e interculturalismo na História. Relação entre Antropologia, História e Educação.

**Objetivos:** Conhecer as concepções teóricas e metodológicas da Antropologia. Apresentar as abordagens e conceitos antropológicos fundamentais. Compreender e refletir os conceitos de: cultura, etnocentrismo, relativismo, diversidade, multiculturalismo e interculturalismo na História. Identificar as relações entre Antropologia, História e Educação.

### **Bibliografia Básica:**

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. 2ªed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP. 2000.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 5ª ed. RJ, Rocco, 1997.

GEERTZ, Clifford - *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

### **Complementar:**

LAPLATINE, François – *Aprender Antropologia*. SP, Brasiliense, 2000. Introdução, pp. 9- 36.

OLIVEIRA, João Pacheco de – *Ensaio de Antropologia Histórica*. RJ, Ed. UFRJ, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: COSACNAIFY, 2009. (Cap. 19 - “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais). p. 311-372.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

SCHWARCZ, Lilian. K. M. – *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. SP, Companhia das Letras, 1993.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Libras	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio educacionais do indivíduo surdo.

**Objetivos:** Apreender os instrumentais teóricos, metodológicos e práticos necessários à atuação do docente da educação básica junto a portadores de deficiências auditivas e de linguagens.

#### **Bibliografia Básica:**

ANDRADE, Lourdes. *Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem*. In: Fonoaudiologia: no sentido da linguagem. São Paulo: Cortez, 1994.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

#### **Bibliografia Complementar:**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma e Identidade Social*. In: Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDFELD, Márcia. *A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos*. Cadernos Cedes, ano XX, n. 50, abr. 2000.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal
Estágio Supervisionado em História I	8	45h	75h		120h

**Ementa:** Teorias sobre o Estágio Supervisionado em História. Observação da realidade administrativa e pedagógica de unidade de Ensino Fundamental e/ou Médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Observação de regências em turmas do Ensino Fundamental e/ou Médio da unidade cedente. Teorias sobre as observações realizadas na unidade cedente. Relatórios no Seminário de Estágio I.

**Objetivos:** Compreender as teorias que fundamentam as práticas de observação no Estágio Supervisionado em História. Refletir as práticas de ensino e aprendizagem em sala de aula. Apresentar relatórios elaborados no decorrer da disciplina.

### **Bibliografia Básica**

PICHONES, S.C.B, et al. *A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado*. São Paulo: Papyrus, 1989.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a construção do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.

### **Bibliografia Complementar:**

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papyrus, 2003.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo. GONTIJO, Rebeca. *O ensino da História em questão: cultura histórica, usos do passado*. Editora FGV, 2014.

## **22.3 EMENTÁRIO TERCEIRO PERÍODO**

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Didática em História	4	45h	15	-	60h

**Ementa:** Pressupostos históricos e filosóficos do trabalho didático na escola moderna. Teorias e tendências pedagógicas: as tradicionais, as escolanovistas, as tecnicistas, as libertadoras, as histórico-críticas e as atuais. Organização do trabalho didático em História: os métodos de ensino, os objetivos e os conteúdos do ensino, o planejamento da aula e a avaliação escolar. A formação docente em História e a construção da identidade profissional do professor. O Plano de Ensino de História.

**Objetivos:** Compreender os processos históricos e filosóficos da organização do trabalho didático e suas relações com as práticas de ensino em História. Refletir sobre as práticas docentes levando-se em consideração o papel social do educador em História. Refletir a organização do trabalho pedagógico, o ofício e a identidade do professor de História.

#### **Bibliografia Básica:**

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas: Papirus, 2006.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

#### **Bibliografia Complementar:**

ALVES, Gilberto Luiz. *O trabalho didático na escola moderna: formas históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KARNAL, Leandro. *Conversas com um jovem professor*. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1991.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CHTotal	Pré-requisito
Teoria e Método da História II	6	45h	30h	15h	90h	Teoria e Método em História I

**Ementa:** Os objetos, as fontes e os métodos da História. O pesquisador e a abordagem documental através de diferentes linguagens e narratividades. O debate em torno dos discursos da/sobre a História. As abordagens históricas mais recentes e os múltiplos campos da pesquisa. Técnicas de pesquisa e utilização das fontes. Prática de leitura e produção de textos em História. Produção do conhecimento em História e suas fontes.

**Objetivos:** Analisar os paradigmas do conhecimento histórico e as influências sobre a prática historiográfica. Refletir sobre as novas problemáticas metodológicas, as diferentes abordagens teóricas da História, os campos e domínios da História. Identificar fontes de pesquisa e acervos documentais. Elaborar pesquisas em fontes documentais. Identificar diferenças entre conceito, categorias, teoria, argumentação na análise de textos historiográficos. Produzir textos, averiguando as diferentes abordagens da literatura acadêmica em História.

### Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. Especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

### Bibliografia Complementar

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

GIL NETO, Antonio. *A produção de textos na escola: uma trajetória da palavra*. São Paulo: Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MACHADO, Anna Rachel. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Historiografia Brasileira	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** Construção do pensamento historiográfico brasileiro no século XIX. Características e correntes historiográficas; a historiografia brasileira e a identidade nacional na primeira metade do século XX. A Historiografia brasileira na segunda metade do século XX. A historiografia recente e a produção acadêmica: características e perspectivas.

**Objetivos:** Compreender as diferentes tendências da produção historiográfica brasileira. Analisar e historicizar os diferentes ideais de nacionalidade presentes nessas correntes historiográficas. Apresentar estudos sobre a produção historiográfica contemporânea brasileira.

#### **Bibliografia Básica:**

FREITAS, Marcos César. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

IGLESIAS, Francisco., *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

#### **Bibliografia Complementar:**

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.



NOGUERIA, Antonio Gilberto R. & GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). *Caio Prado Jr: legado de um saber fazer histórico*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MALERBA, Jurandir. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.

NEVES, Lucia Maria B.P et all. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Europa (séc. V - XV)	4	45	-	15h	60h

**Ementa:** Cristianismo, povos germânicos e a fragmentação do Império Romano do Ocidente. Bizâncio e a arte cristã. A expansão do islamismo na Península Ibérica. A Dinastia Carolíngia e a recuperação do ideal de Império. A Igreja e conflito entre o poder temporal e o espiritual. O sistema feudal e suas relações socioculturais. Comércio, cidade e burguesia. A formação do Estado-Nação. As universidades e a reorganização dos saberes. As crises socioeconômicas do século XIV. A renovação cultural do século XV.

**Objetivos:** Analisar mudanças e permanências que tiveram lugar no período destacado de formação e organização da Europa. Compreender as relações culturais e políticas a partir da consolidação do cristianismo. Apresentar a dinâmica do processo de organização social e econômica dos diferentes domínios, senhorios e reinos, em especial, na península ibérica. Discutir a construção da sociedade feudal, o desenvolvimento urbano e artístico e as novas constituições de mentalidades que irão influenciar o chamado “mundo moderno”.

### Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe; DUBY, George. (orgs.) *História da vida privada2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

### Bibliografia Complementar

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, 2.v.

MARQUES, José. *Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português*. Porto: Universidade do Porto, 1988. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13120?locale=pt>>.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000.

VEYNE, Paul. *História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Sociologia da Educação	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Educação como objeto de análise sociológica. A função social da Instituição escolar. A educação como processo social reprodutor e emancipador. Educação e desenvolvimento socioeconômico. A dimensão sociológica e pedagógica das trajetórias escolares.

**Objetivos:** Promover a compreensão científica da vida em sociedade através das matrizes sociológicas clássicas. Analisar com criticidade a educação enquanto processo histórico e social. Refletir sobre o pensamento sociológico e pedagógico da educação.

#### **Bibliografia Básica:**

DURKHIEM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1984.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília, UNB, 1999.

#### **Bibliografia Complementar:**

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. São Paulo, Atlas: 1999.

LIEDKE FILHO, Enno D. *A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. *Educação e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1985.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

## 22.4 EMENTÁRIO QUARTO PERÍODO

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Política, Gestão e Currículo	4	60h	-	-	60h

**Ementa** :Estado e políticas de educação no Brasil. Dimensões e instrumentos da gestão da educação brasileira. Dispositivos legais e pedagógicos que envolvem o currículo na educação brasileira.

**Objetivos**: Analisar as inter-relações existentes entre Estado, sociedade e políticas de educação no Brasil. Promover a discussão sobre as dimensões e instrumentos da gestão da educação brasileira. Compreender os dispositivos legais e pedagógicos que configuram o currículo na educação brasileira.

### Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Janete M. L. de. *A Educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

### Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Lei n. 9394/96.Fixa diretrizes e bases da educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.<http://mec.gov.br/>

\_\_\_\_\_. *Lei n. 12.796/2013. Altera a Lei n. 9394/96*.Brasília: MEC, 2013.<http://mec.gov.br/>

\_\_\_\_\_. *Lei n. 13.415/2017. Altera a Lei n. 9394/96*.Brasília: MEC, 2017.<http://mec.gov.br/>

\_\_\_\_\_. *Lei n. 13.005/2014. Aprova Plano Nacional de Educação 2014-2024.*

<http://pne.mec.gov.br/>

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular.  
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

CURY, Carlos R. J. *Lei de diretrizes e base da educação: 9.394/96*. 10. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2006.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da América (até sec. XVI)	4	45h	-	15	60h

**Ementa:** A trajetória dos povos ameríndios na América Antiga. As civilizações Mesoamérica e Andina. A Chegada dos Europeus e as guerras de Conquista. A Colonização na América Hispânica e a Formação Social, Econômica, Política e Cultural Mestiça. As formas de estruturação do poder e da administração na Colônia. A exploração do trabalho indígena e a escravidão negra na América espanhola. A conquista espiritual e seus limites na Colônia.

**Objetivos:** Apresentar uma visão da América paleoíndia, seu desenvolvimento cultural e sua história anterior à presença europeia no continente. Conhecer as civilizações ameríndias mais importantes antes da chegada europeia na América. Entender o processo de conquista e dominação espanhola da invasão e do estabelecimento da colonização na América. Discutir a configuração social da América Hispânica e os contrastes entre dominados e dominadores; Discutir a estrutura política, econômica, social e religiosa da colonização da América. Caracterizar o processo de formação da sociedade colonial e suas dinâmicas.

### **Bibliografia Básica:**

BETHEL, Leslie. *História da América Latina*. Vários volumes. São Paulo: EDUSP, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, 2007.

TODOROV, Tzevan. *A conquista da América: a questão do outro*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010.

### **Bibliografia Complementar:**

BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica, 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1978).

FAVRE, Henri. *A civilização Inca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário. Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2007

SANTOS, Eduardo Natalino. *Fontes Históricas nativas da Mesoamérica e Andes. Conjuntos e problemas de entendimento e interpretação*. IN: *Clio arqueológica*. Ed Gabriela Martin Ávila e Bartira Ferraz Barbosa. Recife: Programa de pós-graduação em arqueologia. UFPE nº22 vol1, 2007

SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da África (Após 1.200 d.C)	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** A África antes do comércio Atlântico. O impacto do comércio Atlântico sobre a estrutura social africana. Escravidão e Diáspora Africana. A Conferência de Berlim. A partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização. O pós-colonialismo. O mundo africano contemporâneo. História e cultura afro-brasileira.

**Objetivos:** Entender a escravidão no contexto africano. Verificar a extensão da diáspora e como funcionava o comércio escravagista. Perceber como se deu a interferência europeia no continente. Conhecer a África contemporânea.

#### **Bibliografia Básica:**

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DAVISON, Basil. *Revelando a velha África*. Lisboa: Prelo, 1977.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações EuropaAmérica, 1999.

#### **Bibliografia Complementar:**

BHABA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

BITTENCOURT, Marcelo. *Diferentes organizações políticas da África Negra*. Vitória: Ne@d/UFES, 2004.

BHABA, Homi *Povos e Línguas*. Vitória: Ne@d/UFES, 2004. BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2000.

IBAZEBO, Isimeme. *A descoberta da África*. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

UNESCO. *História Geral da África*. SERBAL/UNESCO.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total	Pré-requisito
Estágio Supervisionado em História II	8	45h	75h	-	120h	Estágio Supervisionado em História I e Didática em História

**Ementa:** Teorias no campo do planejamento e regências em sala de aula. Regência em turmas de 6º. e 7º anos de unidade cedente do Ensino Fundamental da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Teorias sobre as regências realizadas em sala de aula. Relatórios de Estágio Supervisionado.

**Objetivos:** Compreender as teorias no campo do planejamento e regências em sala. Avaliar os mecanismos didático-pedagógicos de aprendizagem existentes na aplicabilidade da disciplina de História na unidade cedente. Refletir sobre as regências realizadas partir de uma perspectiva crítica social dos conteúdos. Analisar as relações de ensino a partir da análise do universo social da escola e seu entorno. Apresentar relatórios de Estágio Supervisionado.

#### **Bibliografia Básica:**

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Orgs). *Ensino de história: temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Os Caminhos da História Ensinada*. São Paulo: Papirus, 2006.

#### **Bibliografia Complementar:**

FONSECA, Selva. *Didática e prática de ensino de História*, Campinas: Papirus, 2003.

GADOTTI, Moacir – *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo, Cortez, 2003.

NIDELCOFF, Maria Tereza. *A escola e a compreensão da realidade*. São Paulo: Brasiliense,

NOGARO, Arnaldo. *Reflexão sobre os pressupostos que norteiam a Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Papirus, 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio, TADEU DA SILVA, Tomaz. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História Indígena	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** Abordagens, temáticas e as perspectivas teórico-metodológicas nas pesquisas sobre a História Indígena no Brasil. A historiografia atual sobre a História Indígena no Brasil e as inter-relações com outras áreas do conhecimento.

**Objetivos:** Conhecer a temática da História Indígena enquanto um campo de conhecimento historiográfico em relação ao conhecimento histórico. Compreender os debates em torno da visibilidade/invisibilidade indígena na História. Estudar os diversos processos históricos agenciados pelos povos indígenas no Brasil. Perceber como o pensamento social brasileiro se relaciona com a presença indígena ao longo dos séculos de História do Brasil.

#### **Bibliografia Básica:**

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org) - *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras, 1992.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: Uma introdução à história das relações inter-étnicas no Tocantins. In GIRALDIN, O. (org). *A (Trans)Formação históricado Tocantins*. Goiânia, Ed. UFG, 2004.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petropolis, Vozes, 1995.

#### **Bibliografia Complementar:**

GIRALDIN, Odair. Cayapó e Panará. *Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, Ed. Unicamp, 1997.

GRUPIONI, Luís D. B, VIDAL, Lux e FISCHMANN, Roseli (orgs). *Povos Indígenas e Tolerância*. São Paulo: Edusp, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In : SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) *A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-237.

POMPA, Cristina. *Religião com tradução*. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando Mundos. Os povos indígenas Akwen e a conquista de Goiás (1749-1851)*. Palmas, Nagô Editora, 2010.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos Humanos	8	15h	105h	-	120h

**Ementa:** Diferentes dimensões da prática educativa relacionados aos Direitos Humanos. Desafios encontrados no contexto escolar relacionados aos Direitos Humanos. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante aos direitos humanos e à Cidadania. Diferentes dimensões da prática educativa relacionados ao tema Direitos de Adolescentes e Jovens. Educação Ambiental e cidadania. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante ao tema. Atividades de pesquisas organização de oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica quanto aos direitos humanos.

**Objetivos:** Articular os saberes históricos, saberes culturais e saberes filosóficos das disciplinas do 1º. e 2º. períodos como pontos de conhecimento e intervenção na prática docente. Proporcionar aos futuros professores o conhecimento do homem, de sua cultura, de seus processos históricos ao longo do tempo. Identificar as diferenças entre o eu e o outro no processo de constituição dos direitos humanos.

### **Bibliografia Básica:**

BITTENCOURT, Jose Luiz. *Dimensão política dos direitos humanos*. Goiânia: Oriente, 1979.

LEAL, Rogério Gesta. *Direitos humanos no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.



SARLET, Ingo Wolfgang, *Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

### **Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, Lourdes. *Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem*. In: *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. São Paulo: Cortez, 1994.

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura*. São Paulo: Contraponto, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930/1973*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum a consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Luiz Marques de. *Compreensão e produção de textos*. Petrópolis: Vozes, 1999.

## **22.5 EMENTÁRIO QUINTO PERÍODO**

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Psicologia e Educação	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Fundamentos epistemológicos e históricos da Psicologia da Educação. Concepções da psicologia sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem. Processos sociais e culturais no desenvolvimento humano e na aprendizagem. A relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem.

**Objetivos:** Compreender os processos históricos e epistemológicos da psicologia da educação. Refletir sobre os processos psicológicos nos envolvimento relativos à situação educacional. Proporcionar elementos que permitam entender esses processos relacionais entre professor, aluno, escola e sociedade.

### **Bibliografia Básica:**

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARRARA, Kester. *Introdução à psicologia da educação: seis abordagens*. São Paulo: Avercamp, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

### **Bibliografia Complementar:**

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. *Desenvolvimento e aprendizagem em manuais didáticos da psicologia educacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALVADOR, Cesar Coll. *Psicologia do Ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Optativa I * será ofertada dentre o conjunto das disciplinas dispostas no PPC	4	60h	-	-	60h

### **Ementa, objetivos e bibliografia básica e complementar**

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
------------	----------	------------	------------	--------	----------

História do Brasil (até o séc. XVIII)	4	45h		15h	60h
--	---	-----	--	-----	-----

**Ementa:** Principais vertentes historiográficas e conceituais sobre o Sistema Colonial e a Monarquia pluricontinental. Expansão ultramarina e a estruturação econômica, política, social e religiosa da Colônia Portuguesa na América. Processo de ocupação do território colonial e as múltiplas consequências nas relações de trabalho, poder e interação social. Participação do sujeito na construção da Colônia. Fontes documentais para o estudo Colonial no Brasil.

**Objetivos:** Apresentar os principais debates historiográficos sobre o período colonial no Brasil. Promover uma reflexão sobre o processo de formação de uma sociedade mestiça, multifacetada e complexa no Brasil Colônia. Conhecer e analisar as fontes históricas e suas possibilidades de uso didático.

### Bibliografia Básica

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

### Bibliografia Complementar:

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *A civilização do açúcar. Séculos XVI ao XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial (coleção História da civilização brasileira)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504 -1654): ataques e invasões durante o Brasil colônia*. Brasiliense, 1992

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004

SOUZA, Laura de Mello e, *O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 2000

VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário de Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: FA editoração eletrônica, 2000.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da América (séc. XVI - XIX)	4	45h		15h	60h

**Ementa:** Reformas Bourbônicas e Revoltas Coloniais mestiças na América Espanhola. Guerras de Independências na América Latina. Formação e consolidação dos Estados Nacionais Independentes. Historiografia e Fontes documentais sobre a América e seus usos científico e educacional.

**Objetivos:** Caracterizar a crise do sistema colonial no processo de emancipação política das colônias americanas. Analisar as Guerras de Independência e a formação dos Estados Americanos. Contrapor os embates entre o caudilhismo, o centralismo e a fragmentação política, econômica e social dos Estados Latino-americanos. Compreender o imperialismo, a cultura e identidades na América do século XIX. Apresentar Guerras Interamericanas na estabilização dos estados nacionais na América. Debater as Correntes Historiográficas e apresentar as fontes para o estudo da América no século XIX, na prática docente.

#### **Bibliografia Básica.**

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

BETHELL, Leslie Ed. (org). *História da América Latina Da Independência até 1870 -Vol. III*; São Paulo, Brasília: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Lígia. *História da América Latina*. São Paulo, Editora Contexto, 2010.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDERSON, Benedict (1983). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AYERBE, L. Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, EdUNESP, 2002.

BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo. *Civilização ou Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GREEN, James; KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos. A formação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MOORE JR., Barrington. *A guerra civil americana: a última revolução capitalista In: As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideais nas Américas*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRADO, Maria Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. Bauru/S. Paulo: Edusc/Edusp, 1999.

TOCQUEVILLE, Alex de. *A Democracia na América*. BH: Itatiaia, 1977.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Ásia	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** O Islamismo e a unificação do Império Árabe. O contato com os Europeus antes do século XV. O Extremo Oriente e o renascimento do comércio com a Europa. A presença europeia na Ásia e o Imperialismo. Os movimentos nacionalistas pós I Guerra Mundial. A Descolonização e a Revolução comunista na China. A Guerra Fria e seus desdobramentos na Ásia. Os Tigres asiáticos. O Oriente na contemporaneidade.

**Objetivos:** Apresentar a organização social, política, cultural e econômica Asiática. Analisar o processo de unificação do império árabe no Oriente. Identificar as transformações decorrentes do contato com os europeus após o século XV. Compreender o contexto de dominação imperialista europeu no Continente Asiático. Discutir a emancipação e soberania nacional da Ásia e sua relação com a I Guerra Mundial. Identificar o nacionalismo e os movimentos sociais na Ásia e as consequências do imperialismo após a II Guerra Mundial e suas implicações políticos sociais dos povos asiáticos. Relacionar os conteúdos sobre a Ásia com o material didático.

### Bibliografia Básica

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIORDANI, Mario Curtis. *História da Ásia anterior aos Descobrimentos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Benedict, Ruth. *O crisântemo e a espada: Padrões da Cultura Japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

### Bibliografia Complementar:

GIORDANI, Mário Curtis. *História da Ásia anterior aos descobrimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997. CHENG, Anne. *História do pensamento chinês*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HUA, Linshan. *Os anos vermelhos: memórias sobre a revolução cultural chinesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.

SPENCE, Jonathan D. *O palácio da memória de Matteo Ricci: a história de uma viagem : da Europa da Contra-Reforma a China da dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

## 22.6 EMENTÁRIO SEXTO PERÍODO

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História e Memória	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** Memória e História. Memória coletiva, memória social e memória individual. Relações entre memória, história e fontes orais. História do Tempo Presente.

**Objetivos:** Discutir a relação entre História e Memória. Compreender as diferenças entre memória coletiva, memória social e memória individual e suas correlações. Analisar a produção historiográfica de diferentes tempos históricos e relaciona-los com o saber escolar.

### Bibliografia Básica:

FERREIRA, Marieta de. AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HABWACKS. Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

### Bibliografia Complementar:

BOSI, Eclea, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Europa (séc. XV-XVIII)	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** A constituição da Modernidade na Europa sob as perspectivas política, social, cultural, econômica e filosófica, desde fins do século XV até meados do século XVIII. O Absolutismo, o Renascimento, o Mercantilismo e as Reformas Religiosas nos séculos XVI e XVII e seus impactos políticos e sociais na formação dos Estados-Nacionais. O Racionalismo, o Liberalismo e o Iluminismo no contexto das Revoluções Burguesas no século XVIII. O desenvolvimento do Capitalismo e o cotidiano dos trabalhadores. As fontes documentais e a discussão historiográfica nos contextos científico e escolar.

**Objetivos:** Compreender as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas na Europa dos séculos XV ao XVIII. Identificar os conceitos políticos, econômicos, sociais e filosóficos que emergiram na época moderna e repercutem até a atualidade. Apresentar os debates historiográficos sobre a Modernidade. Abordar as práticas de ensino e pesquisa relacionadas às transformações sociais nos livros científicos e escolares.

### Bibliografia Básica

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo*. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ELIAS, NORBERT. *Sociedade da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SKINNER, Quentin. As FALCON, Francisco José Calazans. *A formação do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

### Bibliografia Complementar:

LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FALCON, Francisco. *As ideias mercantilistas e As práticas mercantilistas*. In: Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol.1. Lisboa: Estampa, 1994.

RUDÉ, George. *A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês*. Lisboa: Gradiva, 1988. (Parte I: caps. 2, 3 e 4).

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da América (pós séc. XIX)	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** A trajetória histórica dos países latino-americanos do declínio das Repúblicas Liberais, do início do século XX aos dias atuais e sua relação com o saber escolar. Fontes históricas documentais e a historiografia sob perspectivas. A Internacionalização da economia, as transformações sociais e o advento da sociedade de massas e o mundo do trabalho. O Autoritarismo e a Democracia no continente: Hegemonia estadunidense no hemisfério e tentativas de integração regional. A afirmação dos Estados Nacionais no século XX. A diversidade étnica cultural, as desigualdades sociais e práticas e representações culturais contemporâneas nas Américas.

**Objetivos:** Compreender as realidades históricas da América ao longo do século XX, com ênfase nas questões econômicas, sociais, culturais e políticas. Adquirir ferramentas necessárias para discutir os problemas e os conflitos presentes na América Latina, no cenário internacional e suas relações com o saber escolar. Apresentar os estudos do desenvolvimento do capitalismo na América Latina nos séculos XX, por meio da análise de documentos e da revisão da historiografia. Relacionar os fenômenos como o populismo, o militarismo e as ditaduras Militares na América.

### **Bibliografia Básica.**

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

BESSONE, Tania; QUEIROZ, Tereza. (org.) *América Latina: imagens, imaginação e imaginário*. SP, EDUSP, 1997

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. Vários Volumes. São Paulo, EDUSP: 2009.



### Bibliografia Complementar:

AYERBE, L. Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, EdUNESP, 2002.

Bailyn, Bernard. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 2003.

BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 4ª ed. –Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. SP, NESP, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; BRIGNOLI, Hector. *História Econômica da América Latina*. RJ, Graal, 1983.

CHASTEEN, John Charles. *América Latina. Uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro, Campus, 2001

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. S. Paulo: Editora 34, 2004.

GREEN, James; KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. S. Paulo: Ática, 1989.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideais nas Américas*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Prado, Maria Ligia. *O Populismo na América Latina*; São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

WASSERMAN, CLAUDIA e GUAZELLI; César Augusto Barcellos (orgs). *Ditaduras Militares na América Latina*; Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2004.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total	Pré-requisito
Estágio Supervisionado em História III	8	45h	75h	-	120h	Estágio Supervisionado em História II

**Ementa:** Teorias acerca do planejamento de regência em sala de aula. Regências em turmas de 8º. e 9º anos e/ou de 1º ao 3º anos da unidade cedente, de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Teorias sobre as regências realizadas. Relatórios de Estágio Supervisionado no Seminário de Estágio III.

**Objetivos:** Compreender as teorias acerca do planejamento de regência em sala de aula. Avaliar as regências em turmas de 8º. e 9º anos e/ou de 1º ao 3º anos da unidade cedente. Possibilitar reflexões teóricas sobre as regências realizadas. Apresentação de relatórios de Estágio Supervisionado no Seminário de Estágio III.

### **Bibliografia básica:**

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 2000.

### **Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, Ana Maria Bezerra, LIMA Maria Socorro Lucena; SILVA, Silvina Pimentel (Orgs). *Dialogando com a escola*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O Saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012

PICHONES, S.C.B. et al. *A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado*. São Paulo: Papirus, 1989.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História	4	45h	15h	-	60h

**Ementa:** A História como disciplina escolar: fundamentos históricos e historiográficos. O Ensino de História a partir das novas linguagens e abordagens. O

Método histórico e o processo de ensino e aprendizagem. As fontes documentais e o Ensino de História.

### Objetivos

Refletir sobre a prática docente e a construção do saber histórico escolar. Conhecer as diferentes dimensões do ensino e da metodologia em História. Relacionar o método de investigação histórica com os fundamentos teóricos do conhecimento histórico.

### Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

### Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática do Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KARNAL, Leandro (Org). *Historia na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Marcos. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo perdido*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PRATS, Joaquín. *Ensinar História no contexto das Ciências Sociais*. Educar. Curitiba, Especial, 2006. Editora UFPR, p. 191-218. [revistas.ufpr.br/educar](http://revistas.ufpr.br/educar)

## 22.7 EMENTÁRIO SÉTIMO PERÍODO

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total	Pré-requisito
Seminário de Pesquisa I	8	30h	60h	30h	120h	Metodologia da Pesquisa

						e do Ensino de História
--	--	--	--	--	--	-------------------------

**Ementa:** O professor pesquisador e o pesquisador professor. A prática docente como integradora da pesquisa e do ensino. Projetos de pesquisa em História. Atividades de pesquisas e escritas de monografias orientadas.

**Objetivos:** Compreender as bases teóricas para a pesquisa em História, tendo como objetivo o debate envolvendo teorias, métodos e manuseios de fontes para a escrita na área. Desenvolver pesquisas e a escrita da monografia.

#### **Bibliografia Básica:**

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 2000.

#### **Bibliografia Complementar:**

BITTENCOURT, Circe Maria. *História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Contexto, 2012

PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1988.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História do Brasil (séc. XIX)	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** Produção historiográfica sobre o século XIX no Brasil. Formação do estado monárquico brasileiro. Características econômicas, políticas e sociais do Brasil no século XIX. O Imperialismo e a escravidão: o mundo do trabalho. Fontes

documentais e possibilidades de ensino e de pesquisa em história sobre o Brasil oitocentista nas suas relações didáticas pedagógicas.

**Objetivos:** Analisar a produção historiográfica sobre o Brasil oitocentista, visando a formação histórica básica de professores-pesquisadores licenciados em história. Refletir sobre os principais conceitos, temáticas e questões referentes a formação da sociedade brasileira no século XIX, percebendo a atuação das forças sociais, econômicas, políticas e culturais. Proporcionar contato com fontes e possibilidades de pesquisa sobre o Brasil oitocentista.

### **Bibliografia Básica**

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Vol I, II e III. (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

### **Bibliografia Complementar:**

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros ensaios*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: topbooks, 1999.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História do Tocantins	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** História do Tocantins a partir do contexto histórico do espaço e fronteira. Leitura, estudo, reflexão e análise historiográfica sobre a História do Tocantins. O trabalho e a pesquisa com fontes locais e regionais.

**Objetivos:** Situar a produção historiografia tocaninense na atualidade. Discutir as correntes teóricas sobre a História Regional e do Tocantins. Compreender o processo de formação da identidade tocaninense e relacioná-lo ao cotidiano escolar.

### **Bibliografia Básica:**

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Discurso Autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

Odair Giralдин (org). *A (Trans) formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)* – Goiânia: Kelps, 2000.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o Rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial/ Editora PUC-Goiás, 2010.

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Porto Nacional: patrimônio cultural e memória*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Portos do sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Europa (pós séc. XIX)	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** Debate historiográfico sobre os Movimentos Populares e Formação da Classe Operária: sindicalismos e socialismo. Nacionalismos e a Formação de Estados Nacionais. Guerras Mundiais: transformações sociais, políticas e econômicas. Totalitarismos e Imperialismo na conjuntura das relações de poder em dos movimentos operário, cultural e artístico.

**Objetivos:** Compreender as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas na Europa. Analisar o processo de consolidação do modelo imperialista europeu e as suas consequências. Expor os debates historiográficos contemporâneos. Identificar os conceitos políticos, econômicos, sociais e filosóficos

que emergiram e influenciaram as relações mundiais até a atualidade. Identificar e compreender as concepções artísticas no cenário europeu.

### Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah, *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. de Letras, 2006

HOBSBAWM, Eric. J., *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991* / 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

### Bibliografia Complementar:

HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JUDT, Tony. *Pós-guerra. História da Europa Desde 1945*. Rio de Janeiro: 2014.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, vol. 1, 1997.

TROTSKI, Leon, *A história da revolução Russa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Optativa II: A ser selecionada entre as relacionadas nas Disciplinas Optativas do Curso, no final desse ementário.	4	60h	-	-	60h

### Ementa, objetivos e bibliografia básica e complementa

#### 22.8 EMENTÁRIO OITAVO PERÍODO

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total	Pré-requisito
------------	----------	------------	------------	--------	----------	---------------

Seminário de Pesquisa II	8	30h	60h	30h	120h	Seminário de Pesquisa I
--------------------------	---	-----	-----	-----	------	-------------------------

**Ementa:** Fontes, teorias e métodos em projetos de pesquisa.

**Objetivos:** Apresentação e análise, em seminários, das pesquisas desenvolvidas na disciplina Estudos Dirigidos, qualificando a escrita dos trabalhos de conclusão de curso.

### **Bibliografia Básica:**

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. Especialidades e abordagens* 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: Da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *As Hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos*. Petrópolis.; Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos, *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História do Brasil (pós séc. XIX)	4	45h	-	15h	60h

**Ementa:** Debate historiográfico e as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas no Brasil pós século XIX e suas correlações com o saber escolar. Discussão sobre as consequências do processo de abolição da escravidão no Brasil e o fim do Império. Contextos e reflexos da formação da República e o controle político oligárquico. A sociedade, o trabalho e a democracia na República Oligárquica e no Estado Novo. Políticas exteriores do Brasil com a América Latina. Autoritarismo e o Golpe Civil Militar de 1964: Aspectos da estrutura política, consolidação do poder, supressão de direitos e a resistência ao regime. O processo de redemocratização, a



luta pela democracia. A anistia e a abertura política, Diretas Já e a Constituinte de 1988.

**Objetivos:** Compreender a organização social, política, cultural e econômica do Brasil pós o século XIX. Analisar as transformações que levaram a Proclamação da República. Discutir a historiografia e fontes do período. Debater os conceitos políticos, econômicos, sociais que embasaram a formação do Brasil republicano. Analisar os fenômenos políticos e sociais que consolidaram as práticas políticas do Brasil República. Discutir o Golpe Civil Militar e a Ditadura instalada no Brasil. Compreender o processo de redemocratização após a Constituição de 1988. Tratar das práticas de ensino e pesquisa relacionadas as transformações sociais no Brasil na perspectiva científica e escolar.

### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil* / São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2000.

SEVCENKO, Nicolau.(org.), *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Epoque a era do rádio/* São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Unesp.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* / 10. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1 a 4., 2003.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Brasília, Brasiliense, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto

SKIDMORE, Thomas E., *Uma história do Brasil* / 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

COSTA, EmiliaViotti da. *Da monarquia a república*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Patrimônio Cultural e Documentação Histórica	4	30h	15h	15h	60h

**Ementa:** Patrimônio cultural: Arquivos, Acervos, Coleções e Museus. Documentação histórica como patrimônio cultural. Análise da cultura material na perspectiva da História.

**Objetivos:** Discutir a produção da escrita histórica como patrimônio cultural. Analisar a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação e à escrita da história. Debater as ações de preservação de bens materiais. Relacionar o Patrimônio Cultural e os processos de preservação da Documentação Histórica com a cultura escolar.

### **Bibliografia Básica:**

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2006.

ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Fapesp, Unesp, 1999.

### **Bibliografia Complementar:**

CAMARGO, Haroldo Leitão de. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. *Gestão, preservação e acesso a documentos digitais: patrimônio cultural e diversidade* In: *Cadernos do CEOM* - Ano 18, n. 22 - Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação. Unochapecó, 2014.

GONÇALVES, Janice. *Arquivos no presente: o lugar da História* In: *Cadernos do CEOM* - Ano 18, n. 22 - Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação. Unochapecó, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994

PEDREIRA, Antonia Custodia. (Org. *As diferentes faces e interfaces do patrimônio: registros para preservação e memória*. Palmas: UNITINS, 2013.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total	Pré-requisito
Estágio Supervisionado em História IV	8	45h	75h	-	120h	Estágio Supervisionado em História III

**Ementa:** Teorias acerca do planejamento e desenvolvimento de projetos. Ensino de História e Novas Abordagens em unidade cedente de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Reflexões teóricas sobre os projetos realizados. Relatórios de Estágio Supervisionado. Preparação de Memorial.

**Objetivos:** Compreender as teorias acerca do planejamento e desenvolvimento de projetos. Identificar as Novas Abordagens em Ensino de História. Refletir sobre os projetos realizados nas escolas cedentes. Apresentar Relatórios de Estágio Supervisionado e de Memorial.

#### **Bibliografia básica:**

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

#### **Bibliografia complementar:**

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Selva. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993

FONSECA, Selva. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Metodologia do Ensino de História e Geografia*. São Paulo, Cortez, 1990

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Projeto de Ensino de História e Diversidade	8	15h	105h	-	120h

**Ementa:** Teoria da Prática como Componente Curricular. Diferentes dimensões da prática educativa relacionados ao tema Diversidades Étnicas, Raciais, Sexuais e de Gênero, Faixa Geracional e Educação Especial. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante ao tema. Organização de oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas a partir de experiências verificadas na Educação Básica quanto às reflexões sobre as Diversidades Étnicas, Raciais de Gênero.

**Objetivos:** Articular os saberes históricos, saberes culturais e saberes filosóficos das disciplinas do 7º. e 8º. períodos como pontos de conhecimento e intervenção na prática docente. Proporcionar aos futuros professores o conhecimento do homem, de sua cultura, de seus processos históricos ao longo do tempo. Identificar as diferenças entre o eu e o outro no processo de constituição da Diversidade Étnicas, Raciais e de Gênero. Apresentar e refletir sobre as práticas organizadas, observando-se a temática.

#### **Bibliografia Básica:**

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica*. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

#### **Bibliografia Complementar:**

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. de Letras, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil* / São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Odair Giraldin (org.). *A (Trans) formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

## 22.9 RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Arte	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Arte e História. Arte e Cultura. Arte como Representação. As concepções da arte e as principais tendências artísticas. Elementos e conceitos básicos para a compreensão do fenômeno artístico no contexto cultural dos diferentes períodos históricos.

**Objetivos:** Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura; Introduzir a estética e Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação; Conhecer e discutir a relação entre arte e história.

### **Bibliografia básica:**

AUMONT, J. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993

GOMBRICH, E. *História da Arte*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1994.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense: 1995.

### **Bibliografia complementar:**

MANGUEL, A. *Lendo Imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ARGAN, G. C. e FAGIOLO, M. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Estampa, 1992

GOMBRICH, E. H. *Meditações sobre um cavaleiro de pau*. São Paulo: EDUSP, 1999

JOLY, M. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papirus, 2002

PESAVENTO, Sandra J. (Org.) *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CASTRO, Manuel Antônio (org) *A Arte em Questão: As Questões da Arte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História da Narrativa Gráfica	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Compreensão crítica do fenômeno da narrativa gráfica (histórias em quadrinhos, arte sequencial) e sua importância no contexto da indústria cultural. Histórico, tendências da narrativa desenhada. Estudos comparativos entre vários movimentos artísticos. Reflexão sobre perspectivas de abordagem histórica (historiográfica) da narrativa gráfica, com atenção especial a autores que renovaram o debate.

**Objetivos:** Oferecer aos estudantes um quadro geral das principais questões relativas à produção da narrativa gráfica desde o final do século XIX aos nossos dias – entre elas, a revolução estética encabeçada pelo “movimento” *underground* norte-americano e os quadrinhos autorais franceses e italianos; a superação do estigma de gênero fundamentalmente infantil (didático-pedagógico); a consagração ao posto de forma legítima de arte; as ciências sociais e a crítica. Interrogar centralmente o interesse da produção vanguardista dos anos de 1960 em franquear os gêneros estabelecidos pela tradição e em experimentar para além dos limites históricos e institucionais da narrativa gráfica. Discutir as transformações de ordem filosófica e teórica que tais experimentações aportam para o debate da arte gráfica contemporânea. Sondar novas perspectivas de abordagem crítica da narrativa gráfica, com atenção especial a autores que renovaram o debate.

### **Bibliografia básica:**

CYRNE, Moacyr. *A Explosão Criativa dos Quadrinhos*. Petrópolis: Vozes, 1970.

GARCÍA, Santiago. *A novela gráfica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SILVA JUNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura os quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

### **Bibliografia complementar:**

MOYA, Álvaro (org). *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENJAMIN, Walter. “A arte na era da sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas - Vol. 1. Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 165-196.

DORFMAN, A. e MATTELART, A. *Para ler Pato Donald*. Paz e terra, 1977.

MCCLOUD, Scott. *Reinventando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books, 2006.  
BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCÍA, Sergio. *Anatomía de una historieta*. Madrid, Sinsentido, 2004.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
História do Ensino de História	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** A emergência da história como campo disciplinar no século XIX. Os debates acerca do lugar do ensino da história. As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar. A trajetória do ensino de história na educação básica. A criação dos cursos universitários de história e a profissionalização dos professores. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.

**Objetivos:** Compreender as mudanças e permanências que cercam o Ensino de História no Brasil; Possibilitar reflexões que permitam pensar o Ensino de História em toda sua diversidade cultural; Propiciar a discussão sobre as Inter- relações entre as vivências e práticas da educação básica com as discussões teóricas, metodológicas e empíricas na pesquisa e ensino de História; Analisar as discussões teóricas, metodológicas e historiográficas do campo disciplinar da História e suas possíveis relações com a formação dos professores e o ensino de História.

#### **Bibliografia básica:**

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. São Paulo: Loyola, 1990.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do ensino de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

#### **Bibliografia complementar:**

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e Ensino de História na Primeira República. *XII Encontro Regional de História*, Anpuh, RJ, 2006, p. 1-9.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História: uma proposta de periodização. Porto Alegre: *Revista História da Educação*, v. 16, n. 37, maio/ago., 2012, p. 73-91.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.30, n. 60, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do Ensino Superior: Contextos, Desafios, Possibilidades. Campinas: *Revista Avaliação*, v. 14, n. 2, 2009, p. 253-266.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.30, n. 60, 2010.

TOLEDO, Maria Aparecida LeopoldinoTursi. A disciplina História no Império Brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 17, março de 2005, p. 1-10.

VIANA, Iêda. O Ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. São Paulo: *Revista Plural*, v. 21, n. 1, 2014, p. 9-30.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Patrimônio, Cultura e Memória	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Noções básicas de patrimônio cultural e memória. Classificação em patrimônio material e imaterial (bens tangíveis e intangíveis). Funções do patrimônio cultural enquanto fator de identidades. Conceitos e sentidos da preservação do patrimônio: o tombamento de bens patrimoniais, individuais ou coletivos. A utilização do patrimônio cultural para fins turísticos.

**Objetivos:** Discutir conceitos e sentidos de memórias e do patrimônio cultural e artístico, com ênfase na cultura material urbana, a exemplo de conjuntos arquitetônicos, monumentos isolados e artefatos em geral, observando as diferentes temporalidades e espacialidades em que foram construídos pelas sociedades.

#### **Bibliografia básica:**

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Tradução de Bernardo Leitão...[et al.]. 5. Campinas, SP: Ed.UNICAMP, 2010.



LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed.; São Paulo: Brasiliense, 2009.

### **Bibliografia complementar:**

ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

AUMONT, Jacques. *A imagem*; tradução: Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. 14. ed., – Campinas, SP: Papirus, 2009.

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luís. *Patrimônio histórico de Goiás*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória/8ª Diretoria Regional, 1987.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Turismo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento Nacional de Trânsito. *Guia brasileiro de sinalização turística*. Brasília: EMBRATUR/IPHAN/DENATRAN, 2001.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*; tradução de José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros. 3. ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PPC	CH Total
Tópicos de História da América Colonial	4	60h	-	-	60h

**Ementa:** Natureza, escravos, índios, colonos, mulheres, imaginário, trabalho, vivências e poder em imagens diferenciadas de uma sociedade colonial na América portuguesa. Colônia Portuguesa na América: sentidos, significados e construções.

**Objetivos:** Introduzir os alunos em temas da Colônia portuguesa na América através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas.

### **Bibliografia básica:**

ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas. (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

### **Bibliografia complementar:**

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios*. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados – moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

## **23 AULAS-CAMPO**

Na licenciatura de História da UFT, Campus de Porto Nacional, valorizaremos a realização de aula campo, não apenas na área de Estágio Supervisionado, suas práticas e disciplinas afins, mas em toda grade curricular, entendendo a aula campo como prática, não somente técnica de formação, mas holística na formação do educador.

A partir de Compiani e Carneiro (1993)<sup>19</sup> percebemos a aula campo como “cenário de geração, problematização e crítica do conhecimento, onde o conflito entre o real e as ideias ocorre com toda a intensidade”, reafirmando o papel transformador desta prática no nosso curso, contribuindo para que os futuros educadores se formem e atuem como agentes transformadores da sociedade na qual estão inseridos, construindo um conhecimento crítico de seu entorno e realidades, na confluência crítica entre teoria e prática.

## **24 METODOLOGIA**

---

<sup>19</sup>COMPIANI, M. & CARNEIRO, C. D. R. 1993. Os papéis didáticos das excursões geológicas. Espanha: *Enseñanza de las Ciencias de la Tierra*, n.1-2, p.90-98.

O Curso de Licenciatura em História de Porto Nacional, além dos saberes indicados na sua estrutura curricular, induzirá práticas e reflexões comprometidas com a construção da cidadania e com a formação de sujeitos históricos críticos. Para tanto, nas disciplinas, as Práticas como Componentes Curriculares serão propostas ações que possam contribuir na formação da consciência histórica de seus egressos. Nesse sentido, serão realizados minicursos, oficinas, visitas técnicas, palestras, seminários e demais possibilidades de se relacionar ensino de História e cidadania.

## **25 INTERFACE PESQUISA E EXTENSÃO**

Entre 2008 e 2011, o Curso de Licenciatura em História promoveu cursos de especialização cuja meta foi de preparar profissionais da área de humanas, envolvendo teorias e métodos da História Social. As discussões sobre síntese histórica, o caráter disciplinar da História Social, os objetos de estudos e algumas relações de cunho epistemológico aconteceram no decorrer do curso. O curso foi dividido em dez módulos, sendo seis teóricos e quatro voltados a prática de pesquisa. A escolha das temáticas de pesquisa estava vinculada as especializações do corpo docente, organizadas da seguinte forma: Linha de Pesquisa História Social e Política, Linha de Pesquisa História Social da escravidão e Relações Raciais, Linha de Pesquisa História Social e Estudos Sobre as Cidades, Linha de Pesquisa História Social e Educação, Linha de Pesquisa História Social, Etnia e Gênero e Linha de Pesquisa História Social e Arqueologia.

Em 2017, docentes do curso submeteram à CAPES a proposta de Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas. Esse mestrado tem como objetivo, a médio e longo prazo, ser um instrumento importante de formação de profissionais que possam desenvolver pesquisas e atuar, com qualidade, na docência, e na elaboração de políticas de preservação da memória e de patrimônios culturais. Objetiva a formação docente e técnica voltadas para a compreensão da diversidade histórica e cultural das populações amazônicas, com enfoque nos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, assentados e mulheres expostas aos processos de ocupação de terras para construção de barragens e alargamento de fronteiras agrícolas, bem como moradores de periferias em cidades em processo

de urbanização da Amazônia. O programa, cuja Área de Concentração é **História e Cultura das Populações Amazônicas**, está dividido em 2 duas linhas de pesquisa: **Memórias, patrimônios e organização dos espaços culturais amazônicos** e **Ensino e fontes das diversidades culturais amazônicas**. A proposta aguarda avaliação pela CAPES, a ser divulgada no segundo semestre de 2018.

O Curso de História do Campus de Porto Nacional realiza eventos de caráter científico e cultural, onde as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão divulgam a produção acadêmica de docentes e discentes produções. Figuram entre esses eventos a Semana Acadêmica de História, Semana Integrada do Campus de Porto Nacional, bem como simpósios e fóruns específicos e interdisciplinares dos núcleos de pesquisa. N

Nas semanas acadêmicas, como o incentivo e fomento da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal do Tocantins elabora um evento diversificado, contando com palestras, mesas redondas, minicursos, oficinas, comunicações individuais e coletivas, exibição e debates de filmes e documentários, exposições, dentre outros. Acolhe pesquisadores e docentes tanto do próprio curso quanto de outros cursos da UFT e também de outras IES brasileiras, sendo que há a abertura para a comunicação de pesquisas e projetos desenvolvidos pelo corpo discente. Os núcleos e grupos de pesquisas ligados ao curso de História do Campus de Porto Nacional organizam eventos de caráter científico contando com o apoio institucional da UFT, desde que previstos no âmbito do Planejamento Acadêmico do curso ou aprovados e registrados em reuniões do colegiado do curso de História.

## **26 INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO: MONITORIA, PET, PIBIC, PIVIC, PIBID, PADI, PADU, PIM**

A Universidade Federal do Tocantins, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação (Propesq), anualmente divulga editais para a seleção de candidatos à bolsa de iniciação científica. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica tem oportunizado a que muitos alunos possam se vincular as pesquisas desenvolvidas por docentes do quadro do Curso de História do Campus de Porto Nacional, tornando-os capazes de lidarem os instrumentais teóricos e metodológicos da área.

O Curso de História integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Docente (PIBID), cuja meta é despertar o interesse dos licenciados para a prática do magistério. No Campus de Porto Nacional foi elaborado um projeto conjunto, de natureza interdisciplinar, envolvendo as licenciaturas de Geografia, História, Letras e Biologia. O programa tem como objetivos:

- a) incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio;
- b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente;
- c) promover a melhoria da qualidade da educação básica;
- d) promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial;
- e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições federais de educação superior;
- f) estimular a integração da educação superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública;
- g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem;
- h) valorizar o espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica;
- i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola.

Participam do Programa as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que possuam cursos de licenciatura com avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, IFES que tenham firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos Municípios, dos Estados

ou do Distrito Federal, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID nas atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola pública.

O Programa financia bolsas de iniciação à docência aos estudantes e bolsas de coordenação aos professores coordenadores de área, vinculados ao curso/UFT (subprojetos), além de bolsas de supervisão aos professores supervisores das disciplinas nas escolas cadastradas. O curso de História de Porto Nacional possui no edital vigente (Edital Capes 07/2018) vinte e cinco (25) alunos bolsistas e seis (06) alunos voluntários de diferentes períodos. Os alunos bolsistas recebem uma bolsa mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). O programa Pibid envolve outros cursos de licenciatura no campus (Letras, Biologia e Geografia).

A Universidade Federal do Tocantins, a partir da Resolução de Nº016/2008 institucionalizou o seu Programa de Monitoria e neste sentido o curso de História do campus de Porto Nacional incorpora essas ações, que visam, sobremaneira, a melhoria do desempenho acadêmico em disciplinas, áreas e conteúdos específicos da Licenciatura em História. Caberá, semestralmente, ao colegiado e a coordenação do curso de História identificar e elaborar a relação das disciplinas que deverão acolher os monitores, cujo processo de escolha segue as diretrizes gerais da instituição conforme a Resolução Nº016/2008.

Dentro da autonomia de caráter acadêmico do colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional, a qualquer momento poderá se propor outros e novas proposições para a fundamentação do PIM no âmbito do curso, desde que respeitadas as normativas em curso e ouvidas as instâncias superiores da UFT.

Programas importantes dos quais o Curso de História participa são o PADI e o PADU. A PROGRAD oferece vários Programas Especiais em Educação, entre eles encontram-se o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) destinado a auxiliar prioritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade, ingressantes de escola pública, alunos matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. Um Programa destinado à seleção de propostas de tutoria nas áreas de ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e matemática no âmbito dos cursos de graduação e em áreas com disciplinas que possuam elevado índice de reprovação, retenção ou evasão, nas modalidades de bolsas de tutoria remuneradas e voluntárias

**2.1** Ampliar o atendimento aos estudantes ingressantes na instituição proporcionando-lhes suporte pedagógico, no sentido de minimizar deficiências de

conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação.

**2.2** Propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar o conhecimento e a convivência no meio universitário.

**2.3** Contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT.

**2.4** Promover a democratização do ensino superior, com excelência.

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex) criou, em 2010, o Programa de Acesso Democrático à Universidade (Padu) com a finalidade de agregar cursos preparatórios aos vestibulares alternativos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nas unidades da UFT. A proposta do preparatório se baseia no princípio da responsabilidade social (estendido à comunidade acadêmica) e se justifica pela preocupação em minimizar as consequências de um processo histórico de exclusão social, que afasta grande parte da população brasileira da Universidade Pública.

O PADU de Porto Nacional atualmente é de responsabilidade do Grupo de Extensão da UFT Porto Nacional e está sob a coordenação do Professor Radamés Vieira Nunes.

## **27 ESTÁGIOS CURRICULARES NÃO OBRIGATÓRIOS**

O discente também poderá realizar o Estágio Curricular Não-Obrigatório, que de acordo com a resolução Consepe n. 20/2012, é um “ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica”. As atividades do estágio não-obrigatório deverão estar relacionadas com a área de estudo do Curso, com frequência regular e em conformidade com a resolução Consepe n. 20/2012 (Anexo V).

## **28 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

De acordo com a Resolução CONSEPE nº 009/2005, que trata do Regulamento das Atividades Complementares nos cursos de graduação, a integralização da carga-horária de 3.260 horas ocorrerá mediante a apresentação de certificados de participação em 210 horas de atividades complementares, resultantes de participação em eventos científicos, atividades de extensão e projetos de pesquisas.

## **29 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso resultará das atividades desenvolvidas nos Seminários de Pesquisa I e Seminários de Pesquisa II e em conformidade com as normativas da Universidade Federal do Tocantins, Resolução Consepe n. 05/2011, Resolução Consuni n. 25/2017, Resolução Consuni n. 07/2015, Resolução Consuni n. 36/2017, e, também, em conformidade com o REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Anexo II desde PPC)

## **30 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

A avaliação do processo da aprendizagem é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. A avaliação não deve ser utilizada como punição àqueles que não alcançaram os resultados esperados, mas como forma de contribuir para que cada discente identifique melhor as suas necessidades de formação e empreenda o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional. Destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação tendo também a finalidade de certificar sua formação profissional.

Cada professor deverá apresentar de forma clara os critérios e os instrumentos de avaliação que serão utilizados, contribuindo para que os discentes conheçam e reconheçam seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo capacidade de autorregular a própria aprendizagem,



descobrir e planejando estratégias para diferentes situações. Entendendo que não se avalia apenas o conhecimento adquirido, mas a capacidade de buscar outras possibilidades de avaliação para realizar o que é proposto. Os instrumentos de avaliação só cumprem seu papel se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não se muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

A avaliação pressupõe ainda a construção de um currículo interdisciplinar pressupõe, ou seja, a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Trata-se de perceber a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art.4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de

provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e média igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0 será submetido ao exame final. Para aprovação, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota do exame final seja igual ou superior a 5,0. Nos Planos de Disciplinas os professores assumem o compromisso com formas de avaliação que fortaleçam o exercício dissertativo argumentativo.

### **31 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO**

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”

Foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infraestrutura: análise da infraestrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

### **32 AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)**

O acompanhamento ou processo de avaliação é um dos momentos mais importantes envolvendo qualquer processo, quer seja ele acadêmico ou não. O mais importante dentro de um processo avaliativo são os instrumentos e os critérios que são utilizados como referenciais para efetuar o processo de avaliação de um determinado evento. O curso será avaliado periodicamente levando-se em consideração os vários momentos pelos quais irá passar. Havendo necessidade de surgimento de novas demandas ou novas técnicas propostas pedagógicas, o mesmo deverá se adequar. À coordenação, caberá o acompanhamento e a proposição de mudanças necessárias ao bom desenvolvimento e a manutenção ou melhoria da qualidade do curso. No campo de ação acadêmica, o aluno deverá ser avaliado permanentemente e conforme as formas de se avaliar o rendimento dos

estudantes serão observadas as normas regimentais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Este PPC será avaliado sistematicamente por meio de relatório elaborado pelo Colegiado de Curso, visando refletir sobre o cumprimento de seus objetivos, perfil do profissional, habilidades e competências, estrutura curricular, pertinência do curso no contexto regional, corpo docente e discente.

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se deem de forma gradual, sistemática e sistêmica. Seus resultados subsidiarão e justificarão reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material, etc. Sendo assim, a avaliação do Projeto Pedagógico será bienal, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir o sucesso do currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, considerando que ele é dinâmico e flexível e deve passar por constantes avaliações.

No âmbito da avaliação do curso o processo é assumido pelo NDE, com o objetivo de focar as dimensões da avaliação semestral das disciplinas pelo aluno e pelo professor; a avaliação do desempenho do professor e do aluno; e a avaliação da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso).

### **33 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE**

O Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de História de Porto Nacional, instituída pela Portaria N. 708, de 18/04/2016, é composto pelos seguintes professores:

Benvinda Barros Dourado, entrada em 2019, em substituição a Denilson Barbosa Eça Pereira da Silva (entrada em 2020, em substituição a Renata Brauner Ferreira)

Juliana Ricarte Ferraro

Marcelo Santos Rodrigues

Regina Célia Padovan

Vasni de Almeida

Vitor Abranche de Oliveira (entrada em 2020, em substituição a Cleube Alves da Silva)

### **34 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO DO CURSO E REGIME DE TRABALHO**

Nº	NOME	FUNÇÃO	POSSE NA UFT	REGIME DE TRABALHO
1	Angela Teixeira Artur	Docente	14/01/2021	DE
2	Ariel Elias do Nascimento	Docente	17/06/2015	DE
3	Benvinda Barros Dourado	Docente	15/05/2003	DE
4	Cleube Alves da Silva	Docente	20/09/2010	DE
5	Denilson Barbosa de Castro	Docente	15/05/2003	DE

6	Êça Pereira da Silva	Docente	28/03/2018	DE
7	Juliana Ricarte Ferraro	Docente	14/10/2010	DE
8	Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes	Docente	30/06/2015	DE
9	Marcelo Santos Rodrigues	Docente	15/05/2003	DE
10	Marcos Alexandre de M. S. Arraes	Docente	08/06/2016	DE
11	Marcos Aurelio C. Zimmermann	Docente	07/10/2004	DE
12	Marina HaizenrederErtzogue	Docente	15/05/2003	DE
13	Odair Giralдин	Docente	15/05/2003	DE
14	Regina Célia Padovan	Docente	15/05/2003	DE
15	Rodrigo Poreli Moura Bueno	Docente	07/07/2010	DE
16	Vasni de Almeida	Docente	02/12/2005	DE
17	Vitor Hugo Abranche Oliveira	Docente		
18	Elza Pereira da Silva Alves Medrado	Técnica Administrativa	25/11/2015	40h

### 35 FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

Nome do docente	Grau de formação	Área	Instituição	Ano de conclusão do grau de formação indicado	Tempo de docência no Ensino Superior
Angela Teixeira Artur	Doutorado	História	Universidade de São Paulo (USP)	2017	04 anos
Ariel Elias do Nascimento	Mestrado	Estudos de Linguagem	Universidade de Mato Grosso	2020	15 anos

Benvinda Barros Dourado	Doutorado	Educação	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2010	17 anos
Cleube Alves da Silva	Doutorado	História Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2012	10 anos
Denilson Barbosa de Castro	Doutorado	Educação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	2016	19 anos
Êça Pereira da Silva		História Social	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP	2016	5 anos e oito meses
Juliana Ricarte Ferraro	Doutorado	Educação	Universidade de São Paulo (USP)	2013	17 anos
Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes	Mestrado	Ciências Humanas	Universitat Jaume I, UJI, Espanha	2009	3 anos
Marcelo Santos Rodrigues	Doutorado	História Social	Universidade de São Paulo (USP)	2009	17 anos
Marcos Alexandre de M. S. Arraes	Doutorado	História Cultural	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2015	7 anos
Marcos Aurelio C. Zimmermann	Mestrado	Ciências da Educação	Universidad Americana del Paraguay, UA, Paraguai.	2014	25 anos
Marina Haizenreder Ertzogue	Doutorado	História Social	Universidade de São Paulo (USP)	2001	25 anos
Odair Giralдин	Doutorado	Ciências Sociais	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	2000	26 anos
Regina Célia Padovan	Doutorado	Educação	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2011	18 anos
Rodrigo Poreli Moura Bueno	Doutorado	Filosofia	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2015	8 anos
Vasni de Almeida	Doutorado	História	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2003	19 anos
Vitor Hugo Abranche de Oliveira	Doutorado	História	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2015	13 anos

### 36 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE

A produção bibliográfica dos docentes do Curso de Licenciatura em História do Campus de Porto Nacional se encontra nos links da tabela.



DOCENTE	Link para Plataforma Lattes
Angela Teixeira Artur	<a href="http://lattes.cnpq.br/1842477894657637">http://lattes.cnpq.br/1842477894657637</a>
Ariel Elias do Nascimento	<a href="http://lattes.cnpq.br/8429289481219966">http://lattes.cnpq.br/8429289481219966</a>
Benvinda Barros Dourado	<a href="http://lattes.cnpq.br/8284913139954105">http://lattes.cnpq.br/8284913139954105</a>
Cleube Alves da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/7090733062602500">http://lattes.cnpq.br/7090733062602500</a>
Denilson Barbosa de Castro	<a href="http://lattes.cnpq.br/6756256684452145">http://lattes.cnpq.br/6756256684452145</a>
Êça Pereira da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/8817987296767214">http://lattes.cnpq.br/8817987296767214</a>
Juliana Ricarte Ferraro	<a href="http://lattes.cnpq.br/5503371945137722">http://lattes.cnpq.br/5503371945137722</a>
Marcelo Gonzalez BrasilFagundes	<a href="http://lattes.cnpq.br/9298111136798290">http://lattes.cnpq.br/9298111136798290</a>
Marcelo Santos Rodrigues	<a href="http://lattes.cnpq.br/7685802492506664">http://lattes.cnpq.br/7685802492506664</a>
Marcos Alexandre de M. S. Arraes	<a href="http://lattes.cnpq.br/6477645030306199">http://lattes.cnpq.br/6477645030306199</a>
Marcos Aurelio C. Zimmermann	<a href="http://lattes.cnpq.br/0911141023365077">http://lattes.cnpq.br/0911141023365077</a>
Marina HaizenrederErtzogue	<a href="http://lattes.cnpq.br/8782125323284470">http://lattes.cnpq.br/8782125323284470</a>
Odair Giralдин	<a href="http://lattes.cnpq.br/6898659315585888">http://lattes.cnpq.br/6898659315585888</a>
Regina CéliaPadovan	<a href="http://lattes.cnpq.br/7785933812953260">http://lattes.cnpq.br/7785933812953260</a>
Rodrigo Poreli Moura Bueno	<a href="http://lattes.cnpq.br/0847570595210977">http://lattes.cnpq.br/0847570595210977</a>
Vasni de Almeida	<a href="http://lattes.cnpq.br/8489955625630790">http://lattes.cnpq.br/8489955625630790</a>
Vitor Hugo Abranche de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/3540558249390894">http://lattes.cnpq.br/3540558249390894</a>

### 37 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS

Para a capacitação do profissional na docência, no ensino e na extensão, o Curso de História conta com as seguintes instalações físicas e laboratoriais.

#### 37.1 Centro de Documentação

- **CDH** - Centro de Documentação Histórica: possui seis leitores de microfilme e dois computadores com acesso à internet, bem como acervo em microfilmes de periódicos depositados na Biblioteca Nacional, com ênfase no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Seu público alvo são os estudantes e pesquisadores da área de História.

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Poreli.

### 37.2 Laboratórios

- **LIFE** – Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores: conta com computadores, impressoras e tem como público alvo os estudantes de licenciaturas em História da Universidade Federal do Tocantins.

Coordenadora: Profa. Dra. Juliana Ricarte Ferraro

- **LAPHIS** - Laboratório de Arqueologia Histórica / Pré – Histórica & Educação Patrimonial: foi idealizado e criado em outubro de 2010 e tem por finalidade o apoio, a promoção, a execução, direta e indiretamente de planos, programas, projetos e atividades relacionados com a preservação, a pesquisa, a documentação e a valorização e preservação do Patrimônio histórico-cultural Paisagístico Natural e Urbano, Arqueológico Histórico/pré-histórico e Educacional bem como de iniciativas voltadas para a preservação e desenvolvimento da Educação Patrimonial, no Estado do Tocantins e nos demais Estados da Federação, em âmbito nacional e internacional.

O acervo do LAPHIS, será composto com peças, de coleções originais e réplicas de Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente; Arqueologia Americana, com ênfase na Pré-História Brasileira; Etnologia Brasileira, Etnologia Africana e de Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Tocantins e do Brasil. A formação desse acervo deve-se a pesquisas desenvolvidas em sítios arqueológicos; coletas realizadas em campo por várias gerações de etnólogos, arqueólogos, antropólogos e outros; ou a diferentes tipos de aquisição, como os intercâmbios com museus nacionais e estrangeiros, Institutos, Fundações entre outros, que originaram a coleções públicas ou particulares que poderem enriquecer o conhecimento acadêmico do LAPHIS.

O LAPHIS estrutura-se em duas grandes áreas: a Divisão Acadêmica Científica, vocacionada para o trabalho científico de Arqueologia e Etnologia, e a Divisão Acadêmica Científica Cultural., voltada para pesquisas aplicadas no campo da Museologia e da Educação Patrimonial, além dos projetos de extroversão do conhecimento produzido na Instituição junto ao Serviço Técnico de Musealização. Integra-se à Divisão Científica o Serviço Técnico de Curadoria, composto pelas equipes técnicas de Laboratório de Arqueologia e Etnologia, de Laboratório de Conservação e Restauro e de Documentação Museológica, que desenvolvem atividades técnico-científicas básicas e indispensáveis para a manutenção e gerenciamento do acervo.

Coordenadores: Prof. Me. Marcos Aurelio Camara Zimmermann; Profa. Dra. Juliana Ricarti Ferraro

### 37.3 Núcleos

- **NEDIG** - Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero. Possui os seguintes equipamentos: 02 aparelhos de ar condicionado; 03 computadores de mesa; 08 laptops; 02 data show; 02 máquinas digitais; 01 câmera filmadora; 01 impressora jato de tinta; 01 scanner de mesa para papel; 01 impressora "laser"; 01 estante de aço; 03 armários grandes de madeira; 01 armário pequeno de madeira; 01 mesa de reuniões; 03 mesas para computador; 03 mesas escrivaninha; 16 cadeiras; 01 frigobar. Todos esses equipamentos foram adquiridos pela aprovação de projetos em agências de fomento (Edital CNPQ - 22/2007 - Saúde da Mulher - Linha de Apoio 1.2.1. R\$ 100.644,48; Edital MCT/CNPq 50/2006 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, R\$ 5.000,00), grande parte foi adquirido também pelo Edital da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2009 na linha de Apoio aos Núcleos de Estudos de Gênero e Feminismo em Instituições do Ensino Superior, com um valor de 35.750,23 (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e três centavos), especificamente para equipar o núcleo.

Coordenadora: Profa. Dra. Temis Gomes Parente.

- **NEAB-TO** – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins

Coordenador: Profa. Dra. Vera Lúcia Aires da Silva

Equipamentos disponíveis: 01 aparelho de ar condicionado; 01 computador de mesa; 02 laptops; 01 data show; 02 impressoras jato de tinta; 01 impressora "laser"; 01 estante de aço; 01 armário grande de madeira; 02 mesas de reuniões; 03 mesas para computador; 16 cadeiras; equipamentos adquiridos pelos editais UNIAFRO I e III (Programa de Ação Afirmativa nas Universidades MEC/SECAD/FNDE) valor R\$ 172.000,00. Tem distribuído, via MEC/SECAD, material didático para as escolas do Tocantins. Em 2006 e 2010 ofereceu dois cursos de especialização *lato sensu* em história e cultura africana e afro-brasileira e titulou 136 professores. O NEAB mantém cooperação de estudos e pesquisas com as seguintes instituições: CONNEABS e ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), bem como desenvolve pesquisa interdisciplinar junto ao curso de biologia do *Campus* de Porto Nacional da UFT.

- **NEAI** - Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas. Criado em 2003, ligado ao colegiado do curso de História do *Campus* de Porto Nacional da UFT. O NEAI foi institucionalizado pelo CONSEPE/UFT em 2007 (Certidão 229/2007). Tem por objetivo realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão com temáticas ligadas aos povos indígenas que vivem no Estado do Tocantins. Equipamentos disponíveis: 04 computadores desktop; 01 impressora a laser; 02 notebooks, 01 data show, 01 câmera filmadora; 02 câmeras fotográficas, 01 scanner de mesa para papel, 01 scanner de negativos e 02 micro gravadores de voz; 01 TV 42"; 04 mesas, com 04 cadeiras, 04 armários, 30 cadeiras escolares, 01 escrivaninha com 01 cadeira giratória. A maior parte do acervo e dos equipamentos foram adquiridos com o apoio financeiro do CNPq, por meio de projetos (Edital MCT/CNPq nº 06/2008 - Jovens Pesquisadores / Edital nº 06/2008 - Faixa B, valor R\$ 110.309,90; Edital MCT/CNPq 02/2009, valor R\$ 19.803,30).

Coordenador: Prof. Dr. Odair Giralдин

- **NEUCIDADES** - Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades. Localizado numa área de 20m<sup>2</sup>, foi institucionalizado na UFT em 15/02/2008 pela Resolução nº 03/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Equipamentos disponíveis: 02 computadores completos, 01 notebook, 01 impressora jato de tinta; 02 mesas; 6 cadeiras; 01 aparelho de ar condicionado, 2 estabilizadores.

Coordenador: Prof. Me. Napoleão Araújo de Aquino

### 38 BIBLIOTECA

A biblioteca do Campus da Universidade Federal do Tocantins em Porto Nacional está localizada em um prédio com área de 835m<sup>2</sup>, tendo sido concluída a última reforma de ampliação em 2009, com recursos do Ministério da Educação. Segundo o site da biblioteca, seu acervo, em 2016, estava assim distribuído:

<b>BIBLIOTECA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL</b>		
<b>Material</b>	<b>Títulos</b>	<b>Exemplares</b>
Livros	27.521	52.593
Revistas	314	730
Monografias Graduação	1.718	2.200
Monografias Especialização	78	78
Dissertações	114	114
Teses	86	86
Multimeios (Cd's, Dvd's e Fitas Cassete)	985	985

Para a área de Ciências Humanas, o acervo conta com 3210 títulos e 7761 exemplares, distribuídas entre obras de formação pedagógica, formação específica e temas transversais. Nas dependências da biblioteca do Campus de Porto Nacional encontra-se a Biblioteca Carlos Araújo Moreira Neto, abrigando amplo acervo com mais de 5.000 itens herdados do antropólogo e trasladados para o Campus de Porto Nacional em 2008.

Na tabela que segue indicamos o quantitativo de livros da Biblioteca Carlos Araújo Moreira Neto, obras importantes para o desenvolvimento de atividades relacionadas à docência, pesquisa e extensão do profissional de História

<b>Área Temática</b>	<b>Títulos</b>	<b>Exemplares</b>
História Regional	188	332
História / Literatura do Tocantins	96	372
História Geral do Brasil	146	397
História do Brasil Colônia	83	220
História do Brasil Império	57	103
História do Brasil República	94	205
História Indígena	17	48
História da África/Afro-brasileira	31	69
História Ibérica	7	48
História da América do Sul	57	109
Geografia Histórica	20	55
Geografia Econômica	13	34
Geografia do Brasil	96	188
<b>Total de Títulos</b>	<b>905</b>	<b>2177</b>

### **39 ÁREA DE LAZER E CIRCULAÇÃO**

O Campus de Porto Nacional conta com 1(uma) lanchonete e 1 (um) restaurante universitário, que ofertam serviços de refeições para a comunidade universitária. Conta com 2 (dois) espaços de convivência para as pessoas que permanecem um maior número de horas no interior do campus. Os blocos de ensino e laboratórios contam com banheiros.

O Campus conta com uma grande área verde, que serve de moradia para diversificado conjunto de fauna silvestre. A partir do Plano Diretor do Campus de Porto nacional espera-se que a sua expansão física possa se pautar no necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando o meio ambiente. O

Campus conta também com coleta seletiva de resíduos sólidos, ainda que esse expediente necessite passar por um maior aprimoramento logístico.

#### **40 RECURSOS AUDIOVISUAIS**

O Curso de História do Campus de Porto Nacional conta com:

- 02 microcomputadores para o uso da coordenação de curso;
- 07 aparelhos de Data show;
- 01 microfone sem fio;
- 01 aparelho de som.

#### **41 ACESSIBILIDADE PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

O Campus de Porto Nacional atende as exigências do Decreto N. 5.296/2004, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos. Reserva vagas nos estacionamentos do Campus e a uma rampa de acesso ao bloco da administração. No Bloco de salas de aula (Bloco 10), há de elevadores para portadores de necessidades especiais. No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e conseqüentemente o Campus de Porto Nacional vêm cumprindo as exigências previstas em lei.

#### **42 SALA DE DIREÇÃO DO CAMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO**

A sala da Direção do Campus de Porto Nacional está localizada no Bloco da Administração e conta com uma estrutura mínima adequada a permanência de seus sucessivos gestores, a saber: uma ante sala para a recepção de visitantes, permanência de secretárias, estagiários, central de telefonia e fax, uma sala independente para a permanência da secretaria executiva do campus e uma sala exclusiva e isolada para a permanência do diretor do campus, capaz de acolher reuniões de pequeno porte. Toda essa estrutura tem a disposição serviço de Internet de banda larga.

A sala da Coordenação e da Secretaria do Curso de Graduação em História do Campus de Porto Nacional está localizada no Bloco Centro de Gestão

Educacional (CGE) abrigando mesas, armários e computadores do Coordenador e Secretaria do Curso. A sala de Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas, PPHispam, está abrigada no mesmo bloco.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice I – Regimento Interno do Curso**

Campus de Porto Nacional  
Colegiado do Curso de História

## **REGIMENTO INTERNO**

### **CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO**

**Art. 1º** - O presente Regimento disciplina o funcionamento do Colegiado do Curso de História do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

**Art. 2º** - O Colegiado de Curso de História é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade acompanhar a implementação e a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

### **CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 3º** - A administração do Curso de História do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:



- I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
- II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
- III - Órgãos de Apoio Acadêmico:
  - a) Coordenação de Estágio do Curso;
  - b) Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.
- IV - Órgão de Apoio Administrativo:
  - a) Secretaria do curso;
  - b) Estagiários do curso.

### CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

**Art. 4º** - O Colegiado do Curso de História é constituído por:

- I - Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
- II - Docentes efetivos do curso;
- III- Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso (conforme o Artigo de nº 36 do Regimento Geral da UFT).

### CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

**Art. 5º** - São competências do Colegiado de Curso, conforme o Artigo de nº 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
- II - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - Opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

- IX - Propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - Eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

## CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

**Art. 6º** - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com 48 horas de antecedência, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 2º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 3º - Não havendo quórum deliberativo uma nova reunião em caráter extraordinário deverá ser convocada dentro das 24 horas subsequentes;

§ 4º - As inclusões de pauta deverão ser encaminhadas por escrito ou via correio eletrônico até 24 horas anteriores à convocação das reuniões ordinárias;

§ 5º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de *quórum* e de voto serão considerados apenas os professores em pleno exercício de suas atividades acadêmicas;

§ 6º - No início das reuniões colegiadas deverá ser estipulada uma duração para o seu término, em caso do não esgotamento de sua pauta esta deverá ser apreciada em reunião posterior;

§ 7º - Terão poder de voz e voto todos os membros efetivos;

§ 8º - Os membros substitutos, voluntários e não efetivos terão somente direito à voz;

§ 9º - Os representantes discentes legalmente indicados pelos seus pares terão direito à voz e voto na proporcionalidade de 20% do quadro docente efetivo;

§ 10 - Os discentes regularmente matriculados que optarem por participar das reuniões terão direito a voz desde que a palavra seja concedida pela plenária;

§ 11 - Os informes deverão ser breves e objetivos e não poderão ultrapassar o tempo total de 30 minutos;

§ 12 - Para efeito de facilitar a confecção das Atas, as reuniões colegiadas poderão ser gravadas em equipamentos patrimoniados na Universidade Federal do Tocantins, sendo que tão logo se proceda à consulta das fitas, as mesmas deverão ser apagadas e esse procedimento será de inteira responsabilidade do Coordenador de Curso.

**Art. 7º** - O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões tem prioridade sobre todas as demais atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as ausências nas Reuniões Colegiadas deverão ser prévia e oficialmente comunicadas e justificadas.

§ 1º - As ausências justificadas dos membros docentes efetivos deverão ser apreciadas pelo colegiado que será soberano na decisão sobre o abono ou não das mesmas;

§ 2º - A ausência não justificada dos membros docentes efetivos em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, tanto ordinárias quanto extraordinárias, acarretará na perda do direito de votar e ser votado durante o semestre e de ser apreciada toda demanda que requeira financiamento da instituição;

§ 3º - Nos demais casos observar-se-á a Seção IV do Regime Disciplinar do Regimento Geral da UFT;

§ 4º - Em conformidade com o Artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do colegiado pode ser advertido pelo Coordenador do Curso caso desrespeite ao mesmo e aos demais membros do Colegiado com ofensas de natureza ética, moral, racial ou sexual.

## CAPÍTULO VI

## DA COORDENAÇÃO DE CURSO

**Art. 8º** - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Artigo 32 do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Coordenador do Curso a indicação de um Coordenador Interino para substituí-lo em suas ausências justificadas;

§ 2º - Em reuniões deliberativas, além de seu voto, o Coordenador de Curso, em caso de empate, terá também o voto de qualidade;

**Art. 9º** - Ao Coordenador de Curso compete:

- I - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do Estágio Supervisionado;
- II - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do TCC;
- III - Convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- IV - Designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- V - Executar dentro de suas atribuições legais, “ad referendum” do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

## CAPÍTULO VII DA SECRETARIA DO CURSO

**Art. 10** - À Secretaria, órgão executor dos serviços administrativos, compete:

- I - Encarregar-se do atendimento junto à Coordenação;
- II - Auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III - Instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador e demais membros do Colegiado;
- IV - Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V - Elaborar e enviar a convocação aos membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas das reuniões extraordinárias;

- VI - Secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII - Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII - Manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX - Manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X - Auxiliar as atividades dos coordenadores de TCC e coordenadores e professores do Estágio Supervisionado;
- XI - Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação; XII - Executar outras atividades inerentes à área.

## CAPÍTULO VIII DO REGIME DIDÁTICO

### Seção I Do Currículo do Curso

**Art. 11** - O regime didático do Curso de História reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso – PCC –, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

**Art. 12** - O currículo pleno envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso será proposto pelo Colegiado de Curso;

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias;

**Art. 13** - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e da legislação de Educação Superior Brasileira;

**Art. 14** - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

**Art. 15** - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT;

**Art. 16** - Em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT é assegurado ao aluno o direito de vistas e à revisão de prova ou tarefa escrita e este

procedimento deverá ser feito de acordo com o Calendário Acadêmico do semestre vigente.

§ 1º - A revisão de nota da prova escrita, quando solicitada pelos discentes, será analisada pelo professor da respectiva disciplina, que deverá emitir seu parecer por escrito;

§ 2º - Caso não aceito pelo discente, a revisão de nota da prova escrita, será solicitada à Coordenação do Curso que encaminhará para apreciação do Colegiado;

§ 3º - O Colegiado irá constituir uma Comissão com três professores das áreas afins, sendo o professor titular e mais dois para a avaliação final;

§ 4º - As provas e trabalhos escritos que não forem finais serão analisados pelo professor, devendo este emitir parecer. Os discentes não satisfeitos com este parecer deverão encaminhar o pedido à Coordenação do Curso que encaminhará às instâncias superiores ou dará parecer conclusivo sobre o caso;

§ 5º - A constatação pelo docente de irregularidades em quaisquer espécies e natureza de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do curso de História será motivo de anulação de suas respectivas notas e aproveitamentos obtidos e aplicação das normas previstas no Regimento Geral da UFT.

## Seção II Da Oferta de Disciplinas

**Art. 17** - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do Planejamento Semestral e aprovada pelo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico. Em caso da mesma disciplina ser pleiteada por mais de um docente aplicam-se os critérios excludentes conforme a ordem abaixo discriminada.

- 1) Área de concurso do docente e de sua atuação na UFT;
- 2) Tempo de experiência docente na UFT na área em que se insere a(s) disciplina(s); 3) Produção na área da disciplina, via Currículo Lattes e por critérios estabelecidos pela CAPES;
- 4) Maior titulação;
- 5) Maior tempo de trabalho na UFT; 6) Docente com maior idade.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18** - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

**Art. 19** - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Porto Nacional-TO, maio de 2018.

## **Apêndice II – Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

### **REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Colegiado do Curso História, Campus de Porto Nacional - UFT, em conformidade com a Resolução CONSUNI Nº 36/2017, que dispõe sobre o Manual de Normalização para a elaboração de trabalhos acadêmicos científicos; da Resolução CONSUNI 07/2015 que trata do Regimento Geral do sistema de bibliotecas (SISBIB) elaboração; referente às normas e regimentos do Trabalho de Conclusão de Curso, vem publicar o regimento de Trabalho de Conclusão de Curso, com diretrizes para a orientação, entrega, apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura História e outras providências:

#### **I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º**– O presente Regimento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins – UFT, do Campus Universitário de Porto Nacional, requisito indispensável à integralização curricular.

**Art. 2º**– O TCC, atividade curricular integrante do currículo do Curso de Licenciatura em História, de caráter obrigatório na disciplina TCC I e II (e/ou suas equivalentes futuras) tem por objetivo proporcionar ao estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

**Art. 3º**– O TCC será elaborado individualmente, sobre problemas de natureza histórica e/ou educacional, tendo por princípio a sua relevância social e científica.

**Parágrafo Único** – Serão aceitas como modalidades de TCC: Monografias ou Artigos científicos, seguindo as normas Manual de Normalização para elaboração de trabalhos Acadêmicos-Científicos no âmbito da UFT (Resolução Consuni nº 36/2017).

**Art. 4º**– Só poderá matricular-se na disciplina TCC o aluno concluinte, ou seja, aquele que tiver concluído ao menos 90% da carga horária exigida até o 7º semestre do curso.

## II - DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 5º** – A disciplina de TCC compreenderá as atividades de Orientação, acompanhamento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso com o envolvimento do professor orientador e do professor coordenador da disciplina.

**Parágrafo Único:** A responsabilidade do professor da disciplina e do coordenador de TCC limitar-se a fornecer orientações gerais sobre normas e regimento do TCC, agendar e organizar seminários de apresentação de TCC e a auxiliar o aluno concluinte a dirimir eventuais dificuldades em encontrar orientação para a sua pesquisa.

## III - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

**Art. 6º**– À Coordenação do Curso de História compete:

- I. Providenciar encaminhamento à Biblioteca Central das cópias dos TCC aprovados, segundo as suas normas;
- II. Manter banco de dados atualizado dos TCC aprovados, bem como, informações sobre linhas de atuação e de orientação dos professores do colegiado;
- IV. Colaborar, sempre que necessário, com o professor orientador, acerca dos contatos com instituições públicas, privadas e de terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material bibliográfico para a pesquisa, durante a elaboração do TCC.

## IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COORDENADOR DA DISCIPLINA TCC

**Art. 7º**– Ao Professor Coordenador da disciplina TCC compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir, no que lhe compete, este Regimento;



- II. Divulgar as disposições deste regimento e das normas que o completam esclarecendo aos professores orientadores e aos discentes sob a sua forma de execução;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso, mantendo registro de todas as informações necessárias e comprobatórias do atendimento a este regimento;
- IV. Sugerir professores orientadores no caso em que o discente enfrentar dificuldades de encontrar orientador;
- V. Estabelecer a metodologia e formatos dos TCC e regras especiais que se façam necessárias, inclusive para apresentações;
- VI. Coordenar atividades vinculadas às questões metodológicas inerentes a este regimento, colaborando com os Professores Orientadores e Discentes;
- VII. Aprovar os modelos de formulários utilizados para as avaliações dos TCC;
- VIII. Sugerir temas para constituírem TCC, que possam contribuir para a melhoria do ensino de História, no contexto regional ou global, atendendo à problemática relacionada ao Curso de Licenciatura em História e da UFT.

**Art. 8º**– Para orientação do TCC será cadastrado pelo Colegiado do Curso de História, apedido do discente, um professor orientador da UFT, com titulação mínima de mestre, cuja área de conhecimento esteja relacionada ao tema escolhido pelo discente.

**Art. 9º** - O professor de 40 horas (DE) ou 40horas semanais poderá orientar até, no máximo, 4 (quatro)trabalhos por semestre.

**Art. 10º**– O Professor de 20 (vinte) horas semanais poderá orientar até 2 (dois) trabalhos por semestre

Parágrafo Único – Fica a critério do professor orientar mais trabalhos por semestre dos que os estabelecidos neste edital, caso tenham disponibilidade.

**Art. 11º**– Cada professor orientador deverá ter autonomia para estabelecer parâmetros relevantes para aquilo a que se propõe desde que esteja de acordo com o mínimo necessário ao desenvolvimento da pesquisa e com o que determina este regimento.

## V - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

**Art. 12º** – Ao Professor Orientador compete:

- I. Observar as normas que orientam o TCC;
- II. Colaborar com o(s) discente(s) na escolha e definição do tema do TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de seus orientandos;

- IV. Orientar e avaliar o(s) discente(s) em todas as fases do processo de elaboração do projeto, execução da pesquisa e apresentação do TCC;
- V. Informar o Professor Coordenador da disciplina TCC, através de relatório semestral, em formulário próprio (ANEXO III), a respeito do desempenho do(s) Discente(s) sob sua orientação.
- VI. Cumprir prazos de correção e devolução do material aos discentes, conforme prazos estabelecidos pelo professor orientador junto ao discente.
- VII. Informar através de Termo de frequência (Anexo IV) se o aluno se encontra apto para a defesa ou reprovado por frequência no TCC.
- VIII. Agendar a apresentação dos TCC e encaminhar as informações à Coordenação do curso de História, para que sejam divulgadas e providenciados locais, materiais e equipamentos necessários; O agendamento deverá ser feito por e-mail ([historiacpn@uft.edu.br](mailto:historiacpn@uft.edu.br)) em formulário próprio, no mínimo com 07 dias de antecedência, no qual deverão constar nome do aluno, título do trabalho, os professores **componentes da Banca Examinadora, o dia, horário e local da defesa.**

**Art. 13º**– Os Professores Orientadores serão, obrigatoriamente, do quadro docente da UFT.

**§ 1º**– Cada aluno deverá escolher o orientador do seu trabalho de acordo com a área de interesse da pesquisa e a disponibilidade do orientador.

**§ 2º** – O Colegiado do Curso permitirá, desde que de acordo com o Professor Orientador, a coorientação por Docentes da UFT ou de outras Instituições de Ensino Superior, desde que não incorra em ônus para a UFT.

**Art. 14º** - Para definir o seu professor orientador, o aluno deverá, para esse efeito, realizar convite formal através de requerimento de orientação de TCC (Anexo I) e Termo de Aceite do orientador (ANEXO II) **preferencialmente até o 4º semestre do curso e obrigatoriamente a partir do 7º semestre do curso.**

**Parágrafo Único:** O aluno só poderá cursar as disciplinas de TCC (e/ou suas equivalentes) mediante apresentação do termo de aceite de orientação do professor orientador.

**Art. 15º**– O Professor Orientador poderá solicitar seu afastamento da orientação, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados.

**Parágrafo Único:** Para tanto, deverá comunicar de forma escrita ao Professor Coordenador da disciplina TCC e ao aluno por ele orientado, para que o aluno e o

Professor Coordenador da disciplina TCC apresentem o nome de um novo orientador.

**Art. 16º**– O aluno poderá solicitar, por iniciativa própria, ao Professor Coordenador da disciplina TCC, substituição de seu orientador, desde que justifique suas razões por escrito e indique novo orientador.

**Parágrafo Primeiro:** As mudanças de Orientador deverão ser comunicadas, posteriormente, à Coordenação do curso de História.

**Parágrafo Segundo:** É vedada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso no mesmo semestre em que ocorrer a troca de Orientador quando esta se der por iniciativa do Aluno.

## VI - DOS DEVERES E DIREITOS DOS ORIENTANDOS

**Art. 17º**– Além dos previstos nas normas internas da UFT e nas leis pertinentes, são **direitos** dos orientandos, matriculados na disciplina TCC 2 (e/ou sua equivalente):

- I. Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas da Universidade;
- II. Ser orientado por um professor na realização do seu TCC;
- III. Ser previamente informado sobre o prazo para entrega do TCC;
- IV. Ser previamente informado sobre local e data do Seminário de apresentação do TCC.

**Art. 18º**– Além dos previstos nas normas internas da Universidade e nas leis pertinentes, são **deveres** do orientando, matriculado na disciplina TCC 2 (e/ou sua equivalente):

- I. Cumprir este regimento;
- II. Apresentar ao Colegiado do Curso de História o trabalho monográfico, bem como a realização da apresentação pública nos prazos determinados;
- III. Cumprir os horários e cronograma de atividades estabelecido pelo professor coordenador da disciplina TCC e pelo professor orientador;
- IV. Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

**Parágrafo Único:** A elaboração do TCC é de total responsabilidade do aluno, não incorrendo qualquer responsabilidade sobre o professor orientador.

## VII – DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Art. 19º** - Todos acadêmicos matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso II deverão apresentar o TCC para obter aprovação.

**Art. 20º** - Com antecedência mínima de 30 dias para encerramento do prazo de defesa do TCC, ocorrerão, na disciplina TCC II (e/ou sua equivalente), os Seminários de Pesquisa, nos quais os discentes deverão apresentar a pesquisa concluída ou em vias de conclusão.

**Art. 21º** - A defesa pública dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) deverá ser realizada **até o vigésimo dia que antecede o encerramento do corrente semestre letivo**, durante o período matutino (08:00 e as 12:00 horas), vespertino (14:00 e as 18:00 horas) ou noturno (entre as 19:00 e as 21:00 horas).

**Art. 22º**- A defesa poderá ser agendada a qualquer tempo dentro do semestre letivo, desde que respeitado o prazo MÍNIMO de 07 dias antes da data escolhida para sua realização. Para agendamento da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno deverá entregar na coordenação do Curso de História, três (3) vias impressas do TCC, encadernadas, com aval do professor orientador.

Parágrafo Único – Somente poderão agendar a defesa do TCC, os discentes que houverem entregue para o professor coordenador do TCC o requerimento de orientação, o termo de frequência e o relatório de orientação.

**Art. 23º** - Após a defesa e a aprovação do trabalho de conclusão de curso (TCC), o acadêmico terá até 30(trinta) dias após o prazo final das defesas, conforme Art. 21º deste regimento, para entregar a versão final do Trabalho, devidamente corrigido conforme orientações da Banca. **A confirmação da nota do acadêmico, entrega da ata de defesa e lançamento em diário somente serão efetuadas mediante entrega do exemplar corrigido na coordenação, com aval do professor orientador.**

**Art. 24º** – O depósito do TCC deverá ser feito sob a forma digital (*Cd-Rom*) e 2 (dois) exemplares impressos, sendo 1 (um) destinado ao professor orientador e, após a apreciação do Orientador, 1 (um) encaminhado à Biblioteca da UFT/ Campus Porto Nacional, com a devida ficha catalográfica e seguindo as normas estabelecidas para a aceitação de trabalhos daquele setor.

**Parágrafo Único** – No *Cd-Rom*, deverá constar: nome do aluno e do orientador, título do trabalho, área de concentração e data de conclusão do trabalho. O arquivo deverá ser em PDF e seguir todos os requisitos do trabalho final impresso.

## VIII - DA AVALIAÇÃO

**Art. 25º**– A avaliação do TCC será feita por uma Comissão de Avaliação formada pelo professor orientador e por 2 (dois) professores indicados pelo professor orientador, com a ciência do orientando.

**Parágrafo Primeiro:** Recomenda-se que a Banca Examinadora seja composta por professores que tenham produção e experiência na área de pesquisa compatível com a temática do TCC.

**Parágrafo Segundo:** É limitada a participação do mesmo professor avaliador em até 2 bancas por semestre, excetuando-se o caso de indisponibilidade de membros aptos a compor a banca devido a recusa de um ou mais professores para tal.

**Art. 26º**– A avaliação do TCC levará em consideração os seguintes aspectos:

- I. Coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação;
- II. Capacidade do aluno em verbalizar seus resultados de pesquisa;
- III. Normas da ABNT e respeito aos direitos autorais;
- IV. Relevância da proposta e coerência histórica no trato da questão.

**Art. 27º** -A nota mínima para aprovação no TCC é 6.

**Parágrafo Único:** Ao TCC não caberá exame final. O aluno que não atingir a nota mínima exigida estará reprovado.

**Art. 28º** - O orientador poderá solicitar nova defesa para adequação do TCC caso a banca permita.

**Parágrafo Único:** Em caso de nova defesa, deverão ser respeitados os prazos estabelecidos no Art. 23º. Na impossibilidade de serem respeitados tais prazos, o aluno será reprovado.

**Parágrafo Segundo:** Deverá ser mantida a composição original da banca. Na recusa de algum membro desta, o mesmo deverá indicar seu substituto.

## IX – DOS TEMAS DE ORIENTAÇÃO

**Art. 29º** - Os temas de orientação aceitos pelos professores do curso de Licenciatura em História, Porto Nacional, são os que seguem na tabela do Anexo VI.

**Parágrafo Primeiro:** Cabe única e exclusivamente ao professor orientador decidir se aceita o convite do aluno para orientação, mesmo que dentro dos seus temas de interesse/pesquisa/orientação.

**Parágrafo Segundo:** É facultado ao aluno, conforme Art. 13º deste regimento, solicitar a orientação de quaisquer professores do quadro efetivo da UFT.

## X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 30º**– Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História, ouvido o professor coordenador da disciplina TCC, o professor orientador e o orientando.

**Art. 31º**– Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 32º** - Todos os casos que não constam neste edital serão resolvidos pelo Colegiado do curso de História.

**Porto Nacional - TO, agosto de 2017.**

### ANEXO I

REQUERIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TCC
<p>Eu, _____</p> <p>____,</p> <p>aluna(o) regularmente matriculado(a) no ____ período do Curso de História, de acordo com os critérios fixados em Edital, venho requerer minha inscrição à orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na sub-área/disciplina e/ou linha de pesquisa/área de atuação _____</p> <p>_____, sob orientação da(o) professora(o) _____.</p> <p>_____</p> <p>Assinatura da(o) aluna(o)</p>

Fone para contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Porto Nacional, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **ANEXO II**

### **TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
Professora(o) do curso de História, campus universitário de Porto Nacional, da UFT,  
conforme diretrizes fixadas em Edital, aceito orientar trabalho de conclusão de curso  
da(o) \_\_\_\_\_ aluna(o)

\_\_\_\_\_, na sub-  
área/disciplina e/ou linha de pesquisa/área de atuação  
\_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_  
Assinatura da(o) professora(o) orientadora(o)

Porto Nacional, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **ANEXO III**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCC**

À(o) Professora(o)  
Coordenadora(o) do TCC

Relatório de atividades do TCC da (o) aluna  
(o) \_\_\_\_\_,  
referente ao mês \_\_\_\_\_ semestre de \_\_\_\_\_.

DESEMPENHO:





**ANEXO IV**

<b>TERMO DE FREQUÊNCIA DO ORIENTANDO</b>		
<p>Ao Professor responsável pela disciplina TCC</p> <p>A _____ (o) _____ aluna _____ (o) _____, regularmente matriculado(a) no 8º período do Curso de História, sob Orientação do Professora(o) _____, apresentou aproveitamento de _____% de frequência em atividades de orientação definidas segundo calendário definidos em Edital. Se encontra, portanto _____ a defender o TCC, em conformidade com Edital e Regimento do TCC do Curso de História.</p>		
<b>Frequência nos encontros</b>	<b>Porcentagem de frequência</b>	<b>Avaliação</b>
7 (sete)	100%	Apto à defesa
Entre 6 (seis) e 4 (quatro)	75%	Apto à defesa
Entre 3 (três) e 1 (um)	≤50%	Reprovação em frequência
<div style="text-align: center; margin-bottom: 20px;"> <p>_____</p> <p>Assinatura da(o) professora(o) orientadora(o)</p> </div> <div style="text-align: right;"> <p>Porto Nacional, ____ de _____ de _____.</p> </div>		

**ANEXO V****TERMO DE LEITURA E APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO TCC**

À Coordenação do Curso de História

Eu, Professor (a) \_\_\_\_\_, atesto que li a versão final do TCC do(a) Aluno(a) \_\_\_\_\_, intitulado \_\_\_\_\_, e que o mesmo está em ACORDO (acordo/desacordo) ao que foi solicitado pela banca examinadora, CONTENDO (contendo/não contendo) todas as correções necessárias para a aprovação do texto final. Nesses termos, o texto está APROVADO (aprovado/reprovado) para ser entregue conforme Art. 24º do Regimento de TCC do Curso de História.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da(o) professora(o) orientadora(o)

Porto Nacional, dezembro de 2017.

**ANEXO VI**

<b>Professor Orientador</b>	<b>Temas de Orientação</b>
Ariel Elias <a href="mailto:ariel@mail.uft.edu.br">ariel@mail.uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Culturalismo</li> <li>- Identidades</li> <li>- Globalismo</li> <li>- Cidade e seus espaços de memória</li> </ul>
Benvinda Barros <a href="mailto:benvinda@uft.edu.br">benvinda@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas de Educação Básica</li> <li>- História da Educação</li> </ul>
Cleube Alves <a href="mailto:cleubesilva@hotmail.com">cleubesilva@hotmail.com</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História e Educação</li> <li>- História Indígena</li> <li>- Educação e Patrimônio Histórico</li> </ul>
Denílson Barbosa <a href="mailto:denilsoncastro@uft.edu.br">denilsoncastro@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História da Educação</li> <li>- Educação e Direitos Humanos</li> <li>- Educação</li> </ul>
Juliana Ricarte <a href="mailto:juferraro@uft.edu.br">juferraro@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Livros Escolares</li> <li>- Educação e Ensino de História</li> <li>- Patrimônio Histórico e Documentação</li> </ul>
Marcelo Santos <a href="mailto:marcelorodrigues@uft.edu.br">marcelorodrigues@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História da América Colonial</li> <li>- História da América Independente</li> <li>- História e Guerras na América</li> <li>- História Política</li> <li>- História do Brasil Império</li> </ul>
Marcelo Gonzalez <a href="mailto:marcelogbf@uft.edu.br">marcelogbf@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidades Indígenas</li> <li>- História do Brasil República</li> </ul>
Marcos Aurélio <a href="mailto:maczimmermann@uft.edu.br">maczimmermann@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arqueologia</li> <li>- História Antiga</li> <li>- Patrimônio Histórico</li> </ul>
Marcos Arraes <a href="mailto:marcos.arraes@uft.edu.br">marcos.arraes@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História das Américas</li> <li>- História das Relações Internacionais</li> <li>- História e Imagens / Cinema</li> <li>- História e Arte</li> </ul>
Marina Haizenreder <a href="mailto:marina@uft.edu.br">marina@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História Ambiental</li> <li>- Movimentos Sociais e Barragens</li> </ul>
Odair Giralдин <a href="mailto:giraldin@uft.edu.br">giraldin@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História Indígena</li> <li>- Educação Indígena</li> </ul>
Regina Célia <a href="mailto:reginapadovan@uft.edu.br">reginapadovan@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História local e regional</li> <li>- Historiografia e história da educação</li> <li>- Ensino de história e práticas educativas</li> </ul>
Rodrigo Poreli <a href="mailto:rodrigoporeli@uft.edu.br">rodrigoporeli@uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura Medieval</li> <li>- Cinema e História</li> <li>- Teoria e Filosofia da História</li> <li>- Imaginário e Narratividade</li> </ul>
Vasni de Almeida <a href="mailto:vasnialmeida@mail.uft.edu.br">vasnialmeida@mail.uft.edu.br</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino de História</li> <li>- História do Protestantismo no Brasil</li> </ul>

## Apêndice III – Regimento do Estágio Curricular Obrigatório



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

---

## Regimento de Estágio Curricular Obrigatório

### CAPÍTULO I

#### Identificação

**Art. 1º** - O presente regimento normatiza a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de História, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Porto Nacional.

**§1º**- O Estágio Curricular Obrigatório está organizado em 04 (quatro) disciplinas denominadas de: Estágio Supervisionado em História I; II; III e IV.

**§2º**- O Estágio Curricular Obrigatório do curso de História é normatizado em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, o Parecer CNE/CP 09/2001, as Resoluções CNE/CP nº 01 de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002, o Parecer CNE/CP nº 09 de 05 de dezembro de 2007, Resolução do CONSEPE/UFT nº 003 de 18 de maio de 2005 e a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

### CAPÍTULO II

#### Dos conceitos e objetivos

**Art. 2º** - O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de História é o conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

**Art. 3º** - O objetivo geral do Estágio Curricular Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer,

interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

Possibilitando-o articular o ensino, a pesquisa e a extensão como sujeito de seu próprio desenvolvimento e um agente de transformação social. **Art. 4º** - Os objetivos específicos do Estágio Curricular Obrigatório são: I. Contribuir com a formação de profissionais para atuarem na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio);

II. Qualificar o graduando na prática pedagógica proporcionando experiências didáticas e estratégias metodológicas para o ensino da disciplina de História;

III. Implementar ações que permitam a integração teórico/prática e de suas etapas usuais: execução, relatório, apresentação e avaliação.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da duração do Estágio**

**Art.5º** - O Estágio Curricular Obrigatório terá carga horária mínima de 420 (quatrocentos) horas e deverá começar a partir do 5º Período do Curso. Parágrafo Único - A carga horária do Estágio Supervisionado em História I equivale a 60 horas, os Estágios II, III e IV, 120 horas, cada.

**Art. 6º**– O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular na área de História poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório.

**Art. 7º** - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, o estagiário deverá encaminhar, mediante protocolo geral do *Campus*, a seguinte documentação comprobatória:

a) requerimento solicitando a redução da carga horária proporcional à sua experiência docente da educação básica, em sua área de formação e/ou área afim, no semestre de início do Estágio Curricular Obrigatório.

b) comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:

c) declaração de exercício de docência do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio Supervisionado III, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;

**Art. 8º** - Caberá ao Colegiado do Curso de História homologar as atividades do Estágio Curricular Obrigatório, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Dos espaços de estágio**

**Art. 9º** - Constituem espaços de Estágio Curricular Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino, organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

**Parágrafo único** - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Curricular Obrigatório deverão ser realizadas em instituições de educação básica, preferencialmente em escolas públicas.

**Art. 10** - O Estágio Curricular Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

**Parágrafo único** - Excepcionalmente, a unidade escolar concedente poderá estar fora da sede, desde que aprovado pelo Colegiado do Curso.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Atividades e da Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório**

**Art. 11** - O Estágio Curricular Obrigatório contempla as seguintes atividades: Leitura, discussão e produção de textos, observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.

**Parágrafo único** - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 5º, parágrafo único, desta Resolução, em aulas efetivamente ministradas.

**Art. 12** - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

**Art. 13** - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório será realizada:

- I - pelo professor de estágio da Universidade e
- II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

**Art. 14** - A avaliação do estagiário será de acordo com as concepções expressas no projeto político pedagógico do curso. Deve-se levar em consideração as atribuições do estagiário previstas neste Regimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Administração e Supervisão do Estágio**

**Art. 15**– O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

- I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por

*Campus*, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

**II** – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

**III** – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

**Art. 16** - O Coordenador de Estágio Curricular será eleito pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo *Campus*, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período. Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no caput deste artigo.

**Art. 17**– A alocação da carga horária para o coordenador de Estágio e para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:

**I** – Coordenador de Estágio das Licenciaturas: até 04 (quatro) horas/aulas semanais em sala de aula; **II**– Professor de Estágio:

**a)** o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;

**b)** o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

**Art. 18** - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

**I** - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas; **II** - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o *Campus* e as demais instâncias da Universidade;

**III** - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

**IV** - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à Prograd; **V** - cumprir as normas do presente regimento.

**Art. 19 - Compete ao Professor de Estágio:**

- I** - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;
- II** - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;
- III** - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos no plano de ensino da disciplina; **IV** - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;
- V** - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;
- VI** - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
- VII** – emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;
- VIII** – divulgar o conteúdo desse regimento aos alunos estagiários;
- IX** - cumprir as normas do presente regimento.

**Art. 20 - Compete ao Supervisor de Estágio:**

- I** - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
- II** - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
- III**- contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.

**Art. 21 - Compete ao estagiário:**

- I** - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- II** - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
- III** - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV** - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;
- V** - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI** - apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII**- respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII** - cumprir as normas do presente regulamento.

**CAPÍTULO VII****Das Disposições Gerais**



**Art. 22** - O Estágio Curricular Obrigatório, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. **Art. 23** - Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em História do Campus Universitário de Porto Nacional. **Art. 24** - Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado de História.

**Art. 25** - Este Regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso.

## Apêndice IV – Nota Técnica do Núcleo Docente Estruturante

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. NS 15 ALC NO 14 – Bloco II – Sala 25 | 77020-210 | Palmas/TO  
(63) 3229-4616 | [www.uft.edu.br/prograd](http://www.uft.edu.br/prograd) | [prograd@uft.edu.br](mailto:prograd@uft.edu.br)



**NOTA TÉCNICA**  
**NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

A Pró-Reitora de Graduação, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente

**CONSIDERANDO** a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior nº 1/2015 que Estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução

Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

**CONSIDERANDO** a Nota Técnica do DAES/INEP nº 008 de 04 de março de 2015 que realiza revisão do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – SINAES;

**CONSIDERANDO** os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins,

Emite a presente Nota Técnica com objetivo de uniformizar o entendimento as atribuições dos

Núcleos Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins

## **DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Regulamento versa sobre as atribuições, a constituição e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia – da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

## **DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso;
- II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

## **DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- I – Por, no mínimo, 5 membros, pertencentes ao colegiado enquanto docentes, incluído o coordenador do curso;
- II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*,
- III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva ou integral à docência no curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso.

Art. 6º. A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Art. 7º. O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD.

## **DA NOMEAÇÃO**

Art. 8º. A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso, mediante pedido de publicação de portaria à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD.

## **DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE**

Art. 9º. O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será determinado pelo colegiado do curso, a ele competindo:

- I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;
- II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;
- III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;

- II – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;
- III – Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo;
- IV – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso,
- V – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

## **DAS REUNIÕES**

Art. 10. A convocação dos membros, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 11. Quanto à periodicidade:

- I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.
- II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com a urgência e necessidade.

Art. 13. A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um dos membros para fins de votação.

Art. 14. A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE.

## **DAS DECISÕES E VOTAÇÕES**

Art. 15. As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 16. A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 17. Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal. Art. 18. Para que a votação seja legítima, deve ocorrer com a presença de, ao menos, metade dos membros.

## **DAS ATAS**

Art. 20. Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar a disposição do Colegiado do curso e dos órgãos institucionais superiores.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso ou pelo órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 20/2012**

Dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 31 de outubro de 2012, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o disposto na Lei n.º 11.788/08 e os termos na Orientação Normativa n.º 7, de 30 de outubro de 2008, do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 31 de outubro de 2012.

**Prof. Márcio Silveira**  
**Presidente**

cps



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

Anexo à Resolução n.º 20/2012 do Consepe.

**NORMAS PARA OS ESTÁGIOS CURRICULARES NÃO OBRIGATÓRIOS REALIZADOS  
POR ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS**

Considerando a importância dos estágios não obrigatórios na formação dos estudantes da UFT, uma vez que visam ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT resolve aprovar a presente normativa sobre o Estágio Curricular não obrigatório.

## **CAPÍTULO I DA CONCEITUAÇÃO**

Art. 1º O estágio curricular não obrigatório é um ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas como estágio curricular não obrigatório devem estar relacionadas com a área de estudo do Curso em que o estagiário estiver matriculado e com frequência regular.

Art. 2º O estágio curricular não obrigatório deverá fazer parte do Projeto Pedagógico do curso, sendo que quando não constar do referido projeto, seus alunos não poderão participar desta modalidade de estágio.

Parágrafo único. Para ser considerado como estágio curricular não obrigatório e inserido no Histórico Escolar deverão ser seguidos todos os procedimentos e critérios previstos na Lei 11.788/2008 e nas orientações da Central de Estágios.

Art. 3º O estágio curricular não obrigatório será desenvolvido como atividade complementar ao currículo do curso e deverá estar sob a supervisão de um professor supervisor e de um profissional supervisor da área de conhecimento do curso ao qual o estudante está vinculado.

Parágrafo único. Esse Estágio é considerado como atividade opcional do



estudante e, quando cumprido nos termos da presente resolução, deverá ser acrescido à carga horária regular e obrigatória do curso.

Art. 4º As atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 5º O estágio curricular não obrigatório poderá ser computado como Atividades Complementares, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º A UFT será responsável pelo seguro dos estudantes inseridos nos estágios

obrigatórios. No caso do estágio curricular não obrigatório, a concedente deverá se responsabilizar por tal procedimento.

## **CAPÍTULO II DAS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS**

Art. 7º Para a realização de estágio curricular não obrigatório no âmbito da UFT, o estudante deverá:

- I - estar regularmente matriculado e frequentando as aulas;
- II - ter cursado e obtido aprovação em disciplinas do curso que integralizem, no mínimo, 300 (trezentas) horas;
- III - não ser aluno formando no semestre de ingresso no Estágio;
- IV - não ter outra modalidade de bolsa;
- V - ter obtido aprovação em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos créditos cursados no semestre anterior;
- VI - ter cursado ou estar cursando disciplinas da área a ser desenvolvida no estágio.

Art. 8º O período de Estágio deverá ser de, no máximo, 06 (seis) meses renovável

por, no máximo, mais 03 (três) períodos, não podendo ultrapassar o total de 02 (dois) anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

§1º. A cada etapa de renovação de Estágio, o aluno deverá apresentar o Relatório

das Atividades ao professor orientador, que encaminhará o relatório à Central de Estágios e, posteriormente, à Secretaria Acadêmica do Campus.

§2º. O Relatório deverá conter a avaliação do profissional que supervisionou o estudante durante a realização do Estágio.

§3º. Cada renovação do Estágio estará condicionada à aprovação pelo supervisor

do Relatório do período anterior.

§4º. A renovação deverá ser realizada antes do final da vigência do Estágio. No caso de o estudante ter entregado a documentação comprobatória do cumprimento do Estágio, após o encerramento do prazo de vigência, a sua solicitação de renovação será indeferida.

Art. 9º A jornada de atividade em Estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá estar compatível com seu horário escolar e com o horário da parte concedente na qual ocorre o Estágio.

Art. 10. A carga horária do estágio curricular não obrigatório não deverá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§1º. A carga horária do estágio curricular não obrigatório será reduzida quando o estagiário estiver realizando verificações de aprendizagem periódicas ou finais nos períodos de avaliação. Esta cláusula deverá estar estipulada no Termo de Compromisso com vistas a garantir o bom desempenho do estudante.

§2º. A jornada de estágio curricular não obrigatório, nos períodos de férias escolares, deverá estar devidamente estabelecida de comum acordo entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a UFT, e estar presente no Termo de Compromisso.

Art. 11. É proibido ao aluno realizar o estágio obrigatório e o não obrigatório concomitantemente.

Art. 12. A realização de estágio curricular não obrigatório não implica em vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme estabelecido na Lei nº 11.788/2008.

Art. 13. A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, como a do auxílio-transporte, é compulsória para o estágio curricular não obrigatório.

Art. 14. Deverá ser concedido ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares.

§1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado para o estagiário que

receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, no caso de o Estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 15. Aplica-se ao estagiário não obrigatório a legislação relacionada à saúde e

segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 16. A orientação do estágio curricular não obrigatório deverá ser realizada por docente da UFT da área de conhecimento, sendo que este será o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário.

Art. 17. A supervisão do estágio curricular não obrigatório a ser realizada pela parte concedente será executada por funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

Parágrafo único. Cada funcionário poderá orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, durante o período integral de realização do estágio, a ser comprovado por vistos nos Relatórios de Atividades, de Avaliação e no Relatório Final.

Art. 18. A parte concedente do estágio curricular não obrigatório, durante o período de realização deste, compromete-se em segurar o estagiário contra acidentes pessoais, arcando com todas as despesas necessárias.

### **CAPÍTULO III DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 19. Para a caracterização e definição do estágio de que trata esta Resolução,

será necessária a existência de Convênio entre a UFT e a parte concedente do Estágio, no qual devem estar acordadas as condições do estágio curricular não obrigatório.

§1º. No caso de o estudante estar vinculado a estágio em instâncias da própria UFT, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários deverá estabelecer procedimentos para formalizar a inserção do estudante no setor, observando-se todas as orientações da presente normativa.

§2º. A Central de Estágios, localizada em cada campus universitário, será responsável pela orientação e acompanhamento do cumprimento dos termos deste artigo.

Art. 20. A realização do estágio curricular não obrigatório dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de estágio,

entre o estudante, a parte concedente e a UFT, representada pelo Coordenador do Curso e pela Instituição Concedente, no qual são definidas as condições para o Estágio e o Plano de Atividades do estagiário, constando menção ao Convênio.

Parágrafo único. O TCE, indispensável para a efetivação do estágio curricular não obrigatório, deverá ser instituído com o número e cópia da apólice de Seguro contra Acidentes Pessoais, contratado para o estagiário, e com denominação da companhia de seguro; Plano de Atividades do Estagiário, elaborado pelo acadêmico, em conjunto com o professor supervisor de estágio, em concordância com o Projeto Pedagógico do Curso.

Este Plano deverá conter:

- I - a descrição de todas as atividades a serem desempenhadas pelo estagiário;
- II - dados de identificação das partes;
- III - responsabilidades de cada parte;
- IV - objetivo do estágio;
- V - definição da área do Estágio;
- VI - especificação da modalidade do estágio curricular não obrigatório;
- VII - jornada das atividades do estagiário;
- VIII - definição do intervalo na jornada diária;
- IX - vigência do Termo (não podendo ser superior a 6 (seis) meses);
- X - motivos de rescisão, quando houver;
- XI - período de concessão do recesso dentro da vigência do Termo;
- XII - valor da bolsa ou outra forma de contraprestação para Estágio não obrigatório, quando houver;
- XIII - indicação de professor supervisor; responsável na unidade concedente;
- XIV - foro de eleição.

Art. 21. O aluno, antes de iniciar o estágio curricular não obrigatório, deverá preencher o Plano de estágio, em conjunto com o professor supervisor, no qual constam os dados cadastrais do Campo de estágio, as descrições do Estágio, uma prévia avaliação do aluno e da parte concedente, pelo supervisor, e as responsabilidades de cada parte.

Art. 22. A cada renovação ou ao término do estágio curricular não obrigatório, deverão ser entregues à Central de Estágio os seguintes relatórios:

- I - Relatório de Atividades do Estagiário – preenchido pelo estagiário, com o relato das principais atividades desenvolvidas e avaliação das principais aprendizagens, problemas enfrentados e sugestões para o professor supervisor. O professor supervisor e o supervisor de campo de estágio deverão obrigatoriamente dar ciência formal nesse relatório;
- II - Relatório de Atividades da Parte Concedente – preenchido pela parte concedente, com relato das atividades desenvolvidas pelo estagiário, as principais contribuições e recomendações para o desenvolvimento do estagiário;

III - Termo de Realização de Estágio – preenchido pela parte concedente com a avaliação de desempenho do estagiário.

Parágrafo único. Após análise e conferência desses documentos, a Central de Estágios deverá enviar o dossiê do estudante à Secretaria Acadêmica do campus para providências de registro no histórico escolar.

Art. 23. O estagiário deverá entregar, até 30 (trinta) dias após o final do estágio, um Relatório Final contendo as atividades desenvolvidas, a avaliação do estágio, as principais aprendizagens, devendo o Relatório ser aprovado pelo professor orientador e pela parte concedente.

## **CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 24. São atribuições da Unidade Concedente:

- I - celebrar Termo de Compromisso entre a UFT e o estudante;
- II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da lei, quando for o caso.
- V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI - enviar à Central de Estágios, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 25. São atribuições da Coordenação Geral de Estágios lotada na Pró-reitoria de Graduação:

- I - coordenar a realização dos estágios curriculares dos cursos da UFT;
- II - orientar as Centrais de Estágio dos campi em relação ao cumprimento das normas e legislação de estágio;
- III - apoiar os coordenadores dos cursos, professores orientadores e supervisores de estágios sobre assuntos referentes à realização de estágios e à garantia de sua qualidade;

IV - atualizar sistematicamente o Manual de Orientação de Estágios com as normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios visando à melhoria dos procedimentos;

V - articular junto às Coordenações de cursos formas de socialização das experiências dos estágios;

VI - orientar os procedimentos necessários para a avaliação e validação dos relatórios com vistas à montagem dos processos de estágios para a Secretaria Acadêmica e, posterior inclusão da carga horária no histórico escolar do estudante;

VII - contatar o Setor de Convênios e Centrais de Estágio sobre os dados para divulgação na página de Estágios, visando à ampliação das oportunidades para os estudantes;

VIII - propiciar aos alunos, aos professores em geral, aos coordenadores de cursos e supervisores de estágios a oportunidade de conhecerem os direitos e os deveres das partes envolvidas no processamento de estágios;

IX - divulgar, treinar e orientar sobre procedimentos, rotinas e padrões documentais relativos aos estágios na UFT;

X - encaminhar a lista de alunos matriculados nas disciplinas de estágio à Seguradora para inclusão na apólice coletiva de seguros, quando for o caso;

XI - manter arquivos atualizados sobre a legislação e demais exigências dos estágios para orientação da comunidade acadêmica;

XII - manter-se estritamente em consonância com as políticas dos Colegiados de Cursos na fixação de critérios e condições de participação de alunos nas oportunidades de estágio;

XIII - promover eventos relativos aos estágios no interesse dos alunos e da UFT;

XIV - representar a Universidade junto às organizações do mundo do trabalho: empresas públicas e privadas ligadas à indústria, comércio e prestação de serviços, órgãos públicos, ONGs etc.;

XV - representar a UFT em eventos e em qualquer situação em que lhe seja delegada tal representação.

#### Art. 26. São atribuições do Setor de Convênios:

I - articular e coordenar o intercâmbio dos campi com as Unidades Concedentes locais para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de estágio;

II - subsidiar os Diretores, as Centrais de Estágios e os acadêmicos no que se refere à documentação e procedimentos necessários à formalização dos convênios com as Unidades Concedentes locais;

III - aumentar a captação de campos de estágios por meio da gestão de convênios;

IV - contatar, quando necessário, as Unidades Concedentes com finalidade de atualizar ou de suprir informações necessárias ao convênio;

V - orientar as questões relativas ao pagamento do seguro contra acidentes pessoais quando da formalização dos convênios;

VI - providenciar os pareceres junto à Procuradoria e a obtenção das assinaturas das Instituições;

VII - encaminhar à Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de graduação as informações e oportunidades de vagas de estágio serem divulgadas via web;

VIII - orientar a contratação da apólice de seguro para o estágio obrigatório. No caso do estágio curricular não obrigatório, a concedente deverá se responsabilizar por tal procedimento.

Art. 27. São atribuições do Professor supervisor de estágio do curso:

I - planejar, juntamente com o estagiário, acompanhar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Estágio;

II - colaborar com os estudantes na obtenção dos dados necessários para a elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

III - aprovar os Planos de Atividades de Estágio, segundo os critérios aprovados pelos colegiados;

IV - buscar meios de avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando e controlar o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de Estágio (o aluno não deve escolher sozinho o campo de estágio);

V - orientar técnica e pedagogicamente os alunos no desenvolvimento de todas as atividades do Estágio;

VI - receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos estagiários;

VII - exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades. No caso de alunos estagiando em Instituições Públicas Federais, esse prazo será de 02 (dois) meses;

VIII - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso e Plano de Atividades

do Estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

IX - emitir parecer no Termo de Compromisso e Plano de Atividades sobre o local

onde será realizado o estágio;

X - emitir parecer final nos Relatórios de Estágio e Fichas de Avaliação do Estagiário emitidas pelo Supervisor;

XI - participar das reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades;

XII - informar ao Campo de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com a Coordenação do Curso;

XIII - cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei no. 11.788/2008.

XIV - prestar informações adicionais quando solicitado.

Art. 28. São atribuições da Central de Estágio:

I - disponibilizar as normas referentes aos Estágios;

II - encaminhar a solicitação de convênios para o Setor de Convênios da reitoria

devidamente instruídos com o parecer do supervisor de estágio do curso e demais informações necessárias ao estabelecimento do convênio;

III - encaminhar a documentação legal preparada pela Vice-Reitoria e as orientações da UFT às Unidades Concedentes para a formalização de Convênios;

IV - assegurar o cumprimento de todas as exigências legais, assinaturas de relatórios, número de supervisores por alunos nas Unidades Concedentes, cumprimento dos prazos e entrega da documentação de forma a atender a lei;

V - receber a documentação dos estagiários devidamente aprovada e assinada pelo Professor orientador e pelo Supervisor da Unidade Concedente, segundo critérios aprovados pelo Colegiado;

VI - encaminhar à Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de graduação a disponibilidade de vagas de estágio para serem divulgadas via web;

VII - entregar os Certificados de Seguros aos estudantes segurados;



VIII - manter os arquivos/dossiês dos estagiários devidamente atualizados para fins de fiscalização do Ministério do Trabalho e controle acadêmico;

IX - encaminhar os dossiês dos estagiários, que finalizaram as atividades, com assinatura do Professor supervisor da UFT e do Supervisor da Unidade Concedente e do Estagiário para a Secretaria Acadêmica;

X - participar das reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades, socialização das experiências e dos problemas identificados no acompanhamento;

XI - assegurar que a duração mínima do estágio seja compatível com o propósito das atividades oferecidas e, que duração máxima, mesmo considerados os aditivos, não exceda a 2 (dois) anos na mesma empresa;

XII - subsidiar as coordenações de cursos com informações sobre a realização dos estágios, visando à melhoria dos procedimentos implementados pelos cursos;

XIII - comunicar à Unidade Concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

XIV - equacionar os problemas de estágio encontrados pelos estudantes com a participação dos supervisores de Estágios e professores-orientadores.

#### Art. 29. São atribuições do Aluno Estagiário:

I - procurar a Central de Estágios do campus antes de iniciar o estágio em uma empresa/instituição, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

II - providenciar, antes do início do estágio, todos os documentos necessários para o desenvolvimento do estágio;

III - colaborar com o professor-supervisor e Coordenação de Estágio na procura e obtenção de vagas em campos de estágios;

IV - elaborar, de acordo com orientação do professor supervisor, o plano de estágio;

V - cumprir os prazos previstos para entrega dos relatórios parcial e final, bem como submetê-los à avaliação do professor supervisor e da unidade concedente;

VI - cumprir fielmente a programação do Estágio comunicando à UFT e à Unidade concedente a conclusão, interrupção ou modificação do estágio, bem como fatos relevantes ao andamento do estágio;

VII - atender às normas internas da unidade concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;

VIII - responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

IX - participar de todas as atividades inerentes à realização do estágio (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);

X - preservar a boa imagem da UFT junto à organização cedente, a fim de dar oportunidade a outros alunos de realizarem o estágio na mesma entidade;

XI - evitar que o valor da bolsa auxílio seja fator determinante da escolha do estágio, preservando o fim pedagógico do curso;

XII - cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas.

XIII - estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, é cancelado seu estágio.

## **CAPÍTULO V**

### **DA UFT COMO CAMPO DE ESTÁGIO, DAS INSTÂNCIAS E RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS.**

Art. 30. A realização do Estágio curricular não obrigatório, no âmbito da UFT, observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - atender à Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II - ter correlação entre as atividades desenvolvidas pelo estagiário com a área de estudos do curso em que o estagiário estiver regularmente matriculado;

III - ser realizado em áreas que tenham condições de oferecer ao acadêmico

experiências e situações de trabalho necessárias à sua formação, desde que observada a existência de profissional, no quadro de pessoal, com capacidade para atuar como supervisor de estágio, e que haja disponibilidade de infraestrutura e material.

Art. 31. Para a devida caracterização dos campos de Estágio da UFT, os campi ou

as áreas da Reitoria interessados em admitir estagiários, deverão encaminhar à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários um Plano de estágio, com justificativa e parecer circunstanciado do mérito acadêmico pela instância superior ao solicitante, com o número pretendido de estagiários, critérios para seleção dos candidatos, discriminação das atividades a ser desenvolvida pelo aluno, carga horária, duração do estágio, critérios de avaliação das atividades, infraestrutura e materiais a serem utilizados, nome do supervisor e dotação orçamentária específica.

§1º. A seleção dos estagiários será realizada mediante processo seletivo.

§2º. Quando a solicitação do estagiário for originada por um campus ou por um projeto específico deverá ser observado o quantitativo estabelecido pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários para cada campus e/ou projeto.

Art. 32. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal da UFT Deverá atender às seguintes proporções:

- I - de 01 (um) a 05 (cinco) empregados: 01 (um) estagiário;
- II - de 06 (seis) a 10 (dez) empregados: até 02 (dois) estagiários;
- III - de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 05 (cinco) estagiários;
- IV - acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º. Para efeito da Lei 11788/2008, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º. Os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um dos campi.

§ 3º. Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º. Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º. Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

§ 6º. Os quantitativos previstos no caput deste artigo serão aplicados a cada um dos campi da UFT.

Art. 33. Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários:

- I - aprovar o Plano de Estágio curricular não obrigatório dos diversos setores da UFT;
- II - estabelecer os critérios de seleção em conjunto com a unidade solicitante;
- III - aprovar o plano do processo seletivo;
- IV - orientar e colaborar com os estagiários em relação aos documentos a serem preparados para a efetivação do estágio;
- V - analisar os relatórios parcial e final e emitir parecer conclusivo;
- VI - definir o número de vagas de estágio por campus ou unidade concedente;
- VII - efetuar o pagamento da bolsa de estágio curricular não obrigatório, inclusive do auxílio-transporte para os estagiários;
- VIII - manter atualizado o número total de estudantes aceitos como estagiários;
- IX - receber dos setores onde for realizado o estágio, o boletim de frequência do estagiário;
- X - receber e processar as comunicações para contratação, renovação e desligamento de estagiários;
- XI - manter os arquivos/dossiês dos estagiários devidamente atualizados para fins de fiscalização do Ministério do Trabalho e controle acadêmico;
- XII - encaminhar os dossiês dos estagiários que finalizaram as atividades com assinatura do Supervisor da Unidade Concedente e do Estagiário para a Secretaria Acadêmica, no caso de estagiários vinculados a cursos da UFT;
- XIII - fornecer informações sobre a efetiva duração do estágio para a confecção dos certificados;
- XIV - enviar, mensalmente, à Coordenação Geral de Estágios/Pró-reitoria de graduação os dados do(s) estagiário(s), para que seja contratado, em favor deste(s), seguro contra acidentes pessoais, se for o caso.

Art. 34. Compete à Unidade/Campus Solicitante do estágio:

- I - elaborar projeto de solicitação de estagiário, com embasamentos e previsão de dotação orçamentária específica;
- II - estabelecer critérios para seleção em conjunto com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários;

III - realizar processo de seleção nos termos do processo seletivo respectivo;  
 IV - encaminhar à Central de Estágios do respectivo campus a lista dos estudantes, com os respectivos dados com vistas à divulgação e confecção dos Termos de Compromisso de Estágio;

V - zelar e acompanhar o cumprimento do TCE;

VI - enviar à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, Relatório Mensal de frequência do(s) estagiário(s);

VII - entregar termo de realização do Estágio à Central de Estágio do respectivo campus, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VIII - enviar à Instituição de ensino, no caso de o estudante estar vinculado a outra IES, bimestralmente, relatórios de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

IX - controlar os prazos dos TCE, informando à Central de Estágios do respectivo campus ou Unidade em tempo hábil, caso seja necessário renovação ou o encerramento dos Estágios;

X - emitir os certificados de Estágios após a análise e aprovação de todos os documentos e relatórios das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

§1º. O Supervisor do Estágio, que controla a frequência mensal do estagiário, será o chefe da unidade ou campus em que o estagiário estiver desenvolvendo suas atividades, desde que possua nível de escolaridade superior ao do estagiário.

§2º. Na hipótese de o chefe da unidade ou campus não possuir nível de escolaridade superior ao do estagiário, o supervisor do estágio será a autoridade superior à chefia da unidade, tendo maior grau de escolaridade do que o do estagiário.

Art. 35. Compete à Central de Estágios em relação aos estagiários no âmbito da UFT:

I - administrar e acompanhar os estágios concedidos a estagiários no âmbito do campus;

II - encaminhar à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários dados para a contratação, renovação e desligamento de estagiários;

III - encaminhar à Coordenação Geral de Estágios, na Pró-reitoria de graduação, solicitação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário;

IV - divulgar a relação dos estagiários selecionados, após processo seletivo

realizado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários; V - encaminhar Certificado de Estágio ao estagiário; VI - arquivar processo ao término do Estágio.

§1º. A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do estagiário,

será condição essencial para a celebração do Termo de Compromisso de Estágio.

§2º. No caso de estágio curricular não obrigatório de alunos de outras instituições

de ensino, a responsabilidade pela contratação do seguro deve ser assumida pela instituição de ensino de origem do estudante.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36. Ocorrerá o desligamento do estudante do Estágio:

- I - automaticamente, ao término do Estágio;
- II - a qualquer tempo, no interesse e conveniência da UFT;
- III - a pedido do estagiário;
- IV - em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na

oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso;

- V - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias,

consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do Estágio;

- VI - pela interrupção do Curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário;

- VII - por conduta incompatível com a exigida.

Art. 37. Os casos omissos nesta Resolução são decididos pelas Pró-reitorias envolvidas, em primeira instância e, posteriormente, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Palmas, 31 de outubro de 2012.

**Apêndice VI - Estágio Curricular não obrigatório**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
(CONSEPE) N.º 20/2012**

Dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 31 de outubro de 2012, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o disposto na Lei n.º 11.788/08 e os termos na Orientação Normativa n.º 7, de 30 de outubro de 2008, do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 31 de outubro de 2012.

**Prof. Márcio Silveira**  
Presidente

*cps*